



Especial Segurança Alimentar

DEMOCRACIA VIVA 16

MAI 2003 / JUN 2003

Water



etinho
iBase

O

Ibase, por meio de sua revista *Democracia Viva*, propõe-se, neste número temático, a enfrentar o problema da fome e da segurança alimentar. Estamos, na verdade, atendendo ao apelo do próprio presidente Lula e exercendo o mandato que Betinho nos confiou, o da vigilância e participação crítica nas questões *quentes* como o do direito de todas e todos a se alimentar (leia na pág 55 artigo de Betinho sobre o assunto).

A fome como fenômeno social é um tema perigoso, como nos lembra Ana Maria de Castro, filha de Josué de Castro – o intelectual da cruzada contra a fome. Tratamos a *fome como cultura* no belo artigo de Maria Eunice Maciel e Renata Menasche, e a *cultura da fome*, como lembra o cineasta José Padilha. Com a contribuição da Maria Aparecida da Silva Bueno, a revista trata de um tema que continua invisível no programa do governo Lula, a *cor da fome*.

Há o oportuno e indispensável debate sobre os alimentos transgênicos, trazido por Andrea Salazar. Particular atenção da revista é dedicada às políticas de segurança alimentar. Maria Emília Pacheco lembra a evolução recente das políticas a respeito e como o direito à soberania alimentar e nutricional impacta em diferentes esferas. Francisco Menezes, diretor de programas do Ibase e membro do Consea, vai a fundo nos desafios e impasses do Fome Zero.

Parece prosaico, mas nem sabemos quantas pessoas famintas *produzimos*, como nos lembra Vívian Braga, pesquisadora do Ibase. Tratamos também de situações particularmente reveladores do drama da fome, como a questão da desnutrição materno-infantil em artigo de Luciene Burlandy, e a fome no que é, proporcionalmente, o maior celeiro do mundo, a Argentina, nas palavras de Miryam K. de Gorban. Finalmente, alguém falando das estratégias que adota para se alimentar na mais absoluta falta de tudo: uma entrevista com a ativa moradora do Morro do Borel, no Rio de Janeiro, Maria Dolores.

A revista não dá voz para o governo. Na verdade, governos são os que têm mais voz. Fiel à sua tradição, o Ibase e a *Democracia Viva* procuram outras vozes. Tenho certeza que estamos dando uma contribuição única ao debate sobre a fome, ao direito de se alimentar, ao direito de políticas de segurança alimentar e nutricional. Que o Fome Zero do Lula transforme estes anseios em realidade!

S U M Á R I O



ENTREVISTA
Dona Dolores



CULTURA
A arte de combater a fome

- 3 **ARTIGO**
Alimentação e cultura, identidade e cidadania. Você tem fome de quê?
Maria Eunice Maciel e Renata Menasche
- 8 **NACIONAL**
A cor do silêncio
Maria Aparecida da Silva Bento
- 14 **VARIEDADES**
- 16 **ARTIGO**
Para que servem os transgênicos?
Andrea Salazar
- 22 **INTERNACIONAL**
Estratégias alimentares na Argentina neoliberal
Miryam K. de Gorban
- 30 **PELO MUNDO**
- 32 **ARTIGO**
Novas políticas para antigos problemas
Maria Emília L. Pacheco
- 38 **ENTREVISTA**
Dona Dolores
- 44 **CRÔNICA**
Celebrando Josué de Castro
Anna Maria de Castro
- 46 **RESENHAS**
- 50 **OPINIÃO IBASE**
Fome Zero. Risco e oportunidade
Francisco Menezes
A alma da fome é política
Herbet de Souza (Betinho)
- 56 **INDICADORES**
Números que revelam o Brasil
Vívian Braga
- 60 **CULTURA**
A arte de combater a fome
José Padilha
- 64 **ESPAÇO ABERTO**
Desnutrição materno-infantil na década de 90
Luciene Burlandy
- 68 **ÚLTIMA PÁGINA**
Nani

Amigos
do **iBase**

O Ibase é uma entidade pública a serviço da cidadania e da democracia. Seu estatuto é de uma organização não-governamental, sem fins lucrativos, sem vinculação religiosa, suprapartidária, reconhecida como de utilidade pública.

Para apoiar os projetos desenvolvidos pelo Ibase, escreva para amigos@ibase.br ou telefone para (21) 3852 6028.

Doações de pessoas jurídicas podem ser abatidas do Imposto de Renda.

iBase
Betinho

Ibase – Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas
Av. Rio Branco, 124 / 8º andar
20148-900 Rio de Janeiro/RJ
Tel.: (21) 2509-0660 Fax: (21) 3852 3517
ibase@ibase.br - www.ibase.br

Conselho Curador

Regina Novaes
João Guerra
Carlos Alberto Afonso
Moacir Palmeira
Jane Souto de Oliveira

Direção Executiva

Cândido Grzybowski
Francisco Menezes
Jaime Patalano

Coordenadores(as)

Erica Rodrigues
Iracema Dantas
João Roberto Lopes Pinto
João Sucupira
Moema Miranda
Núbia Gonçalves

Assessora da Direção Executiva
Maria Nakano

DEMOCRACIA VIVA

Diretor Responsável

Cândido Grzybowski

Conselho Editorial

Alcione Araújo
Ari Roitman
Eduardo Henrique Pereira de Oliveira
Regina Novaes
Rosana Heringer

Coordenação Editorial

Iracema Dantas

Subeditor

Marcelo Carvalho

Revisão

AnaCris Bittencourt
Marcelo Bessa

Assistentes Editoriais

Flávia Mattar
Jamilé Chequer

Produção

Geni Macedo

Distribuição

Iris Patrícia Batista

Projeto Gráfico

Mais Programação Visual

Diagramação

Imaginatto Design e Marketing

Ilustração da Capa

Walter, charge doada ao Ibase na mostra
"Artistas gráficos x fome"

Fotolitos

Rainer Rio

Impressão

Editora Lidador

Tiragem

5.000 exemplares

democraciaviva@rits.org.br

ARTIGO

Maria Eunice Maciel* e Renata Menasche^{1**}

Alimentação e cultura, identidade e cidadania. Você tem fome de quê?

Bebida é água.

Comida é pasto.

Você tem sede de quê?

Você tem fome de quê?

A gente não quer só comer,

A gente quer comer e quer fazer amor.

A gente não quer só comer,

A gente quer prazer pra aliviar a dor.

A gente não quer só dinheiro,

A gente quer dinheiro e felicidade.

A gente não quer só dinheiro,

A gente quer inteiro e não pela metade.

"Comida", de Arnaldo Antunes, Marcelo Fromer e Sérgio Britto

Ao afirmar que se quer mais do que comer, a bela canção dos Titãs² dialoga com visões reducionistas que restringem as necessidades humanas aos limites estabelecidos pela biologia.

Mas, ao mesmo tempo, evidencia na sociedade a existência de uma percepção limitada dos significados da comida: a letra estabelece disjunção entre o ato de "só comer" e aqueles associados ao amor, ao prazer, à felicidade, à plenitude humana.

Trazendo à reflexão o debate sobre alimentação e cultura, e desnudando alguns elementos desse debate para o caso brasileiro, buscaremos, neste artigo, apontar algumas das dimensões que, conferindo à escolha, à preparação e ao consumo de alimentos atributos relacionados às identidades sociais, podem dar pistas para pensar a relação entre comida e cidadania.

Comida é pasto?

É bem verdade que a satisfação das necessidades nutricionais é condição indispensável para a sobrevivência de seres humanos. Entretanto, os significados da alimentação para as sociedades não podem ser compreendidos apenas a partir de indicadores nutricionais. Nas palavras de Claude Fischler:

O homem é um onívoro que se alimenta de carne, de vegetais e de imaginário: a alimentação conduz à biologia, mas, é evidente, não se reduz a ela; o simbólico e o onírico, os signos, os mitos, os fantasmas também alimentam e concorrem a reger nossa alimentação. (FISCHLER, 1979, p. 1)

Dessa forma, o ato alimentar implica também valorização simbólica. Por isso, o que é considerado comestível em uma sociedade – ou, mais precisamente, em um grupo social – não o é em outra.

Nas sociedades humanas, a fome e a sede, necessidades vitais, são formuladas e satisfeitas em termos culturais, sociais e históricos. O que se come, com quem se come, quando, como e onde se come: as opções e proibições alimentares – que, como ensina Igor de Garine, eventualmente distinguem os grupos humanos – são definidas pela cultura: "O homem se alimenta de acordo com a sociedade a que pertence" (GARINE, 1987, p. 4).

Qual a boa comida? O que se come em dias comuns, fins de semana, dias de festa? Que alimentos são considerados perigosos?

Quais os alimentos tidos por saudáveis? Homens, mulheres, idosos(as), jovens e crianças: quem come o quê?

"Dize-me o que comes, e eu te direi quem és." A frase de Brillat-Savarin (1995), datada do século XIX, indica que a alimentação é marcadora de identidade: somos o que comemos. Ou, como afirma Amado Millán:

Na alimentação humana se materializa a estrutura da sociedade, se atualiza a interação social e socioambiental, as representações socioculturais (crenças, normas, valores) que dão significado à ação social [...] dos que têm em comum uma mesma cultura. A abstração conceitual da cultura se concretiza no prato. (MILLÁN, 2002, p.277-278, destaque do autor)

É assim que, perpassada por aspectos simbólicos, as escolhas dos alimentos podem expressar o status do indivíduo em uma sociedade, da mesma forma que a cozinha de um grupo social expressa sua identidade.

Comida, então, é bem mais que pasto. Entendida como uma linguagem (LÉVI-STRAUSS, 1965); a cozinha de uma sociedade indica seus valores. Buscaremos, a seguir, evidenciar que essa abordagem pode vir a contribuir para a análise da sociedade brasileira.

Arroz, feijão e farinha

É comum que o processo de construção de uma cozinha em país colonizado seja descrito como um somatório de influências. No entanto, o processo é complexo e implica confrontos, associações e exclusões.

Se, em linhas gerais, pode-se dizer que as populações que se deslocaram para as Américas trouxeram com elas seus hábitos, costumes e necessidades – todo um conjunto de práticas alimentares, incluindo plantas, animais e temperos, além de preferências, interdições e prescrições –, é importante salientar que as várias influências não são meras "contribuições", mas fazem parte de um processo colonial que confrontou povos diferentes e, conseqüentemente, sistemas alimentares muito diversos.

No Brasil, costuma-se mencionar como conformadoras da cozinha as influências portuguesa, negra e indígena, reeditando, na culinária, o que seria o "mito fundador" da brasilidade, denominado criticamente por Roberto da Matta – que destaca a distância entre a "presença empírica dos elementos e seu uso

1 As autoras fazem parte do comitê da recém-criada seção brasileira da Comissão Internacional de Antropologia da Alimentação (Icaf-Brasil), que, em uma perspectiva multidisciplinar, pretende agregar pesquisadores que se dedicam ao tema da alimentação e cultura no Brasil. O e-mail da associação é: <icaf-br@portoweb.com.br>.

2 "Comida" foi gravada pela banda em 1987, no disco *Jesus não tem dentes no país dos banguelas* (WEA).

como recursos ideológicos na construção da identidade social" – de "fábula das três raças" (MATTA, 1984, p. 62).

Assim, pensar a construção da cozinha brasileira a partir do dito "mito fundador" da brasilidade significa deixar de abarcar as relações sociais estabelecidas, desconhecendo os fatos de que o português era o colonizador, a população negra foi trazida como escrava, à força, e os povos indígenas foram dizimados.

Entretanto, essas considerações não implicam subestimar a importância dos elementos formadores da sociedade e cultura brasileiras. Não se pode negar que aquilo que hoje é denominado de "cozinha brasileira" seja o resultado de uma grande mistura de elementos, das mais diversas procedências. Ao se afirmar que o Brasil (e sua cozinha) é marcado pelos diferentes povos que viveram e vivem em seu território, reafirma-se o papel deles, porém traçando um pano de fundo que não é harmônico e tampouco igualitário.

Outro aspecto a ser abordado ao se falar em "cozinha brasileira" refere-se às regiões. Dado o tamanho do país, o Brasil apresenta uma significativa diversidade regional, derivada não apenas de seus aspectos físicos, mas também das variadas condições históricas e de apropriação e colonização do território.

Cada região possui hábitos alimentares próprios, mas também pratos emblemáticos, que servem como marcadores identitários regionais. Assim, alguns pratos costumam ser mais intimamente associados a suas regiões de origem e a seus habitantes, tais como – a título de exemplo – o acarajé e o vatapá

baianos, o arroz com pequi goiano, o tutu e o pão de queijo mineiros, o tucupi e o tacacá do Norte, o churrasco gaúcho.

Alguns desses pratos, sendo emblemáticos de suas regiões, são, ao mesmo tempo, cotidianos, como é o caso do acarajé, vendido nas ruas da Bahia. Já outros demarcam uma temporalidade fora do dia-a-dia, como o churrasco, no Sul, que – embora consumido em restaurantes especializados, que funcionam diariamente – é o prato preferencial do almoço de domingo em família.

Se alguns pratos regionais são famosos em todo o país, outros são quase desconhecidos pelas demais regiões, muitas vezes pelo simples fato de que os ingredientes necessários são exclusivos do lugar de origem, mas também por razões de ordem cultural, que determinam certos hábitos alimentares.

Mas, além das práticas alimentares diversificadas, existem outras, encontradas em todo o país e em todas as classes sociais, representadas pelo consumo do feijão com arroz e da farinha de mandioca, combinação que se constitui na comida básica do brasileiro.

Quando queremos fazer referência ao cotidiano, a algo comum, familiar, repetido, rotineiro, dizemos: é *feijão-com-arroz*. Essa metáfora surge e ganha sentido pelo fato de que, no país, uma grande parcela da população come, diariamente, arroz e feijão. Embora a alimentação básica e diária de brasileiros e brasileiras seja essa combinação, encontra-se sempre presente a farinha de mandioca, havendo mesmo locais onde ela predomina.



MARTA STRAUCH

Essa combinação pode variar conforme a região, mas, no todo, é a que prevalece. Em geral, o prato da refeição principal do Brasil constitui-se na mistura feijão, arroz, carne e salada. Mesmo quando o prato é de algum outro tipo, "bastando-se em si mesmo", o arroz e feijão são, seguidamente, servidos como acompanhamentos, sendo, dessa forma, quase obrigatórios em pelo menos uma das refeições do dia.

O feijão é conhecido em alguns lugares como "carne de pobre", pelo fato de ser alimento rico em proteínas, carboidratos complexos, vitaminas, minerais e fibras.

Não há consenso sobre a origem dos feijões. Sabe-se que existiam em diversos continentes, principalmente na África. Quando os europeus chegaram ao Brasil, já havia várias espécies conhecidas por indígenas do litoral. Mas, com a chegada dos portugueses e a introdução de novas variedades, os feijões adquiriram importância na alimentação do país.

Já no século XVII, segundo Camara Cascudo (1983, p.497), o binômio feijão/farinha estava presente no cardápio brasileiro. O feijão constituía o alimento da população escravizada em todo o território, juntamente com a farinha de mandioca ou milho, podendo – conforme as condições impostas por seus senhores – ser suplementado com carne seca, toucinho, banana e canjica, ou ainda com laranja e, posteriormente, arroz (Rugendas, Debret, Seidler *apud* CAMARA CASCUDO, 1983, p. 225, 228).

No século XIX, conforme relato do naturalista europeu Carl Seidler, o feijão estava estabelecido, também nas "mesas distintas", como alimento básico no país:

*O feijão, sobretudo o preto, é o prato nacional e predileto dos brasileiros; figura nas mais distintas mesas, acompanhado de um pedaço de carne de rês seca ao sol e de toucinho à vontade. Não há refeição sem feijão, só o feijão mata a fome. É nutritivo e sadio, mas só depois de longamente acostumado sabe ao paladar europeu, pois o gosto é áspero, desagradável. (Seidler *apud* CAMARA CASCUDO, 1983, p. 500)*

A vinda de novos imigrantes europeus – sobretudo italianos e alemães, a partir do século XIX – e as grandes transformações advindas, no século XX, do processo de urbanização e industrialização não alteraram

o lugar do feijão na alimentação básica de brasileiros e brasileiras.

Quanto ao arroz, há registros da existência, no período pré-colonial, de um tipo de arroz selvagem, coletado pelos índios tupis. Mas seria, também nesse caso, com os portugueses que o cultivo do arroz se estabeleceria e se desenvolveria.

Para Roberto da Matta (1986, p. 56; 1987, p. 22), a combinação de feijão com arroz é expressão da sociedade brasileira, combinando o sólido com o líquido, o negro com o branco, resultando em um prato de síntese, representativo de um estilo brasileiro de comer: uma culinária relacional que, por sua vez, evidencia uma sociedade relacional. O mulato, tido como "o brasileiro", seria a própria mistura: nem o preto do feijão, nem o branco do arroz, um prato miscigenado.

Acompanhando a dupla feijão com arroz, um outro elemento deve, obrigatoriamente, ser citado: a farinha de mandioca. No contexto nacional, é significativa e generalizada sua presença, embora muitas vezes passe despercebida.

Diferentemente do feijão e do arroz, que, considerados "pratos", são objetos de técnicas que incluem o uso do fogo, de panelas, em suma, são cozidos, a farinha – exceto quando torrada, tornando-se, então, farofa – é crua.

Estima-se que a mandioca tenha sido domesticada há cerca de 4 mil ou 5 mil anos, na Amazônia. Dado que a mandioca-brava contém um veneno, que precisa ser extraído, seu preparo para uso alimentar exige uma técnica especial, bastante complexa, criada por indígenas e transmitida aos colonizadores.

A mandioca, como sua farinha, têm várias denominações, conforme a região, podendo apresentar cores, gostos, cheiros e texturas diversas. Adotada pelos portugueses, a farinha de mandioca era a "farinha de guerra", que os acompanhou nas expedições que desbravaram o território do que viria a ser o Brasil. A bordo dos navios negreiros, alimentou os africanos escravizados. Mais que qualquer outro alimento, acompanhou a formação do povo brasileiro.

Em todo o país, é ingrediente de inúmeros pratos característicos das diversas regiões. Mencionando apenas alguns, a farinha de mandioca é, no Sul, indispensável ao churrasco. Já em Minas Gerais, é misturada ao feijão para criar o tutu à mineira e é usada

na vaca atolada. Em São Paulo, a farinha é novamente misturada ao feijão para criar o virado à paulista. Na Bahia, a mandioca cozida e amassada faz o bobó de camarão. No Centro e Sudeste, o feijão-tropeiro. No Norte, além do tucupi, podemos lembrar a maniçoba, feita com folha de mandioca brava. Em Pernambuco, o bolo Souza Leão. E, em todo o Nordeste, a tapioca, feita com a goma (polvilho doce).

Comida do cotidiano, o feijão com arroz acompanhado por farinha de mandioca assume outro caráter quando se transforma num prato emblemático – possuidor de um sentido unificador e marcador de identidade –, oferecido ao estrangeiro quando se quer apresentar a cozinha brasileira, traduzindo a nacionalidade e, assim, alçado a prato *nacional*: a feijoada. E ela é feita justamente com os três elementos fundamentais da cozinha do dia-a-dia do Brasil, uma derivação dessa combinação cotidiana, mas cujas características não estão tanto nos ingredientes acrescidos quanto no sentido do prato, festivo e emblemático.

Não há consenso sobre a origem da feijoada. Segundo versão corrente – que atualmente vem sendo contestada –, a feijoada teria sido criada nas senzalas, por escravos e escravas. Qualquer que tenha sido sua origem, sabe-se que é um antigo hábito brasileiro misturar feijão com toucinho e carne-seca.

Uma feijoada (também chamada *feijoada completa*) necessita de feijão preto, cozido com várias carnes – carne-seca; pé, orelha, rabo e pele de porco; toucinho; lingüiça; e paio –, servida com arroz branco e farinha de mandioca. Embora também tenha outros acompanhamentos tais como couve, laranjas e molho de pimenta, a base do prato são os três elementos fundamentais.

Mas não são apenas os ingredientes que fazem a diferença. Ela está no significado atribuído ao prato. Uma feijoada não é, então, apenas feijão com arroz, ela é feijoada, um prato especial, que exige muito mais tempo para fazer (e para digerir), em geral reservado às ocasiões especiais, com convite aos amigos, enfim, a feijoada implica comensalidade.

Se podemos pensar no “típico” como forma estereotipada de mostrar uma cultura, podemos pensar no emblemático como forma de marcar uma identidade, agindo no reconhecimento do grupo, como esse é representado e como deseja se representar.

No Brasil, o prato representativo nacional é uma transformação dos elementos tradicionais que constituem a comida do cotidiano. Transformação que se dá, sobretudo, no significado. É quando a metáfora do corriqueiro, feijão-com-arroz, transforma-se em especial, a feijoada.

Assim, se, como vimos, na alimentação se traduz a identidade de um grupo social, no centro do debate sobre as políticas públicas voltadas para a superação da falta de comida deverá estar posta a idéia da eliminação da fome como inclusiva em uma perspectiva mais ampla que a da imperativa satisfação das necessidades biológicas. Dessa forma, deve-se buscar que o combate à fome seja construtor de cidadania. Afinal, como ainda diz a canção dos Titãs,

A gente não quer só comida,
A gente quer comida, diversão e arte.
A gente não quer só comida,
A gente quer saída para qualquer parte.
A gente não quer só comida,
A gente quer bebida, diversão, balé.
A gente não quer só comida,
A gente quer a vida como a vida quer.
Você tem fome de quê? ■

*Maria Eunice Maciel

Professora do Programa de Pós-graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGAS/UFRGS)

**Renata Menasche

Pesquisadora da Fundação Estadual de Pesquisa Agropecuária (Fepagro) e professora da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (Uergs)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRILLAT-SAVARIN, Jean-Anthelme. *A fisiologia do gosto*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- CAMARA CASCUDO, Luis da. *História da alimentação no Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1983.
- FISCHLER, Claude. Présentation. *Communications*, Paris, 31, p.1-3, 1979.
- GARINE, Igor de. Alimentação, culturas e sociedades. *O Correio da Unesco*, Rio de Janeiro, 15(7), p.4-7, 1987.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. Le triangle culinaire. *L'Arc*, Aix-en-Provence, 26, 1965.
- MACIEL, Maria Eunice. Churrasco à gaúcha. *Horizontes antropológicos*, Porto Alegre, 2(4), p.34-48, 1996.
- _____. Cultura e alimentação ou o que tem a ver os macaquinhos de Koshima com Brillat-Savarin? *Horizontes antropológicos*, Porto Alegre, 7(16), p.145-156, 2001.
- MATTA, Roberto da. *Relativizando: uma introdução à antropologia social*. Petrópolis: Vozes, 1984.
- _____. *O que faz o Brasil, Brasil?* Rio de Janeiro: Rocco, 1986.
- _____. Sobre o simbolismo da comida no Brasil. *O Correio da Unesco*, Rio de Janeiro, 15(7), p.22-23, 1987.
- MENASCHE, Renata. Frankenfoods e representações sociais. In: CONGRESSO MUNDIAL DE SOCIOLOGIA, 10., 2000, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: IRSA, 2000. paper 419. 1 CD-ROM.
- MILLÁN, Amado. Malo para comer, bueno para pensar: crisis en la cadena socioalimentaria. In: ARNAIZ, Mabel Gracia (coord.). *Somos lo que comemos: estudios de alimentación y cultura en España*. Barcelona: Ariel, 2002.

NACIONAL
Maria Aparecida da Silva Bento*



MARTA STRAUCH

A cor do silêncio

Se dois dos principais objetivos do programa Fome Zero são a extinção da fome e o desenvolvimento de ações estruturais que possam combater a pobreza, a população negra (parda e preta) merece atenção especial. Negros e negras em 1999 representavam 45% da população brasileira, mas correspondiam a 64% da população pobre e 69% da população indigente.¹ O governo do presidente Lula tem reafirmado que a fome no Brasil tem cor e vitimiza mais duramente a população negra. Por outro lado, desde seus primeiros pronunciamentos, o ministro da Segurança Alimentar e Combate à Fome, José Graziano da Silva, vem salientando a importância da consideração do fator racial como dado diferencial nas condições de vida da população brasileira e, portanto, como um dado a ser incluído na formulação e execução das políticas públicas. Paradoxalmente, a questão das relações raciais se encontra praticamente invisível nas diferentes dimensões do Fome Zero. Como se justifica esse silêncio?

Negros e negras não são discriminados porque são pobres, mas são pobres porque são discriminados

A inércia e a omissão da sociedade brasileira ante a discriminação racial que atinge metade da sua população caracterizam um silêncio eloquente, que pode ser constatado onde menos se espera. O que dizer da falta de resposta consistente, diante de dados contundentes do racismo no Brasil, os quais vêm ganhando manchetes nos principais jornais? O movimento negro vem pressionando vigorosa e insistentemente a sociedade em busca de uma resposta mais efetiva, delineando um

aparente diálogo de surdos. Mesmo setores considerados progressistas, que defendem ideais mais democráticos e empreendem ações para combater a pobreza e a exclusão, não escapam ao embaraço quando se deparam com a dimensão racial do problema. Não raro, ouvimos importantes autoridades do poder público, pessoas bem reputadas e informadas (tais atributos poderiam permitir a interpretação de que, em algum momento de suas vidas, teriam tido acesso à informação da existência de um problema de natureza racial na sociedade brasileira) insistirem na argumentação de que se trata de um problema de classe. Tal insistência poderia ser atribuída à mera ignorância ou à má-fé, ao racismo, enfim. Negros e negras não são discriminados porque são pobres, mas são pobres porque são discriminados. Se o próprio texto do programa Fome Zero nos revela que a pobreza tem como ingrediente principal as desigualdades, um recorte racial na política de segurança alimentar representa um passo fundamental para o equacionamento da problemática das seculares desigualdades raciais brasileiras.

No curso de minha experiência de mais de dez anos de trabalho no âmbito das relações raciais – em instituições ligadas ao mercado de trabalho, no movimento sindical, no poder público ou nas empresas – pude comprovar que, no que diz respeito a relações raciais, não há diferença nos argumentos e ações de um sujeito identificado ideologicamente com o pensamento de esquerda, do centro ou de direita: as ilações, a resistência e a omissão aparecem justificadas de modo surpreendentemente similar, no mais das vezes simplista, denotando uma total

falta de reflexão. É nesse ponto que se encontra a minha inquietação: setores que representam interesses tão distintos, frutos de visões de mundo tão diferentes, apresentam, paradoxalmente, identidade discursiva e comportamental, em face da problemática das relações raciais.

A pobreza brasileira tem estreita relação com a desigualdade na distribuição de recursos, e não na escassez dos mesmos: "Isso significa dizer que o Brasil, tanto em termos absolutos como em relação aos diversos países do mundo, não pode ser considerado um país pobre, mas, sem dúvida alguma, deve ser considerado um país extremamente injusto".² Com isso, nascer negro ou negra está diretamente relacionado à possibilidade de estar vinculado à pobreza, pois a "população negra concentra-se no segmento de menor renda *per capita* da distribuição de renda do país".³

IDH em preto e branco

Marcelo Paixão e Wania Sant'Anna⁴ desenvolveram um estudo sobre os indicadores de desenvolvimento da população negra, baseado nos indicadores de desenvolvimento humano (IDH) levantado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), partindo dos dados divulgados, e constatam que:

- a qualidade de vida do(a) negro(a) brasileiro(a) fica em 101º lugar, e a do(a) branco(a), em 46º lugar;
- os(as) negros(as) têm qualidade de vida comparável à de moradores dos países pobres como Vietnã (101º lugar no *ranking* da ONU) e Argélia (100º lugar);
- os(as) brancos(as) têm qualidade de vida similar à de moradores de países como Croácia (46º lugar) e os Emirados Árabes (45º lugar), de maior desenvolvimento.

Quanto ao nível educacional, dados do Ipea apontam que:

- os(as) negros(as) estão muito abaixo do percentual da população brasileira que alcança 15 ou 17 anos de estudo;
- a situação vem se alterando desde de 1992, mas a diferença de acesso e permanência nos estudos tem se mantido a mesma, ou seja, os(as) negros(as) com mais 17 anos de estudo são cinco vezes menos que os(as) brancos(as).

Em relação ao analfabetismo:

- analfabetismo total da população negra, maior de 25 anos, é de 18,2%, e a população branca de apenas 7,7%, ou seja, entre os(as) negros(as) há mais do dobro de analfabetos;

1 HENRIQUES, Ricardo. Desigualdade racial no Brasil: evolução das condições de vida na década de 90. Rio de Janeiro: Ipea, 2001.

2 Idem, *ibidem*, 2001, p. 17.

3 Idem, *ibidem*, 2001, p. 17.

4 PAIXÃO, Marcelo; SANT'ANNA, Wania. Desenvolvimento humano e população afro-descendente no Brasil: uma questão de raça. *Proposta*, Rio de Janeiro, ano 26, n. 73, jul./ago. 1997.

- número de crianças (10 a 14 anos) negras analfabetas é oito vezes maior que as crianças brancas (negras: 16,6%; brancas: 1,9%);
- a baixa qualidade das escolas públicas no Brasil afeta as crianças pobres em geral e as negras em particular;
- sete em cada dez negros(as) não completam o ensino fundamental;
- apenas 2% dos(as) negros(as) conseguem entrar na universidade;
- os dados demonstram que negros(as) vivem em situação idêntica à vivida pelos seus avós na década de 20, embora tenha ocorrido um considerável desenvolvimento econômico no Brasil.

Por outro lado, é preciso enfatizar que, quanto mais aumenta a escolaridade do(a) negro(a), mais se acentuam os diferenciais entre negros(as) e brancos(as), como podemos observar no Mapa da População Negra, publicado pelo Instituto Interamericano Sindical pela Igualdade Racial (Inspir) em 2000.

Com relação à qualidade de vida, podemos constatar que:

- 73,1% dos(as) negros(as) vivem em habitações rústicas, ou seja, barracos ou casas de adobe, palha ou madeira, contra 25,9% dos(as) brancos(as) vivendo no mesmo tipo de moradia;
- grande parte da população negra não desfruta dos serviços de água com canalização interna, coleta de lixo e esgoto encanado, o que certamente resultaria num melhor padrão de saúde;
- 61,6% da população negra vive em densidade excessiva de pessoas moradoras de um domicílio;
- 71% dos(as) negros(as) compartilham com outras famílias ou estão sem banheiro, enquanto 28,3% dos(as) brancos(as) vivem nessa situação. O número de negros(as) nessa situação precária é mais que o dobro de brancos(as);
- Por fim, as diferenças raciais acabam envolvendo o acesso a um padrão civilizatório mínimo, como o acesso à informação e ao conforto no lar;
- 71,3% dos(as) negros(as) não desfrutavam de energia elétrica, contra 28,0% dos(as) brancos(as) sem o mesmo tipo de serviço como demonstram os dados acima, divulgados pelo Ipea, em 2002.

Os dados dessa pesquisa também tratam de aspectos da saúde da população brasileira e indicam que das pessoas com planos privados de saúde 32,39% são brancos(as) e apenas 14,62% são negros(as).

Domicílios, condições de moradia e serviços (em %)

	Condições precárias de moradia*	Energia elétrica**	Banheiro exclusivo***	Densidade excessiva****
Branco (total)	25,9	28,0	28,2	38,4
Negro (total)	73,1	71,3	71,2	61,6

FONTE: Desigualdades raciais. Indicadores socioeconômicos, Brasil 1991-2001, dezembro de 2002.

*Casas com paredes rústicas, feitas com taipa sem revestimentos, madeira aproveitada, palha ou outros materiais. **Sem energia elétrica. *** Sem banheiro ou banheiro compartilhado por mais de um domicílio. **** Mais de três pessoas por domicílio.

Observa-se também que há uma segregação espacial desfavorável à comunidade negra no interior das grandes metrópoles. Os espaços que possuem infra-estrutura (tais como serviços de saneamento básico, coleta de lixo e maior proximidade de outros serviços como assistência médica e escolas) são visivelmente ocupados pela população branca, ao passo que as regiões periféricas e sem estrutura básica são ocupadas por negros(as).

As informações sobre os níveis de renda, educacionais e de expectativa de vida não deixam dúvida quanto às desigualdades raciais: "A desigualdade que se inicia com a falta de oportunidade de educação atravessa as chances de participação plena, leia-se condições igualitárias, no mercado de trabalho, aprofunda-se na menor remuneração obtida na atividade produtiva, perpassa os mecanismos velados ou explícitos de violência e discriminação e desemboca em outras desvantagens como o não gozo de serviços públicos e outros serviços essenciais".⁵

Ausência nas ações

Diante dessa realidade, como entender a ausência do corte racial nas concepções e ações referentes ao Fome Zero? Com certeza, muitas ações do programa atingem a população negra, mas é preciso que isso seja feito de maneira direcionada. Não podemos esquecer que as políticas universais têm melhorado a condição de negros(as) e brancos(as), mas não têm conseguido diminuir os diferenciais entre estas populações.

Para ajudar a entender esse silêncio, destaco uma síntese retirada de minha tese de doutorado,⁶ quando entrevistei gestores de programas sociais de duas prefeituras do Sudeste brasileiro, classificadas progressistas e que assim se consideram:

- nenhum dos entrevistados negou a existência das desigualdades raciais, porém a maioria não estabeleceu nenhuma ligação entre desigualdades raciais e discriminação.

5 Idem, *ibidem*, 1997, p.34-35.

6 BENTO, Maria Aparecida da Silva. *Pactos narcísicos no racismo: branquitude e poder nas organizações empresariais e no poder público*. 2002. 169 f. Tese de doutorado - Instituto de Psicologia, USP, São Paulo.

Poucos entrevistados reconheceram as desigualdades oriundas especificamente da discriminação racial. Assim, as desigualdades podem ser atribuídas a diferentes razões. E, acima de tudo, o sujeito branco desaparece do contexto;

- as desigualdades são prioritariamente atribuídas a um problema de classe. Constatam-se as dificuldades de acesso de negros(as) à escolarização, os baixos recursos econômicos, mas essa situação não é associada a uma estrutura racista;
- freqüentemente apareceu a vinculação da situação do(a) negro(a) hoje com o seu passado escravo. Foi quase ausente o reconhecimento de que também o(a) branco(a) tem uma herança desse passado, que interfere no quadro das desigualdades hoje;
- ficou evidenciado um disseminado desconforto e apreensão quanto aos(as) negros(as) que ascendem. Foram considerados arrogantes, agressivos, e freqüentemente apareceram expressões que revelam que esses(as) negros(as) invadiram um território que o(a) branco(a) considera seu;
- negros(as) apareceram associados a despreparo, pobreza, carência cultural, feiúra, baixos recursos intelectuais, humildade, acomodação, preguiça, drogas e inadaptação;
- ficou explícita uma invisibilidade do(a) negro(a) no universo do(a) branco(a). Os(as) brancos(as) não convivem com negros(as), não se lembram dos(as) negros(as) no cotidiano de trabalho. E, quando lembrados, estão na cozinha fazendo café, reformando prédios, cuidando das praças. Estão distantes. Os entrevistados pareceram incomodados com a constatação de que não têm observado essa realidade;
- a constatação das desigualdades ocorreu, na maioria das vezes, como se não se tratasse de uma situação aética. Raramente foi explicitada uma indignação ante essa constatação. É quase como se essa desigualdade fosse natural;
- com freqüência, a situação de desigualdades foi vista como culpa do(a) próprio(a) negro(a);
- constatou-se o reconhecimento de que os(as) brancos(as) têm mais chances, mais oportunidades sociais e, por essa razão, encontram-se em melhor situação. Às vezes, esse reconhecimento veio acompanhado de um desconforto;
- raramente presenciaram situações de discriminação explícita contra negros(as). Quando isso aconteceu, foi perceptível a censura com relação aos atos de discriminação explícitos. Reconheceram que, por meio de diferentes meandros, os(as) negros(as) são preteridos nos momentos de promoção, têm menos oportunidade de mobilidade dentro da instituição, mas essa interdição reconhecida pelos entrevistados como em razão da raça, ou dos lugares onde estão os(as) negros(as) nas prefeituras, nunca é explicitada, pela instituição, como tendo relação com a racialidade;
- ser branco foi visto como situação de vantagem para os entrevistados que responderam a essa pergunta. Brancos(as) são preferenciados, são bonitos, têm mais chances na competição. É bom ser branco(a);
- reconhecer que negros(as) têm menos oportunidades e que brancos(as) são preferenciados não significou, para a maioria dos entrevistados, considerar que algo deve ser feito para corrigir as conseqüências dessa situação. Medidas específicas voltadas para os(as) negros(as) com vistas a mudar o quadro de desigualdades foram taxadas, pela maioria dos entrevistados, como discriminatórias com relação aos brancos ou como assistencialistas. No entanto, um percentual significativo, em torno de 30% das respostas, indicou que a instituição deve fazer algo com relação às desigualdades.

Pelo exposto, é perceptível que há um percentual de respostas que aponta a discriminação racial e defende uma ação das prefeituras em busca de mudança desse quadro. Algumas pessoas entrevistadas se mostram desconfortáveis ao constatar que brancos(as) são preferenciados nas oportunidades de trabalho. Fica evidente, no entanto, uma predominância de algo como um acordo na maneira como a maioria dos entrevistados trata o tema das desigualdades raciais. Essa visão sobre as desigualdades raciais – que, com certeza, informa a ação desses gestores no cotidiano de trabalho – conforma algo que venho chamando de pacto narcísico. É óbvio que gestores de políticas públicas, empregadores, dirigentes sindicais e patrões não se reúnem todos os dias para decidir as estratégias para discriminar os(as) negros(as) e a maneira como vão justificar essa ação condenável. Mas, pelo que se observa de suas falas e de suas ações, é o que se poderia deduzir.

Nas pesquisas que vimos realizando com brancos(as) e nas questões que surgem nos debates com diferentes grupos (movimentos

sindical, feminista, empregadores, funcionários do poder público envolvidos com políticas de inclusão no trabalho), observa-se que, a despeito das diferentes concepções e práticas políticas desses grupos, existe algo semelhante a um acordo no que diz respeito à maneira como explicam as desigualdades raciais. Na verdade, viver numa sociedade marcada pela desigualdade racial, onde um dos grupos tem supremacia concreta e simbólica sobre o outro, conforma uma visão de mundo diferenciada para todos os implicados.

Assim, tentar diluir o debate sobre raça analisando apenas a classe social, que observamos tão freqüentemente, é uma saída permanentemente utilizada. Com certeza, a questão de classe é importante, mas não esgota a explicação do fenômeno.

Não há como negar o grande contingente populacional branco que compõe, juntamente com o negro, o grupo de desempregados no Brasil. É necessário reconhecer que brancos(as) estão também nas favelas, ao lado de negros(as). No entanto, nos altos postos das empresas, universidades, poder público, enfim, em todas as esferas sociais, temos uma cota de quase 100% para brancos(as). Por essa razão, políticas compensatórias ou de ação afirmativa são taxadas de assistencialistas e são encaradas como uma ameaça para brancos(as), denotando talvez o temor de que tais políticas ponham em xeque a estrutura de poder hoje concentrada nas mãos da população branca.

Como explica Denise Jodelet,⁷ políticas públicas direcionadas àqueles que foram excluídos de nossos mercados materiais ou simbólicos e de nossos valores não são direitos, mas sim favores das elites dominantes.

Denise Jodelet coloca também uma outra questão que, segundo ela, vem aparecendo em muitas pesquisas da atualidade: o que faz pessoas que cultuam valores democráticos e igualitários aceitarem a injustiça que incide sobre aqueles(as) que não são seus pares ou não são iguais a eles(as)?

A explicação desse viés, segundo ela, diz respeito à necessidade do pertencimento social: a forte ligação emocional com o grupo ao qual pertencemos e os interesses envolvidos nesse pertencimento levam-nos a investir nele nossa própria identidade. A imagem que temos de nós próprios encontra-se vinculada à imagem que temos do nosso grupo, o que nos

induz a defender os valores grupais. Assim, protegemos e fortalecemos o "nosso grupo" e excluimos aqueles(as) que não pertencem a ele.

Dessa forma, exclusão passa a ser entendida como descompromisso político com o sofrimento do outro. Assim, para entender o silêncio é necessário compreender as relações entre negros(as) e brancos(as), herdeiros beneficiários ou herdeiros expropriados de um mesmo processo histórico, partícipes de um mesmo cotidiano. A insustentabilidade ética e moral dessa realidade cresce incessantemente, em particular nos últimos 20 anos, tempo em que o movimento negro tem colocado sob fogo cruzado a violação de direitos do povo negro e tem explicitado a verdadeira face deste país.

* Maria Aparecida da Silva Bento

Diretora do Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades (Ceert) e membro do Conselho Nacional de Segurança Alimentar (Consea)

Frentes de combate

Se queremos ver alterado o quadro de pobreza e fome no Brasil, temos de combater as desigualdades. Um bom começo pode ser a realização de um esforço no sentido de formular, em parceria com as organizações negras, um programa nacional que viabilize o corte racial nas ações do programa Fome Zero, informando sobre as características e potencialidades da iniciativa, bem como conectando ações já existentes e fomentando novas ações que colaborem para a eliminação das desigualdades raciais ao mesmo tempo que potencializem o alcance e a eficiência do projeto.

Pode-se ainda desenvolver, em conjunto com as comunidades remanescentes de quilombos, a junção de ações fragmentadas em curso, com vistas a implementar um projeto nacional que favoreça a titulação de suas terras, a emancipação dos quilombolas no que diz respeito a questões voltadas à saúde, edu-

cação, ao acesso a microcrédito, apoio à agricultura familiar e incentivo à produção para o autoconsumo, entre outras.

Uma outra frente de trabalho pode ser desenhada com vistas a favorecer a construção, em conjunto com grupos culturais urbanos, de propostas de geração de emprego e renda e acesso a microcrédito, capazes de fortalecer o desenvolvimento e a sustentabilidade dos microempreendimentos da população negra.

Enfim, pode-se investir esforços na busca do engajamento pró-ativo das organizações urbanas e rurais na rede nacional em defesa da segurança alimentar. Trata-se de viabilizar o envolvimento de uma legião de ativistas, militantes e potenciais colaboradores que podem e devem encontrar um espaço no qual possam engajar-se e promover ações que ampliem as possibilidades de emprego e renda e a mobilização social em favor da eliminação da pobreza e da fome. ■

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BENTO, Maria Aparecida da Silva. *Pactos narcísicos no racismo: branquitude e poder nas organizações empresariais e no poder público*. 2002. 169 f. Tese de doutorado – Instituto de Psicologia, USP, São Paulo.
- SANTOS, Hélio. Políticas públicas para a população negra no Brasil. *Observatório da Cidadania*. Ibase: Rio de Janeiro, n. 3, 1999, p. 147-157.
- PAIXÃO, Marcelo; SANT'ANNA, Wania. Desenvolvimento humano e população afro-descendente no Brasil: uma questão de raça. *Proposta*, Rio de Janeiro, ano 26, n. 73, jul./ago. 1997.
- JODELET, Denise. Os processos psicossociais da exclusão. In: SAWAIA, Bader (Org.). *As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social*. Petrópolis: Vozes, 1999, p. 56-64.
- HENRIQUES, Ricardo. *Desigualdade racial no Brasil: evolução das condições de vida na década de 90*. Rio de Janeiro: Ipea, 2001.

⁷ JODELET, Denise. Os processos psicossociais da exclusão. In: SAWAIA, Bader (Org.). *As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social*. Petrópolis: Vozes, 1999, p. 56-64.

Flavia Mattar

Função social da terra

São estimulantes os números ressaltados pelo agricultor familiar e coordenador geral da Fetraf-Sul/CUT, Altemir Antônio Tortelli, em artigo publicado no IbaseNet <www.ibase.br>. Ele deixou clara a importância da agricultura familiar para o crescimento econômico brasileiro, sem esquecer, é claro, a promoção do equilíbrio social.

Segundo ele, a agricultura familiar destaca-se na geração de trabalho e renda, empregando 13,78 milhões de homens e mulheres no Brasil, o que representa 76,85% das pessoas ocupadas no setor agropecuário. Em média, gera um posto de trabalho a cada 7,8 hectares (ha), diferentemente do segmento da agricultura patronal, que emprega mão-de-obra a cada 67,5 ha.

E as boas notícias não param por aí. As unidades familiares geram em média R\$ 104 por ha/ano, e o segmento patronal gera R\$ 44. A cada R\$ 1 mil investidos no primeiro segmento, são gerados R\$ 7,8 mil em produções. No segundo segmento, R\$ 6,7 mil. A agricultura familiar investe R\$ 58 por ha, enquanto a patronal, R\$ 38.

Milhares de pequenos municípios brasileiros caracterizam-se por aspectos rurais e têm na produção familiar sua principal fonte de renda. Há uma relação estreita entre o desenvolvimento dessas localidades e a situação da agricultura familiar, pois ela dinamiza as outras atividades sociais e econômicas.

Homofobia mata

Pesquisa realizada pela ONG Ações Cidadãs em Orientação Sexual (Acos), com o apoio de professores(as) da Universidade de Brasília, levanta os números da violência contra homossexuais, bissexuais, travestis e transexuais no Distrito Federal e entorno.

É possível estimar que pelo menos 10% da população de Brasília seja homossexual. Somado ao número de bissexuais, essa estatística chega a 15% da população da capital, o que representa 300 mil indivíduos.

O estudo identificou 187 casos de violência, de natureza física, verbal ou psicológica, no ano de 2000. As principais vítimas são estudantes (26,7%), gays em sua maioria (56,7%). Geralmente, sofrem agressão verbal (42,2%). Encabeçando a lista de agressores estão policiais (10,7%) ou grupos (10,7%) que atuam em espaços públicos (43,9%) do Plano Piloto (47,1%).

“Os casos de agressão física, 16%, seguem os de agressão verbal como decorrências das ameaças dos agressores. Os 10,2% de assassinatos classificados crimes de ordem homofóbica têm de ser considerados como significativos. Para o homofóbico, o homossexual não é um ser humano, mas um objeto”, alerta Jaques Jesus, presidente da ONG e secretário geral da Associação dos Acadêmicos Gays, Lésbicas e Simpatizantes do Brasil.

Mais informações:
acos@pop.com.br

Berço de ouro

A história do maior bloco da história do carnaval carioca, o Cacique de Ramos, com mais de 40 anos de existência, foi levantada pelo antropólogo e doutor em Comunicação, Carlos Alberto Messeder Pereira. O resultado de sua pesquisa pode ser conferido no recém-lançado livro *Cacique de Ramos – Uma história que deu samba*.

Tão cantado em versos de pagodes, sambas-canções e sambas de enredo, o bloco foi o responsável pelo surgimento de toda uma grande geração de sambistas. Para se ter uma idéia, foi o berço artístico do grupo Fundo de Quintal e de grandes músicos como Zeca Pagodinho, Almir Guineto, Jovelina Pérola Negra e Jorge Aragão. Tinha início, assim, o fenômeno do pagode, entre o fim da década de 70 e início da década de 80, posteriormente transformado em movimento e enfraquecido pelo mercado com letras e harmonias de baixa qualidade.

No livro, Carlos Alberto articula o nascimento do Cacique de Ramos, o mundo do samba carioca, o movimento de pagode e enfatiza sua importância na criação de grupos musicais como o Fundo de Quintal. Leitores e leitoras, ávidos por reviver ou passar a conhecer a trajetória de um dos mais importantes movimentos culturais brasileiros, poderão adquirir a publicação na versão impressa (R\$ 25) ou eletrônica (R\$ 12,50) no *site* <www.e-papers.com.br>.

Aula prática

Estudantes de medicina, de universidades privadas e públicas, que desenvolvem projetos voltados para as necessidades da população brasileira que vive nas favelas e no interior do país têm uma ótima oportunidade. As inscrições para o Prêmio Saúde Brasil, indo para a sua terceira edição, estão abertas até o dia 12 de setembro.

“Quem vive nos grandes centros urbanos não tem noção do que acontece com a população do interior. O médico precisa conhecer essa realidade, ver as demandas dos que estão excluídos. Assim, é motivado a desenvolver projetos sociais”, avalia um dos idealizadores do prêmio, Gilnei Rodrigues.

Ano passado, o projeto vencedor – cujo objetivo é a prevenção contra a Aids em região de prostíbulos – foi indicado pela Universidade Federal de Santa Maria, no Rio Grande do Sul. Em 2000, a premiação foi para a iniciativa de estudantes que se propuseram a dar aulas de educação e saúde para os sem-terra no interior da Paraíba. Lá, os(as) futuros(as) doutores(as) da Universidade Federal da Paraíba falavam sobre gravidez, mortalidade infantil e higiene, entre outros assuntos.

Os trabalhos concorrem ao prêmio por indicação das universidades onde foram elaborados e implementados. São responsáveis pelo projeto inscrito os(as) estudantes autores(as), o(a) professor(a) orientador(a) e ou responsável pelo departamento ou pela universidade.

Mais informações:
www.saudebrasilnet.com.br

Vida à Cultura

Um projeto vitorioso, que conquistou para o Brasil alguns dos maiores prêmios internacionais na área de programação infantil de televisão, está literalmente ruindo. O governo do estado de São Paulo não está dando o devido apoio financeiro para a sobrevivência – mais do que necessária no mar de lama dos canais televisivos brasileiros – da TV Cultura.

É grande a lista de dificuldades enfrentadas pela emissora, que já precisou demitir mais de 300 funcionários(as). Seus equipamentos, ainda analógicos, são tão antigos que não suportam mais reparos emergenciais. O sinal da programação em algumas das maiores cidades do interior de São Paulo já foi cortado.

Os problemas parecem não ter fim. A caixa d'água da entidade, de 240 mil litros, ameaça desabar. O diretor-superintendente da entidade mantenedora da TV Cultura, a Fundação Padre Anchieta, Manuel Luiz Luciano Vieira, denuncia ainda que “o reaproveitamento de fitas chegou a ponto de canibalizar até material de arquivo, ameaçando a própria memória da Fundação e da televisão brasileira”.

Junta-se à *distração* governamental a queda nas receitas de publicidade, devido à falta de atrativos e de competitividade de uma emissora que ainda está conseguindo, apesar de tudo, aguardar o oxigênio necessário para voltar a respirar.

Yanomami sem plumas

Um pouco do universo Yanomami, da aldeia Watoriki, “A montanha do vento”, poderá ser conhecido, por meio de pinturas, esculturas, fotografias, vídeos e músicas, na Fundação Cartier para a Arte Contemporânea, em Paris. A exposição “Yanomami – Espíritos da floresta” ficará em cartaz até o dia 12 de outubro. Os próximos destinos serão, ao que tudo indica, São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília.

Quem espera uma mostra com ornamentos, objetos indígenas e a vida *exótica* na floresta vai se surpreender. As obras foram produzidas por artistas contemporâneos de diversas nacionalidades que conviveram com os xamãs e a comunidade indígena por um pouco mais de uma semana. Graças a esse contato, colocaram em prova seus universos criativos em face das concepções Yanomami sobre as imagens xamânicas, sem intenção de ilustração ou tradução, mas por meio do desenvolvimento de associações livres.

Entre os representantes do Brasil estão a fotógrafa Claudia Andujar, a artista plástica Adriana Varejão e dois Yanomami. Dois jovens da comunidade, Joseca Yanomami e Geraldo Yanomami, participaram, respectivamente, com desenhos do universo xamânico que entraram em diálogo com outras obras e como ajudante do *making of* da exposição.

Mais informações:
www.proyanomami.org.br

Para que servem os transgênicos?

Uma das conseqüências mais importantes da decisão judicial que proíbe, desde 1998, a liberação de espécies transgênicas no Brasil² é a possibilidade de debate. Nos Estados Unidos, principal precursor e produtor de transgênicos mundial, a discussão pública não aconteceu, e, somente anos após as primeiras autorizações governamentais, devido às críticas públicas advindas de países da União Européia, a sociedade norte-americana acordou para o problema.

Na verdade, a proibição no Brasil, um dos três maiores exportadores de soja – o alimento transgênico mais produzido no mundo –, propiciou um terreno fértil aqui e no mundo para uma análise mais cuidadosa e aprofundada dos argumentos sedutores apresentados pelos defensores dessa nova tecnologia na produção de alimentos, sendo o principal deles a promessa de que os transgênicos podem acabar com a fome.

Conforme todas as estatísticas oficiais, o número de famintos e famintas é indecente, e esse quadro não tem apresentado evolução significativa ao longo das décadas. Ao contrário, segundo relatório elaborado e divulgado pela FAO (*Food and Agriculture*

Organization of the United Nations).³ em 2000, as últimas estimativas indicam 826 milhões de pessoas subnutridas (entre 1996–1998), sendo 792 milhões em países em desenvolvimento e 34 milhões em países desenvolvidos.

Nesse sentido, a possibilidade de erradicação da fome a partir de uma nova tecnologia (no caso, os alimentos transgênicos) convence os incautos e, no mínimo, sensibiliza e torna grande parte da população "simpática" à referida tecnologia. Serve ainda como escudo contra aqueles que se opõem aos transgênicos por argumentos que não podem ser comparados ao objetivo maior de pôr fim à fome.

A propósito, aproveitando a determinação do novo governo brasileiro, explicitada no seu programa principal, o Fome Zero, o diretor de produtos globais da Monsanto, Harvey Glick, declarou no início deste ano que as espécies geneticamente modificadas "não só garantem maior produtividade como também podem ajudar o país a desenvolver safras resistentes às secas do Nordeste".⁴ Felizmente, os últimos anos têm permitido desnudar essa falácia sustentada por muita publicidade e pelo lobby pró-transgênico presente no meio político, científico e industrial de várias partes do mundo.

Recente pesquisa realizada pelo Ibope – em dezembro de 2002 com 2 mil pessoas em todas as regiões do território nacional – revelou que 55% dos entrevistados não acreditam que os transgênicos vão acabar com a fome do mundo contra 28% que concordam total ou parcialmente com a afirmação.⁵ É verdade que se trata da minoria, mas o número reflete o forte apelo que a alardeada solução para a fome causa, apesar de sua absoluta inconsistência.

Um primeiro dado faz cair por terra a alegação frágil dos defensores dessa tecnologia para erradicar a fome: é notório existir hoje no mundo alimentos suficientes para atender toda a população mundial e ainda sobrar muito. De acordo com Miguel Altieri, professor da Universidade de Berkeley (Califórnia, EUA), e Peter Rosset, do Instituto Food First (EUA), existe atualmente, no mundo, alimento suficiente para prover 2 kg diários para cada pessoa: 1,1 kg de grãos, aproximadamente 450 g de carne, leite e ovos e mais 450 g de frutas e vegetais – isso significa que, se os alimentos disponíveis fossem distribuídos adequadamente,

não subsistiriam carências na dieta alimentar de qualquer pessoa.⁶

A partir daí, qualquer reflexão sobre a questão leva à conclusão óbvia que é a falta de distribuição mínima de renda e de empregos que geram pobreza, marginalização e fome. É a concentração de terras e de riqueza aliada à falta de apoio à agricultura familiar que dificulta a produção para a própria subsistência e geração de renda provocando fome.

Assim, não há tecnologia de produção de alimentos capaz de resolver um problema de raízes profundas de ordem socioeconômica. A esse respeito, o atual presidente da Monsanto no Brasil, Rick Greubel, reconheceu recentemente: "Temos consciência de que, sozinha, a biotecnologia não é capaz de resolver o problema da fome, mas, aliada ao aumento da oferta de empregos e à distribuição de renda, não pode ser desprezada".⁷ Ora, com empregos e distribuição de renda e a atual produção de alimentos, para que transgênicos?

Efeito inverso

Não custa lembrar que, durante a Revolução Verde, nas décadas de 60 e 70, o principal argumento para convencimento da necessidade do uso dos herbicidas foi justamente a necessidade de se produzir mais alimentos para uma população mundial crescente e com significativo percentual de famintos. Passadas algumas décadas, pode-se comprovar que, evidentemente, os agrotóxicos não resolveram a fome. Ao contrário, segundo muitos estudiosos, sua utilização provocou efeito inverso com a maior dependência dos agricultores aos insumos agrícolas fabricados pelas multinacionais do setor.

No caso específico em análise, o argumento de acabar com a fome mostra-se ainda mais improcedente porque até o propalado aumento da produtividade é contestado por diversas pesquisas realizadas.

Finalmente, um último aspecto que combate os transgênicos como a salvação para a fome mundial, apesar de seu caráter indireto ou não imediato, não pode ser ignorado. As sementes geneticamente modificadas são patenteadas, e a referida tecnologia concentra-se nas mãos de poucas – e cada vez menos – empresas transnacionais. A conclusão inevitável, caso haja autorização para transgênicos no país, é que os custos de produção

1 O Idec é uma organização não-governamental que há 15 anos luta pelos direitos dos consumidores <www.idec.org.br>.

2 Ação civil pública proposta pelo Idec em face da União Federal, atuando, como litisconsorte do Idec, a Associação Civil Greenpeace, e, da União Federal, à Monsanto do Brasil. A ação pede a realização de estudo de impacto ambiental previamente à liberação de espécies geneticamente modificadas e à elaboração de norma para avaliação dos impactos na saúde e norma para rotulagem de transgênicos.

3 *The state of food insecurity in the world* – 2000.

4 Em matéria publicada no jornal *Folha de S. Paulo*, 24 nov. 2002.

5 Entrevistados que não sabem ou não quiseram opinar totalizaram 18%.

6 Dados citados pelo agrônomo Jean Marc von der Weid, coordenador de políticas públicas da Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa (AS-PTA), à *ComCiência*, 10 maio 2002.

7 Em matéria publicada no jornal *O Estado de S. Paulo*, 27 jan. 2003.

Qualquer novo produto, qualquer nova atividade que afete diretamente a sociedade deve ter seus possíveis riscos analisados, mas somente depois de verificados seus benefícios

irão se tornar mais elevados, e a dependência dos agricultores, maior, acarretando maior pobreza no campo e fome.

Lamentavelmente, ao lado dos insustentáveis e apenas aparentes benefícios dessa polêmica tecnologia de produção de alimentos, os riscos à saúde e ambientais indicam que a mesma não deve ser adotada. Com efeito, é freqüente nessa discussão a ponderação de que os transgênicos não causam mal e/ou que nada se provou em termos de danos à saúde ou ao meio ambiente. Mas existe nessa alegação uma inversão da lógica: espera-se que a sociedade demonstre potenciais danos ou, na hipótese contrária, que se cale e aceite. Porém, pela legislação em vigor, cabe ao proponente da tecnologia provar que aquilo que pretende oferecer no mercado de consumo não traz riscos à vida e à saúde e/ou ao meio ambiente. E, infelizmente, uma avaliação rigorosa e independente sobre os impactos à saúde e ao meio ambiente de cada uma das espécies já liberadas em alguns países não aconteceu.

Riscos impostos

A questão colocada acima é imprescindível, mas é posterior à outra pouco debatida. Na opinião do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idéc), organização não-

governamental que acompanha a questão desde 1996, a primeira indagação que deve ser feita com relação aos transgênicos é: por que consumidores e consumidoras devem se submeter aos riscos impostos por essa tecnologia? Qualquer novo produto, qualquer nova atividade que afete diretamente a sociedade deve ter seus possíveis riscos analisados, mas somente depois de verificados seus benefícios. No caso específico dos transgênicos, se não há benefícios concretos para a sociedade, ou seja, se não trazem nenhum

benefício real do ponto de vista dos consumidores – não são mais baratos, nutritivos e tampouco mais seguros que os similares (convencionais), implicando riscos absolutamente dispensáveis aos seres vivos –, qual a razão de aceitá-los?

A título ilustrativo, vale citar a análise que precede a liberação de medicamentos, na qual essa relação risco/benefício é relevada. O medicamento é utilizado, geralmente, em uma pessoa doente, sem muitas alternativas terapêuticas; portanto, há algum nível de aceitação de risco, como os efeitos colaterais previamente alertados na bula e admitidos pelo paciente. Já o alimento é consumido por todas as pessoas, indistintamente, que não têm porquê assumir riscos previsíveis ou imprevisíveis na ingestão de alimentos.

É preciso ponderar, ainda, que o medicamento chega ao consumidor de forma altamente purificada, enquanto o alimento é consumido por completo, incorporando não apenas a modificação genética, mas também quaisquer substâncias formadas nas alterações resultantes diretamente da manipulação genética ou indiretamente, devido a efeitos não esperados, a mudanças em práticas agrícolas (aumento do uso de agrotóxicos) ou a condições ambientais decorrentes das características do novo produto.

Além disso, o organismo produtor do medicamento não é liberado no meio ambiente, mas a planta transgênica é produzida no meio ambiente, decorrendo daí consequências ambientais não avaliadas adequadamente até o momento.

Um outro aspecto relevante é que, embora muitos riscos dos alimentos transgênicos possam ser descartados antes da liberação, mediante ensaios prévios rigorosos, boa parte dos riscos toxicológicos permanecem imprevisíveis. Como no caso do medicamento, muitas reações adversas graves são identificadas apenas na fase pós-comercialização, quando populações maiores são expostas. E, justamente porque boa parte dos riscos não pode ser identificada, nem excluída antes da comercialização, mesmo fazendo uma rigorosa análise, deve-se, também, assegurar mecanismos adequados para permitir a investigação pós-mercado – o que, no caso concreto dos transgênicos, não é feito, uma vez que os grandes produtores mundiais (EUA, Argentina e Canadá) não recorrem aos mecanismos de controle posterior à introdução no mercado consumidor.

Nesse sentido, sustenta-se a imprescindibilidade da rotulagem completa dos transgênicos. O direito à informação e à liberdade de escolha, ambos assegurados pelo Código de Defesa do Consumidor (artigos 6º, II e III e 31º), para o Idec e para as organizações que compõem o Fórum Nacional das Entidades Cíveis de Defesa do Consumidor, já seriam suficientes para justificar a rotulagem. Ademais, apenas a informação precisa e completa (gene doador, percentual de ingrediente transgênico etc.) pode permitir uma investigação e análise sobre o impacto dos transgênicos na alimentação, bem como rastrear a origem, em caso de danos.⁸

Há quem entenda que o fato de já ter ocorrido a autorização de espécies transgênicas nos Estados Unidos (como a soja *Roundup Ready* e o milho *Bt*) basta, em razão da credibilidade de que gozam os órgãos governamentais norte-americanos. No entanto, a verdade é que a liberação nos Estados Unidos ocorreu sem qualquer avaliação de riscos, já que o FDA (*Food and Drug Administration*) utilizou-se de um "conceito", qualificado por cientistas de *pseudocientífico*, para não proceder à avaliação devida: a *equivalência substancial*. Efetivamente, esse conceito restringe a avaliação, pois preconiza um número limitado de ensaios para a determinação da composição e do potencial toxicológico dos produtos para, finalmente, concluir que, como há uma *equivalência substancial* entre a espécie convencional e a transgênica (naqueles aspectos examinados), não é necessário proceder a uma avaliação.

A utilização desse conceito exclui a possibilidade de que substâncias tóxicas, não "selecionadas" para os testes, estejam presentes nesses novos alimentos e aceita como suficientes os testes em uma ou poucas espécies de animais de laboratório, sempre por poucas semanas, e a falta de ensaios de toxicologia crônica. Também não exige nenhum teste, eticamente aceitável, em grupos de seres humanos, como recomendam alguns especialistas.

Não é por outra razão que o FDA está sendo processado nos EUA, país que iniciou a adoção e aplicação da *equivalência substancial* no processo de desregulamentação desses produtos e que influenciou processos idênticos em vários países. Na ação judicial, o FDA foi obrigado a revelar

cerca de 44 mil páginas de documentos e memorandos internos, quando se pôde constatar que a agência desconsiderou as preocupações de seus próprios cientistas que alertavam para os riscos inerentes e desconhecidos dessas novas espécies.⁹

Em que pese o desconhecimento quase completo sobre essas espécies, alguns riscos potenciais para a saúde já foram apontados por entidades científicas de todo o mundo. O *aumento ou potencialização dos efeitos de substâncias tóxicas* naturalmente presentes nas plantas manipuladas geneticamente pode ocorrer, como adverte o dr. Michael Hansen, biólogo da Consumers Union. Por outro lado, outras substâncias podem ter a sua quantidade diminuída, como foi demonstrado com os fitoestrógenos genistina e daidzina (presentes na soja e que protegem as mulheres contra o câncer de seio), que diminuíram a sua quantidade em 12% e 14% em algumas variedades transgênicas resistentes ao glifosato.

O *aumento das alergias alimentares*, afecção subestimada pelas autoridades sanitárias e pelas empresas e que acomete parcela significativa da população, pode ocorrer devido à ingestão de novas proteínas ou novos compostos que se formam nos alimentos geneticamente modificados. Essa possibilidade não é tão remota assim, como foi demonstrado no caso da soja da Pioneer Hi-breed, que recebeu um gene da castanha-do-pará, causando alergia em pessoas que também eram sensíveis à castanha. Em março de 1999, pesquisadores do Instituto de Nutrição de York, Reino Unido, revelaram um aumento de 50% nos casos de alergia à soja em 1998, afirmando que esses resultados poderiam ser devidos à introdução da soja geneticamente modificada na alimentação.

O direito à informação e à liberdade de escolha, ambos assegurados pelo Código de Defesa do Consumidor, já seriam suficientes para justificar a rotulagem

⁸ Foi publicado o Decreto 4.680, de 24 de abril de 2003, que estabelece, entre outros aspectos, que os produtos para consumo humano e animal que contenham ou tenham sido produzidos a partir de organismos geneticamente modificados com presença acima de 1% devem ser rotulados.

⁹ Alguns dos principais documentos que apresentam a opinião técnica dos cientistas do órgão podem ser lidos acessando-se o site de uma das organizações autoras da ação: <www.biointegrity.org>.

* **Andrea Salazar**

Advogada e coordenadora de campanhas do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec)¹

A possibilidade de que aumentem as alergias alimentares pela introdução dos transgênicos reforça, também, a necessidade da rotulagem plena desses alimentos.

Outra preocupação refere-se à possibilidade do *aumento da resistência bacteriana a antibióticos*, pelo uso de genes marcadores que conferem essa característica na "construção" dos alimentos geneticamente modificados e que podem ser transferidos a bactérias que infectam o ser humano e os animais. O aparecimento de superbactérias resistentes a todos os antibióticos é hoje a maior preocupação das autoridades mundiais de saúde. Em maio de 1999, a Associação Médica Britânica divulgou um manifesto a esse respeito, pedindo, também, a moratória nas autorizações de alimentos transgênicos, apontando o uso desses genes marcadores como uma séria ameaça à saúde pública, apelando para a proibição imediata do seu uso.

Também é relevante a possibilidade de *aumento de resíduos de determinados agrotóxicos* nos alimentos e nas águas de abastecimento, devido ao uso em quantidade muito maior dessas substâncias em plantas resistentes. Um bom exemplo ocorreu no Brasil: se não tivessem ocorrido o pedido de liberação comercial da soja *Roundup Ready*, resistente ao glifosato, e o parecer favorável da CTNBio (Comissão Técnica Nacional de Biossegurança), o Ministério da Saúde, acredita-se, não tentaria aumentar cem vezes o limite de resíduos desse veneno nos produtos à base de soja,¹⁰ ou seja, de 0,2 parte por milhão para 20 partes por milhão, resultando-se daí uma consequência danosa para os consumidores.¹¹

Mercado de sementes

Além dos aspectos sanitários propriamente ditos, o impacto dos transgênicos do ponto de vista ambiental, que também vem sendo absurdamente desconsiderado, pode trazer de forma indireta riscos à saúde e à segurança alimentar. A *perda da diversidade genética* na agricultura, aliada à *concentração do mercado de sementes* por poucas empresas multinacionais, em escala global, poderá fazer com que umas poucas variedades transgênicas venham a substituir tanto as variedades melhoradas por processos convencionais como as milhares de variedades selecionadas pelos próprios agricultores, chamadas locais ou tradicionais, que são a base da subsistência de metade dos agricultores do mundo.

Portanto, a conclusão a que se chega é que não foram realizados estudos experimentais suficientes sobre os potenciais efeitos adversos dos alimentos transgênicos para justificar a segurança desses produtos. Essa conclusão consta de uma revisão bibliográfica publicada numa revista espanhola de saúde pública,¹² sobre pesquisas a respeito dos potenciais efeitos adversos à saúde, provocados pela ingestão dos alimentos modificados geneticamente. A revisão foi feita nas duas maiores bases de dados, a Medline e a Toxline, e outras referências bibliográficas na Internet. Os autores encontraram apenas seis estudos experimentais originais publicados e alertaram para a ausência de referências correspondentes a estudos ou avaliações nutricionais, toxicológicas e imunológicas relacionadas a esses alimentos, com caráter experimental. Os autores concluem no artigo que:

[...] podem-se estabelecer algumas conclusões referentes ao conhecimento do estado atual dos potenciais efeitos adversos sobre a saúde dos alimentos geneticamente modificados. Assim, embora as manifestações nos meios de comunicação, levadas a cabo por representantes das empresas de biotecnologia que se dedicam à elaboração dos alimentos geneticamente modificados, indicarem que, de acordo com seus estudos, o consumo de alimentos geneticamente modificados já comercializados ou em vias de serem comercializados não implica riscos para a saúde humana, diante da ausência de publicações de experimentos originais, o manifestado por ditas empresas se converte em mero ato de fé, pelo fato de os resultados não terem sido devidamente julgados ou comprovados pela comunidade científica internacional.

Portanto, de um lado, há a avaliação riscos versus benefício que demonstra não haver vantagem alguma para a sociedade para que se justifiquem os riscos impostos por essa nova tecnologia aplicada à produção de alimentos. De outro lado, existem potenciais danos sérios apontados por entidades científicas que reforçam a necessidade de rejeição por parte da sociedade dessa tecnologia aplicada à agricultura. ■

¹⁰ Portaria 764, de 24 de setembro de 1998.

¹¹ Após a contestação ao referido aumento, pelo Idec e outras entidades, outra portaria foi publicada, estipulando em 2 ppm o limite de glifosato na soja, ainda assim, dez vezes mais.

¹² Ver *Esp. de Salud Publica*, Madri, v. 74, n.3, maio/jun. 2000. A pesquisa foi realizada pelos pesquisadores José L. Domingo Roig e Mercedes Gómez Arnáiz, do Laboratorio de Toxicología Y Salud Medioambiental, Facultad de Medicina, Universidade Rovira e Virgili, Tarragona.

O Ibase tem propostas e quer contar com a sua participação.

QUALIFICAR E FACILITAR A PARTICIPAÇÃO DE PESSOAS QUE QUEREM CONSTRUIR UMA SOCIEDADE MAIS JUSTA É UMA DAS PROPOSTAS DE TRABALHO DO IBASE.

Somente no ano passado formamos mais de 2 mil pessoas para acompanhar e discutir com governos municipais a elaboração de seus orçamentos e saber como e onde o dinheiro de seus impostos está sendo usado. Você também pode saber. É só consultar o site do Ibase*.

Exigir transparência por parte dos governos e assegurar que o orçamento público cumpra sua função de reduzir as desigualdades sociais beneficiando, principalmente, os mais pobres é um desafio nosso e seu também.

MAS O IBASE TEM OUTRAS PROPOSTAS PARA COMBATER AS DESIGUALDADES NO BRASIL. E DESENVOLVE PROJETOS PARA:

- Garantir a toda a população acesso à alimentação
- Estimular e cobrar responsabilidade social das empresas
- Articular e fortalecer lideranças sociais
- Monitorar compromissos sociais assumidos pelo governo brasileiro nas conferências da ONU
- Avaliar programas de geração de trabalho e renda
- Disseminar informações e opiniões sobre temas como racismo, mulher, criança e adolescente, meio ambiente.

* Orçamento Municipal do Rio de Janeiro. Link: www.cidadetransparente.org.br

Amigos
do **Ibase**
estinho



Seja amigo(a) do Ibase e faça a sua parte.

É só enviar o formulário abaixo.

EU QUERO FAZER PARTE DESTA MUDANÇA

Contribuindo mensalmente com:

R\$ 10,00 R\$ 20,00 R\$ _____

Autorizo débito automático em minha conta corrente

Banco do Brasil Bradesco

Agência: _____ Conta: _____

OU

Contribuindo: mensalmente trimestralmente semestralmente

Com o valor de: R\$ 50,00 R\$ 70,00 R\$ _____

Autorizo débito no meu cartão de crédito:

American Express Visa

Nº do cartão: _____ Validade cartão: _____

Aguardo receber formulário de depósito bancário.

Nome _____

_____ Sexo F M

Endereço _____

Cidade _____

UF: _____ CEP _____

Telefone/fax: _____

e-mail: _____

Nascimento: ____/____/____

CPF: _____

Data: _____

Assinatura: _____

ENVIE POR CORREIO Av. Rio Branco - 124,
8º andar - Centro - Rio de Janeiro - RJ -
CEP 20148-900 OU FAX (21)3852-6028.

Estratégias alimentares na Argentina neoliberal

Amartya Sen, Prêmio Nobel de Economia de 1998, afirma que “a fome não está ligada à disponibilidade de alimentos de uma região, mas ao seu preço relativo, ao poder aquisitivo da população e às suas condições de trabalho”. Esse é o caso quando falamos da problemática alimentar da Argentina, país com a maior disponibilidade de alimentos *per capita* do planeta, que neste ano produzirá 70 milhões de toneladas para 37 milhões de habitantes. Sua disponibilidade de energia, segundo as folhas de balanço, chega a 3.181 calorias. A Argentina também é o primeiro país produtor de alimentos orgânicos do mundo, o segundo em alimentos transgênicos, depois dos EUA, o quinto exportador e o oitavo produtor de alimentos.

Novamente segundo Amartya Sen, as variáveis índices de preço, poder aquisitivo da população e emprego estão relacionadas, na Argentina, com inflação, pobreza, exclusão social e desemprego. Para uma parte considerável da população, essas variáveis inquestionavelmente impedem o acesso à alimentação.

[Tradução: Lourdes Grzybowski]

As mudanças estruturais produzidas no país na década de 90 ajustaram o modelo neoliberal existente de acordo com a submissão aos planos ditados pelo FMI. Os resultados obtidos derivam da concentração da riqueza, da multinacionalização das empresas, até as de serviço, das políticas de ajuste, do aumento da dívida externa, das mudanças no modelo agropecuário e assim por diante.

Esse modelo de concentração econômica e exclusão social ocorre também no campo. Foi imposto um novo *modelo* de agricultura sem agricultores, de monocultura a favor da produção forrageira e de oleaginosas destinadas à exportação em detrimento do cultivo de cereais tradicionais e das economias rurais, com a implantação de altas tecnologias, de semeadura direta, de cultivos transgênicos e de aumento da dependência pela utilização do pacote tecnológico forçado pelas multinacionais.

Basta olhar os dados publicados pelo último Censo Nacional Agropecuário de 2002, que nos mostram a redução de 24,5%, em média, das explorações agropecuárias no país desde 1988. Simultaneamente, aumentou em 28%

o tamanho médio das propriedades, o que significa 538 hectares por unidade (com um aumento maior que 100 hectares no mesmo período), evidenciando sua concentração, e uma queda de 45% no estoque de gado ovino e de 40% no de gado suíno, mantendo-se igual o número de cabeças de gado bovino. Neste ano, está prevista uma colheita recorde que alcançará 70,6 milhões de toneladas, a qual, por sua vez, dará origem a exportações equivalentes a mais de US\$ 10 bilhões (*Clarín*, 6 fev. 2003, p. 10). Somente a soja é responsável por 50% dessa colheita. O trigo, o milho e o girassol tiveram sua área semeada diminuída, cedendo espaço para a referida leguminosa.

Como resultado da desvalorização ocorrida em janeiro de 2001, produz-se uma situação inflacionária que afeta particularmente os preços dos alimentos básicos da dieta familiar, visto que o modelo agroexportador impulsiona os preços que incidem no mercado interno. Cereais e derivados, carnes, laticínios e óleos sofrem aumentos superiores à possibilidade de acesso aos mesmos pela população de baixa renda, aumentando, por sua vez, o custo da cesta básica de alimentos (**gráfico 1**).

Gráfico 1: Cesta básica de alimentos - Variação anual de preços

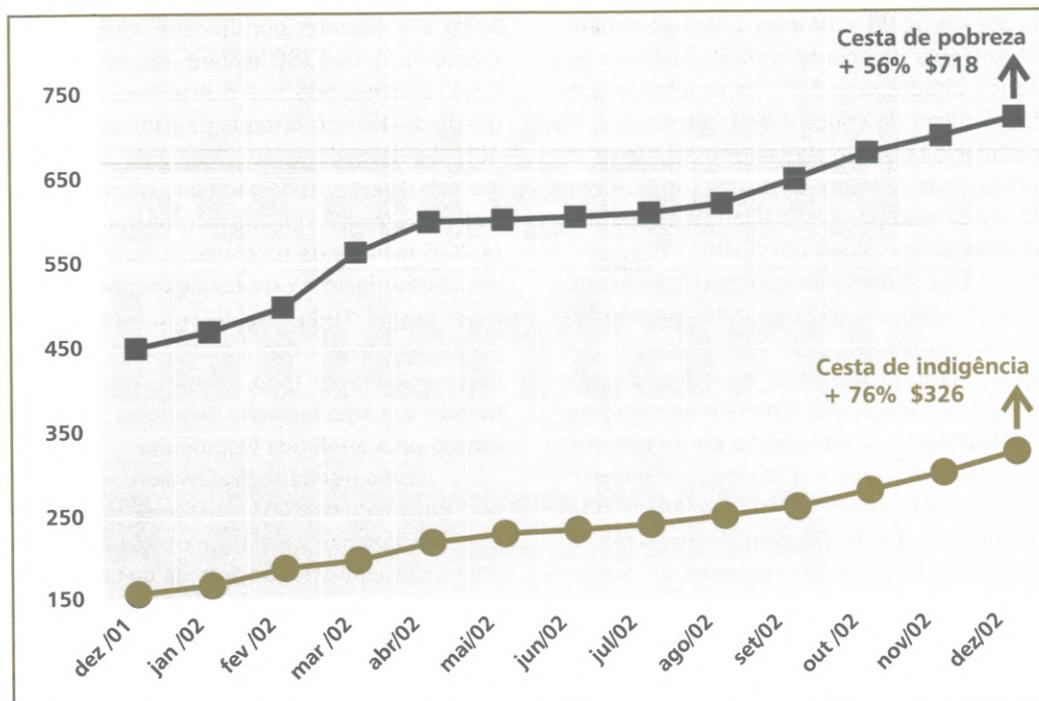
Produto	Preços médios Marcas líderes		Variação (%)
	11/jan/02	03/abr/03	
Arroz	1,92	3,8	98,3
Macarrão	0,7	1,46	109,87
Macarrão	1,23	2,41	96,65
Alcatra cortada para milanesa	1,92	4,62	140,01
Azeite de girassol	2,13	5,13	141,05
Açúcar	0,6	1,32	119,86
Leite	0,85	1,38	61,54
Erva-mate	2,44	2,8	14,58
Tomate redondo longa vida	0,49	1,41	186,58
Batata inglesa	0,57	1,17	106,62
	12,85	25,5	98,44

LEVANTAMENTO DE PREÇOS EM SUPERMERCADOS E HIPERMERCADOS - CAPITAL FEDERAL E GRANDE BUENOS AIRES. VALORES DE 3 DE ABRIL DE 2003. DURANTE TODO O ANO DE 2002 OS PREÇOS DOS ALIMENTOS BÁSICOS AUMENTARAM EM MÉDIA 75%.
 FONTE: ADELCO.

O valor da cesta básica é o indicador utilizado para definir as linhas de pobreza e de indigência, sendo a resultante uma diminuição no consumo de alimentos básicos, como a carne e o leite (gráfico 2). A pobreza estende-se

por todo o país, com as diferenças que assinamos, sendo que alcança em média 57,5% da população, e a indigência, 27,5%, evolução essa desmesurada no breve tempo que representa o período 2001–2002 (gráfico 3).

Gráfico 2: Cesta - Casal com 2 filhos, em pesos mensais



Em 11 de janeiro de 2003 a cesta básica de alimentos aumentou em 100,27%.
FONTE: INDEC.

Desemprego e fome

A incidência do preço da cesta básica no orçamento familiar é diferente em cada um dos setores sociais (gráfico 4), uma vez que, percentualmente, a aquisição de alimentos é maior nos lares de menos recursos e menor nos setores médios e altos, alcançando 47,4%, 41% e 38,6%, respectivamente.

A desvalorização do salário é outro dos fatores a serem considerados nesse período, visto que no último ano chegou a 29,2%, ao qual somamos um desemprego que oscila entre 22% e 23,6%, abrangendo 5,4 milhões de pessoas, entre desempregadas e subempregadas. E 75% dos trabalhadores empregados ganham menos de 717 pesos – valor que marca a linha de pobreza.

Não há dúvida de que essa situação atinge mais aquela que consideramos população vulnerável e, em especial, a infância, os menores de 5 anos e as mulheres grávidas que atravessam uma situação de alto risco alimentar. Não existem estudos epidemiológicos oficiais sobre a situação da desnutrição infantil: o que há são análises

jornalísticas em tom catastrófico, e os rostos das crianças do interior do país e sua mortalidade, assim como os graus de severa desnutrição, têm percorrido o mundo e não correspondem às crianças de um país produtor de alimentos.

O Centro de Estudos sobre Nutrição Infantil (Cesni) determina um novo indicador que é chamado de “insuficiência alimentar” e definido como a aquisição de renda insuficiente para comprar a cesta básica de alimentos, ainda que dois terços da renda familiar sejam destinados para isso.

Em maio de 2002, segundo a Encuesta Permanente de Hogares – uma espécie de pesquisa nacional por amostra de domicílios –, a quantidade de pessoas com renda insuficiente chegava a 75% do total de pobres. Também de acordo com tal pesquisa, a quantidade de domicílios e pessoas com insuficiência alimentar era maior que os indigentes: se, naquele período, estes somavam 9,5 milhões, a quantidade de pessoas com insuficiência alcançaria 14,5 milhões. Esse indicador é semelhante ao considerado como risco nutricional pelos órgãos oficiais.

Segundo as estatísticas do Ministério da Saúde, a mortalidade infantil alcança 18,6%, em média, com números diferenciais conforme as regiões do país, a maioria deles de mortes evitáveis. Em Corrientes, por exemplo, a mortalidade infantil alcança 30% e, em Goya, que pertence a essa província, chega a 50%. A desnutrição crônica é uma epidemia em muitas províncias do interior, e aos efeitos da pobreza sobre as crianças devemos somar o déficit de alimentação, de moradia, de educação, de saúde, de afeto e estimulação, bem como o aumento do trabalho infantil, da violência, dos acidentes, a ausência total de proteção social, a falta de documentação e, atualmente, acrescentamos ainda os efeitos das catástrofes naturais.

Uma em cada cinco crianças argentinas está desnutrida (20% delas). Segundo o Cesni, a desnutrição crônica era de 17% em 2001, mas no último ano superou o número mencionado, alcançando 25%, registrando atualmente 10% de desnutrição aguda.

Os índices antropométricos já assinalavam em 2000 uma diminuição de 13% na estatura da população escolar, porcentagem essa que certamente é maior atualmente. O baixo peso ao nascer, ocasionado pelo déficit nutricional da mãe e da criança, implica maior mortalidade infantil, maior número de infecções respiratórias e gastrointestinais agudas, e, junto com a gravidez de adolescentes, calcula-se que tenham aumentado em 30% nesse período. As crianças nessas condições sofrem não só de atrasos físicos, mas também de déficits de amadurecimento neurológico e imunológico que afetam seu crescimento e seu desenvolvimento normal. Nessas condições, o acesso à educação, ao conhecimento e, posteriormente, à inserção no trabalho torna-se uma utopia.

A falta de acesso a uma alimentação saudável acarreta, por sua vez, uma dieta pobre, reduzida a um número cada vez menor de

Gráfico 3: Radiografia da pobreza



FONTE: INDEC.

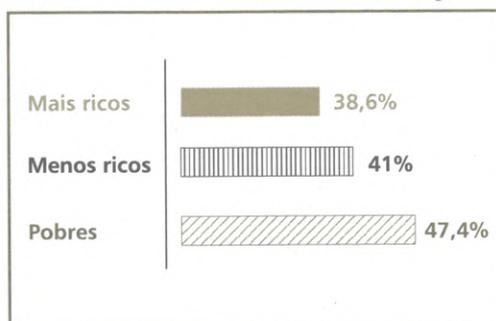
alimentos. Patricia Agirre assinala a ruptura do padrão alimentar: em 1965, a alimentação era integrada por uma diversidade de 74 alimentos, que, em 1996, foram reduzidos a 12. A revista *Mercado* sustenta que a base da alimentação atual se reduz ao arroz e ao macarrão, com diminuição do consumo de outros alimentos essenciais para cobrir as recomendações nutricionais, como as carnes, os laticínios, as verduras e as frutas.

Produz-se assim uma crise alimentar, uma desintegração social condicionada pela crise que caracteriza o modelo ao negar o acesso à alimentação a uma parte majoritária da população. São duas maneiras de comer e duas maneiras de viver. Diferenciamos o que chamamos de comidas para pessoas pobres e comidas para pessoas ricas.

Como conseqüência disso, aparecem em umas doenças degenerativas e obesidade, e, em outras, as mais pobres, carências não só energéticas e protéicas, mas também de micronutrientes essenciais, em especial de vitaminas A, D e C, de ferro, cálcio e zinco. Segundo o Cesni, a carência de ferro afeta entre 30% e 65% das crianças entre 8 e 24 meses por déficit de ingestão, afetando principalmente seu desenvolvimento intelectual. Entre as grávidas da província de Buenos Aires, 70% sofrem de anemia, e 26,6% dos bebês nascidos em La Matanza, município dessa província, são desnutridos, 17% têm problema de crescimento, e foram registrados aumentos no que se chama de doenças da pobreza em todo o país.

A todos esses elementos, juntemos o aprofundamento das desigualdades sociais agravadas pelo imenso crescimento da distância

Gráfico 4: Cesta de alimentos: inflação



FONTE: INDEC.

Aos restaurantes populares, onde comem centenas de crianças e desempregados, devem se juntar todo tipo de iniciativa, produto da criatividade de seus protagonistas

entre pessoas ricas e pobres. Em 1974, 10% das mais ricas recebiam 17,9 vezes mais que o decil mais pobre. Mais recentemente, segundo o Instituto Nacional de Estatísticas e Censo (Indec), em maio de 2002 essa diferença passou para 178,6 vezes, ou seja, um aumento de 897%. Artemio Lopez assinala que, além do mais, essa regressão distributiva está relacionada com o aumento da taxa de delitos, que teve um crescimento de 205% durante a década de 90.

Estratégias

Nesse panorama, as necessidades lógicas da sobrevivência obrigam a adotar medidas, condutas e pautas que contribuem com ela e que são as bases de uma economia solidária e

social, caminhando para a formação de uma rede de produção, comercialização e consumo, todas elas atravessadas pela problemática alimentar, a necessidade de "comer para viver". Dessa maneira, novas formas organizativas, novas formas de luta surgidas e desenvolvidas com maior ênfase a partir de dezembro de 2001, representadas no movimento de associações de bairros, piqueteiros, fábricas recuperadas, catadores ou recicladores, feiras de troca, feiras de pequenos produtores, restaurantes populares, hortas familiares, urbanas e comunitárias, fazem parte de um caminho – marcado pela solidariedade, implicando novas formas de organização, núcleos de poder popular – que o povo argentino encontra e que está sendo desenvolvido e aprofundado.

Nas áreas urbanas, a partir de dezembro de 2001, a organização de associações de bairros permitiu a criação de diferentes formas de autogestão em pequena escala desenvolvendo práticas como compras comunitárias, sopão, distribuição de alimentos, vínculos solidários com pequenos produtores e consumidores, padarias, elaboração familiar de refeições, bolsas de trabalho etc. Os vínculos com empresas *recuperadas*, algumas delas organizadas com formas cooperativas de gestão, de

microempreendimentos sociais apontam para a criação de um centro que permita a comercialização direta por diferentes vias em canais de distribuição para restaurantes populares e organizações semelhantes que podem expandir-se até o mercado formal.

O chamado movimento piqueteiro, que congrega centenas de milhares de trabalhadores desempregados em todo o país, é o que melhor desenvolveu essas estratégias. Aos restaurantes populares, onde comem centenas de crianças e famílias inteiras de desempregados, devem se juntar as padarias, os fornos ecológicos, a fabricação de conservas e doces, o desenvolvimento de hortas comunitárias e a criação de animais domésticos, os vários microempreendimentos que não estão relacionados apenas à preparação de refeições, mas também a ateliês de costura, olarias rústicas, artesanatos e todo tipo de iniciativa popular, produto da criatividade de seus protagonistas. Simultaneamente, esse movimento capacita seus atores sociais, analisa politicamente a realidade social que os exclui, estuda as ações que lhes permitam desenvolver uma mobilização permanente de reivindicação de seus direitos ante diferentes esferas governamentais e a sociedade em seu conjunto, conclamando sua atenção e solidariedade. Em cada grupo de piqueteiros, em qualquer canto do país, existe um restaurante popular, ou outra forma de ajuda alimentar, e simultaneamente são desenvolvidas ações de saúde, campanhas de vacinação, criação de postos de saúde, ajuda escolar, recreação para crianças etc.

O programa de hortas familiares, urbanas e comunitárias começou em períodos anteriores, por meio de um plano oficial chamado Pró-horta que foi pouco desenvolvido inicialmente, mas que, hoje, é considerado por todas as organizações como uma verdadeira estratégia de sobrevivência. Estima-se que atualmente seu número alcance 455.140, com formas de produção orgânica. São 2.298.502 pessoas que produzem 67 mil toneladas de alimentos, que em sua maior parte chegam progressivamente aos consumidores por meio da comercialização em pequena escala.

Os pequenos produtores rurais organizaram feiras livres em diversas províncias do país. Esse movimento está crescendo não só nos modos de produção, em quantidade e qualidade, mas também em variedade, organizado-se em associações provinciais de feiras livres. Dessa maneira, aproximam-se os interesses dos produtores e dos consumidores.

O fenômeno das feiras de troca teve seu apogeu nos primeiros meses da desvalorização, estimando-se que aproximadamente 6 milhões de argentinos se dedicavam a essa atividade, existindo cerca de 6 mil sedes naquele momento. Atualmente, está reduzido a aproximadamente 100 mil pessoas e existem cerca de mil sedes funcionando. A tentativa de adotar formas econômicas de comercialização semelhantes às formas liberais, em relação à emissão de dinheiro, é uma das causas de sua atual situação.

A venda ambulante de alimentos e produtos caseiros sem controle de qualidade é outra das características da época. Nas ruas de todas as cidades, são oferecidos diversos pães, *tortillas*, conservas, embutidos, na tentativa de conseguir, por meio dessas formas primitivas, algum dinheiro para o sustento familiar.

Outras alternativas criadas por essa situação, como forma de resistência, são a reciclagem de lixo, as fábricas recuperadas com modalidades de autogestão ou cooperativa, microempreendimentos diversos e empreendimentos de caráter regional com o aproveitamento dos recursos naturais locais. Nessas alternativas, o componente alimentar se destaca, seja porque a característica do trabalho de seus atores obriga a organização de diferentes modalidades de assistência alimentar, seja porque a produção se baseia na elaboração de produtos alimentícios.

A gama de iniciativas como as já descritas e outras mais indicam que, na atual situação do país, o grau de insegurança alimentar que atinge mais de 20 milhões de argentinos obriga a adoção de políticas públicas que contribuam para garantir o acesso dessa população à alimentação, em especial aquela chamada de população vulnerável.

Políticas públicas

Historicamente, não foi formulada no país uma verdadeira política alimentar. A superposição de programas, que tem sido uma constante em períodos anteriores, sua falta de coordenação, de supervisão, de avaliação e os desvios clientelistas foram sua característica dominante, assim como seu financiamento externo.

No marco que assinalamos atualmente, foi mantido o programa de assistência materno-infantil e planejado o programa chamado de Chefes e Chefas do Lar, que destina um subsídio mensal de 150 pesos para chefes e chefas de famílias com filhos. Alcança atualmente

2 milhões de beneficiários em todo o país, dos quais 789 mil fazem uma contraprestação em trabalho sem nenhuma cobertura social. Assim, cobrem-se 38% da cesta básica, sofrendo os efeitos da desvalorização, e significa um montante diário para uma família de cinco pessoas de 5 pesos (menos de US\$ 2).

O programa de cantinas escolares, que parou de ser financiado por falta de verbas e pelos efeitos inflacionários, tem várias modalidades nas regiões do país. O programa contribui para a presença dos alunos, já que a refeição que recebem chega a ser, em muitos casos, a única do dia. Só na província de Buenos Aires essas cantinas assistem 2,2 milhões de crianças, funcionando somente de segunda a sexta-feira e preferencialmente em períodos escolares. Nos fins de semana e nas férias, a fome se agrava. O copo de leite, que desde o princípio do século passado era servido nas escolas, foi substituído pelo chá, pelo mate ou pelo incorretamente chamado "leite de soja". Em outras palavras, um pouco de água quente à qual se junta, às vezes, um pedaço de pão ou um alfajor – pão de mel típico da Argentina.

Iniciativa privada

Multiplicam-se as organizações não-governamentais, as redes solidárias, as igrejas de diversos cultos que prestam assistência alimentar com os recursos disponíveis, produto de doações nacionais e estrangeiras, sem coordenação, sem planejamento, sem supervisão profissional e, especialmente, sem os devidos controles de qualidade que garantam uma alimentação segura da população beneficiária.

Contudo, convém destacar nessas circunstâncias o programa chamado de "Soja Solidária". Resultado da globalização e da deformação estrutural do campo, como já mencionamos anteriormente, a monocultura substituiu a diversidade agropecuária que o caracterizava. O cultivo de soja forrageira substituiu os cultivos tradicionais, como parte de um pacote tecnológico imposto pelas multinacionais, especialmente a Monsanto. O cultivo direto e a utilização do glifosato como herbicida converteram o país no que chamamos "republica da soja". A colheita recorde assim obtida, com ganhos consideráveis para os grandes produtores e naturalmente para as empresas que comercializam e que são proprietárias das sementes, impulsionou os cultivos OGMs (organismos geneticamente modificados), tornando a Argentina o segundo

***Miryam K. de Gorban**

Integrante da
Confederação Geral
de Profissionais da
República Argentina

produtor mundial de alimentos transgênicos depois dos EUA. Os produtores reunidos na Associação de Produtores de Cultivo Direto (Aapresid) desenvolveram esse programa.

Com base na doação de seus excedentes a instituições de utilidade pública, lares, escolas, hospitais e, especialmente, à população pobre, esses produtores difundiram, com enorme publicidade, as *virtudes* do grão de soja, na tentativa de substituir, assim, a carne e o leite, alimentos de altíssimo valor biológico pela qualidade de suas proteínas. Para isso, capacitaram preparadores de alimentos e divulgaram, por todos os meios de comunicação, a *panacéia nutricional* para combater a fome e influenciaram os diferentes legisladores para introduzi-la *obrigatoriamente* nas cantinas escolares da esfera pública, em que pesem as barreiras culturais encontradas. Convocado a partir das esferas oficiais, com a intenção de avaliar seu consumo, o Fórum da

Alimentação para uma Política Alimentar, que reunira os especialistas em nutrição do país e que fora avalizado pelo Unicef e pelo Ministério de Saúde e Desenvolvimento, rejeitou a tentativa e fixou os critérios para a inclusão da soja na alimentação. Determinou, assim, sua recomendação no sentido de não a incluir na alimentação das crianças menores de 5 anos, por causa dos antinutrientes que contém, além dos fitoestrógenos, de não ser chamado de "leite de soja" o suco ou bebida que dela se obtém e de ser incluída como um componente a mais em uma alimentação completa, e não como base da mesma. Evidentemente, são destinados ao mercado interno os seus excedentes de produção e é criado um mercado alternativo em caso de não-aceitação, a qual já ocorre no mercado externo por suas características transgênicas. A soja, nessas condições, destina-se a populações de menos recursos, que não têm acesso a outros alimentos.

Sonhos e esperanças

Ao revermos as considerações que levamos sobre a base de um diagnóstico aproximado da situação econômico-social que atravessamos e as estratégias que o povo argentino vai encontrando, desenvolvendo e aprofundando, demonstramos que a solução do problema da segurança alimentar não está no assistencialismo, mas sim, e muito especialmente, no trabalho. Trabalho é aquilo desenvolvido em todas as experiências que mostramos pelos desempregados, pelos excluídos do sistema. E, em volta dessas experiências, são exercitadas e desenvolvidas novas formas de poder que apontam para uma sociedade mais equitativa.

Merecem especial menção as mulheres, verdadeiras e majoritárias protagonistas dessa história, não só com a sua participação em todas as iniciativas que analisamos, mas especialmente nas mobilizações, no trabalho, na capacitação permanente, em todas as lutas travadas nos diferentes âmbitos.

Da análise das causas que conduzem à situação que consideramos de emergência alimentar, pelo desastre nutricional que estão ocasionando – correspondente a um verdadeiro genocídio –, destacamos que os responsáveis são os que impuseram esse sistema neoliberal que foi se aprofundando

paulatinamente a partir de 1976. Em função do que foi dito, não há políticas sociais nem iniciativas das empresas privadas que resolvam o problema da fome na Argentina. Só uma mudança fundamental da política econômica pode gerar emprego e trabalho genuíno, salários dignos, justiça e seguridade social. É necessário, para que isso seja alcançado, que sejamos capazes de criar novas alternativas de poder para nos colocarmos de pé e impelir nossos sonhos e nossas esperanças para que nunca mais uma criança morra de fome ou de desnutrição na Argentina. ■

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGUIRRE, Patricia. 10 años de convertibilidad en la seguridad alimentaria del Area Metropolitana Bonaerense. *Boletín Techint*, n. 31, mar.-abr. 2003.
- ASOCIACIÓN ARGENTINA DE DIETISTAS Y NUTRICIONISTAS. Guías alimentarias para la población argentina. Argentina, 2000.
- BRITOS, S. Actualización de la canasta básica de alimentos de seis regiones de Argentina. *Rev. Abdyn*, ano 3, n. 3, anexo 1, 2001.
- CESNI. La crisis, el hambre y el mañana. *Boletim Cesni*, v. 12 - O' Donell – Britos, dez. 2002.
- CONSEJO NACIONAL DE COORDINACIÓN DE POLÍTICAS SOCIALES. Consideraciones sobre la soja en la alimentación. Dez. 2002.
- CONSEJO NACIONAL DE COORDINACIÓN DE POLÍTICAS SOCIALES. Foro para un Plan Nacional de Alimentación y Nutrición. Jul. 2002.
- DIAMANTE, A. Una visión realista de la tecnología moderna y sus impactos. El caso de la biotecnología y la siembra directa en la Argentina. Fundación Redbio.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICAS Y CENSOS (Indec). Ministerio de Economía.
- 1998-2002 - Encuesta Permanente de Hogares.
- 1998-2002 - Índice de Precios al Consumidor.
- 1998-2002 - Encuesta de Gastos e Ingresos de los Hogares.
- SOCIEDAD ARGENTINA DE PEDIATRÍA. Guías de alimentación para niños sanos de 0 a 2 años. Comité de Nutrición, 2001.

O Jornal da Cidadania é distribuído para pessoas que têm pouco ou nenhum acesso à informação crítica e comprometida com a democracia. Nossos leitores e leitoras são, especialmente, estudantes e professoras e professores de escolas públicas de todo o país. Mas também trabalhadoras e trabalhadores urbanos e rurais, líderes comunitários, moradoras e moradores de comunidades pobres. São 62 mil exemplares distribuídos gratuitamente.

Participe de mais esta iniciativa do Ibase. Você pode ajudar com contribuições financeiras ou organizando um núcleo de distribuição.

Doações de pessoas físicas podem ser abatidas no Imposto de Renda.

Mais informações: (21) 2509 0660
ou jcidadania@ibase.br



PELO MUNDO

Jamile Chequer

O bê-á-bá do TCGA

O Instituto Nacional de Pesquisa em Genoma Humano (NHGRI) disponibilizou *on-line* o Glossário da Genética em espanhol. A idéia é fazer com que as pessoas de língua hispânica possam entender os avanços na genética e em relação aos genomas. São textos, ilustrações e comentários em áudio acessíveis, de forma que professores, estudantes e jornalistas possam entender a *língua da genética*.

“Estamos trabalhando muito para que o projeto Genoma Humano e seus resultados beneficiem todas as comunidades e todas as populações no mundo. O glossário em espanhol representa mais um passo nessa direção”, diz Francis S. Collins, diretor do instituto.

Além da edição *on-line*, o NHGRI também está disponibilizando, em edição grátis e limitada, o glossário em CD-ROM para bibliotecas e educadores que não têm acesso à Internet.

São mais de 150 termos, com guia de pronúncia e texto de explicação. Simples e fácil. Boa leitura.

Mais informações:
www.genome.gov

Collapse sistemático

A Libéria, no continente africano, corre risco de virar deserto. Pode ser uma previsão alarmista, mas o fato é que suas florestas estão desaparecendo como em um passe de mágica, ou melhor, ao som da motosserra.

O presidente Charles Taylor “usa a indústria madeireira como plataforma para prolongar a violência, tráfico de armas e recebe significantes taxas extras enquanto destrói as florestas do país e redireciona os fundos que deveriam estar indo para o povo liberiano”, alerta relatório da ONG inglesa Global Witness. A Fundação Salve Meu Futuro, na capital Monróvia, estima que US\$ 50 milhões foram arrecadados nos últimos cinco anos. Enquanto a farra financeira acontece, 80% dos 2,5 milhões de habitantes estão abaixo da linha da pobreza.

A fundação chama a atenção para a asiática Oriental Timber Company (OTC) – no país desde 1999 –, que simboliza o que está acontecendo na Libéria. Entre outras agravantes, a companhia asiática é acusada de destruir o ecossistema e de não promover projetos de desenvolvimento. A acusação é rebatida oficialmente pela indústria que diz fazer reflorestamento, construir escolas e clínicas.

A Global Witness faz ainda outra acusação: as companhias ameaçam não apenas o futuro ecológico do país, como também se envolvem em sistemáticos abusos dos direitos humanos sobre a população da Libéria.

Cupuaçu sam?

A empresa japonesa Asahi Foods fez o registro comercial do nome cupuaçu. Isso significa que o nome tornou-se uma marca da empresa. Como assim? É isso mesmo. O nome dado pelos índios a uma fruta típica e exclusivamente brasileira tornou-se propriedade da oportunista empresa. Esperamos que não por muito tempo. As organizações da Amazônia entraram com um processo judicial em Tóquio, alegando que a marca registrada pela Asahi não é um diferencial, como devem ser as marcas. O processo, que deve levar cerca de nove meses para ser concluído, enfatiza duas questões extremamente importantes. A necessidade de se ter uma legislação no país protegendo os conhecimentos tradicionais e indígenas nos moldes da OMC e da ONU e o pouco caso que algumas empresas estrangeiras acabam fazendo da nossa integridade cultural. Biopirataria é crime, e explorar a biodiversidade do país sem reverter benefícios para as populações tradicionais também é.

Mais informações:
www.greenpeace.org.br

Passo largo

Enfim, depois de anos de sofrimento e luta e mais tantos de conversas, as vítimas do *apartheid* serão ressarcidas. As 22 mil pessoas identificadas pela Comissão de Verdade e Reconciliação (TCR) receberão cerca de US\$ 3.750. O presidente sul-africano Thabo Mbeki acrescenta que, além do dinheiro, serão feitas reparações comunitárias e criadas oportunidades e serviços. “Fazemos isso com certa apreensão. Como a própria TCR destacou, o valor da vida e do sofrimento não pode ser expresso monetariamente. Estamos convencidos de que não há ganho maior que a própria liberdade e a contínua luta de construir uma vida melhor para todos”, disse Mbeki.

O diretor do Centro de Estudos da Violência e Reconciliação Graeme Simpson destacou que a TCR foi apenas o começo de um longo processo de reconciliação nacional. “Para a reconciliação ser sustentável na nossa sociedade, terá de ser baseada na prioridade das necessidades das vítimas”, disse.

Apesar dos encontros e desencontros, as decisões estão, definitivamente, mostrando o quanto o povo sul-africano aprendeu nesses anos de *apartheid*. Eles, com certeza, têm muito a nos ensinar.

Mais informações:

www.csvr.org.za

Segredo público

Um jornal árabe – e alguns ocidentais também – divulgou que a filha do vice-presidente americano Dick Cheney teria sido voluntária para se tornar escudo humano na guerra contra o Iraque. Bem, isso explicaria a ilustre visita de Cheney à capital da Jordânia, Amã, enquanto os tambores da guerra ainda ecoavam. Papai foi buscá-la? Para Dick, a prole Mary, de 34 anos, é apenas dor de cabeça. Cada vez que Dick fica evidente na imprensa, a atuação política de Mary vem à tona.

O mais comum nesse tipo de situação tem sido a velha saída pela tangente. Para quem defende a política dos “bons costumes”, isso pode significar envergonhar-se da homossexualidade de Mary. Também significa vergonha de seu trabalho. Mary vende bebidas alcoólicas para bares *gays*. Magaly Pazzelo, pesquisadora da Associação Brasileira Interdisciplinar de Aids (Abia), faz uma análise interessante: “Imagine se ela tivesse sido escudo humano e acabasse como heroína. Isso seria a revolução”. A guerra posta de lado “por uma mulher, americana, lésbica e que vende bebidas alcoólicas”. Que pena, Dick, esse desfecho seria mais interessante.

Alvo certo

A Organização Mundial de Saúde divulgou recentemente seu Relatório Mundial do Câncer. A estimativa é de que, em 2020, os casos aumentem 50% e cheguem à casa dos 15 milhões. O número só pode ser menos desanimador se as pessoas melhorarem seu estilo de vida, tornando-o mais saudável, e se governos e agentes de saúde trabalharem em políticas públicas para prevenção do câncer e sua detecção em estágio inicial.

O relatório faz algumas sugestões. O tabaco seria um dos alvos, principalmente por ser causa de câncer. No século passado, 100 milhões de pessoas morreram por doenças associadas a ele. Dietas, exercícios físicos frequentes, um aumento no consumo de frutas e vegetais, isso também pode fazer a diferença.

“Nos países desenvolvidos, a probabilidade de ser diagnosticado com câncer é duas vezes maior que em países em desenvolvimento. Porém, nos países ricos, estão em 50% as chances de o paciente morrer, ao passo que, nos países em desenvolvimento, há 80% de chances de a vítima já estar em estágio avançado da doença”, diz o relatório.

O documento traz também boas notícias, por exemplo, a queda drástica de câncer de estômago. Na Suíça e em outros países da Europa, a mortalidade caiu 60% em uma geração.

Novas políticas para antigos problemas

O programa Fome Zero está inserido no princípio da segurança alimentar e nutricional. Tem como antecedentes alguns marcos de nossa história recente: a proposta de Política Nacional de Segurança Alimentar do Governo Paralelo, em 1991, organismo que antecedeu o Instituto da Cidadania; a experiência do Conselho de Segurança Alimentar (Consea) como mecanismo inovador de parceria e governabilidade; as propostas debatidas pelas múltiplas representações da sociedade, por ocasião da I Conferência Nacional de Segurança Alimentar, em 1994, no contexto de mobilização social da Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida.

Essa conferência evidenciou o diagnóstico da concentração da terra e da renda como fatores determinantes para a situação da fome e da insegurança alimentar no país e definiu três importantes diretrizes para a elaboração de políticas:

(i) ampliar as condições de acesso à alimentação e reduzir o seu peso no orçamento familiar;

(ii) assegurar saúde, nutrição e alimentação a grupos populacionais determinados;

(iii) assegurar a qualidade biológica, sanitária, nutricional e tecnológica dos alimentos e seu aproveitamento, estimulando práticas alimentares e estilos de vida saudáveis.²

Podemos dizer que, em 1993 e 1994, durante o governo de Itamar Franco, tivemos um embrião de uma política nacional de segurança alimentar. A esse período sucedeu o de desmonte da maior parte das políticas debatidas naquele momento, como Programa de Distribuição Emergencial de Alimentos (Prodea), estoques reguladores etc.; foram extintos o Consea e o Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição (Inan), mantendo-se apenas iniciativas focais e descoordenadas de alguns projetos. Em resumo, na falta de uma política nacional de combate à fome e à desnutrição no governo FHC, tivemos um retrocesso nesse capítulo de nossa história. Estudos da ONG Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc) mostram que, entre 1995 e 1998, por exemplo, houve uma redução dos gastos sociais, devido a cortes no orçamento de 31%, enquanto os recursos alocados para o pagamento da dívida pública tiveram um aumento da ordem de 336,9%.

A proposta que hoje é retomada e ampliada visa suprir uma lacuna da agenda política brasileira e superar o trágico cenário de fome e miséria que nos indigna.

Não é uma questão semântica falar de segurança alimentar e nutricional. Adotar esse conceito significa ultrapassar os limites das ações de políticas compensatórias para garantir o alimento às pessoas pobres ou basear-se nas ações filantrópicas. Ele exprime a compreensão da alimentação como um direito integrado no Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, que deve ser garantido pelo Estado. Baseia-se no reconhecimento de que esse direito implica

garantir a todos o acesso a alimentos básicos de qualidade e em quantidade suficiente, de modo permanente e sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, com base em práticas alimentares saudáveis e contribuindo assim para uma existência digna em um contexto de desenvolvimento integral da pessoa humana.³

A essa definição, contida na proposta original do programa Fome Zero, incorporaram-se, em sua justificativa, outros aspectos relevantes que vêm sendo debatidos nos últimos anos. O primeiro deles é *soberania alimentar*, que significa "o direito de os países definirem as suas próprias políticas e estratégias sustentáveis de produção, distribuição e consumo de alimentos".⁴ Essa questão é essencial para o posicionamento do país nos fóruns internacionais.

Outros aspectos são relacionados à *preservação da cultura alimentar* e, ainda, à defesa da *sustentabilidade do sistema alimentar*, ou seja, baseados em sistemas diversificados de produção e com o uso de tecnologias ecologicamente sustentáveis.

Vários setores organizados da sociedade defendem, hoje, a proposta de um código de conduta sobre o direito humano à alimentação adequada, cujo conteúdo e cujas obrigações do Estado deveriam fazer parte do Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais.

Mudanças necessárias

O programa Fome Zero está ancorado em uma combinação de políticas. As *políticas estruturais* são aquelas que têm efeitos importantes para a diminuição da vulnerabilidade alimentar das famílias por meio do aumento da renda familiar, da universalização dos direitos sociais, do acesso à alimentação com qualidade e da diminuição da desigualdade de renda. As políticas incluem: geração de emprego e renda, previdência social universal, incentivo à agricultura familiar, intensificação da reforma agrária e os programas Bolsa-Escola e Renda Mínima.

No grupo das *políticas específicas*, destinadas a promover a segurança alimentar e combater diretamente a fome e a desnutrição dos grupos populacionais mais carentes, inscrevem-se as seguintes propostas: programa

1 A pedido da autora, informamos que este texto foi elaborado em 2 de abril de 2003.

2 Cf. I Conferência Nacional de Segurança Alimentar/Conselho Nacional de Segurança Alimentar. Secretaria Executiva Nacional da Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria, pela Vida, Brasília, 1995.

3 Essa é a definição que consta do documento oficial brasileiro preparado para a Cúpula Mundial da Alimentação, em Roma, 1996. Seu conteúdo – progressista e influenciado pelas organizações do Fórum Brasileiro de Segurança Alimentar – não encontrou eco nas políticas implementadas no período.

4 Cf. projeto Fome Zero – Uma proposta de política de segurança alimentar para o Brasil. Instituto Cidadania, São Paulo, out. 2001.

O reconhecimento da agricultura familiar como peça-chave para garantir a disponibilidade de alimentos redefine o seu lugar como ator social nas políticas

Cupom de Alimentação; ampliação e redirecionamento do Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT); doações de cestas básicas emergenciais; combate à desnutrição materno-infantil; manutenção de estoques de segurança; segurança e qualidade dos alimentos; ampliação da merenda escolar; educação para o consumo; e educação alimentar.

No grupo das *políticas locais*, estão alguns programas que já se encontram em execução nos estados e municípios e que deverão ser ampliados. Nas áreas rurais, destacam-se: o apoio à agricultura familiar e à produção para autoconsumo; nas pequenas e médias cidades e nas metrópoles, restaurantes populares, bancos de alimentos, agricultura urbana, modernização de equipamentos de abastecimento e novo relacionamento com as redes de supermercado. Esta é uma perspectiva inovadora e um grande desafio no atual governo: a soberania e a segurança alimentar e nutricional como prerrogativa básica para a condição cidadã e como eixo estratégico para a construção de uma nova sociedade fundada na sustentabilidade e equidade. Por isso, a relação entre o programa Fome Zero e as reformas estruturais e medidas de políticas que ele propõe deve

constituir-se no centro do debate público. Dar visibilidade a elas permite contrarestar a idéia que continua ganhando espaço na opinião pública que associa o combate à fome preponderantemente às ações de filantropia em lugar das políticas.

Uma das importantes medidas de política, já anunciada nos primeiros meses pelo Ministério de Desenvolvimento Agrário, no âmbito das políticas estruturais, foi a suspensão do programa Banco da Terra. Exemplo de contra-reforma agrária, esse programa baseia-se na compra e venda de terras, com recursos do Banco Mundial. Transferem-se ao

latifúndio a definição de terras a serem disponibilizadas e o seu valor. Na prática, como já vinha sendo denunciado pelos movimentos sociais e entidades do Fórum Nacional pela Reforma Agrária, esse programa acabava por anular duas das principais conquistas sociais inseridas na Constituição Brasileira: a exigência do cumprimento da função social da propriedade e o instituto da desapropriação.

Em contrapartida, a medida provisória que acaba de ser editada, liberando para consumo interno a soja contaminada transgênica do Rio Grande do Sul, plantada ilegalmente, está na contramão da garantia da segurança alimentar e nutricional. Fere-se o princípio da precaução, pelos riscos que trazem à saúde humana. Durante um seminário recente – *A ameaça dos transgênicos: propostas da sociedade civil* –, dezenas de entidades e movimentos defensores da campanha Por um Brasil Livre de Transgênicos posicionaram-se apenas pela exportação dessa safra para mercados compradores como o da China, que ainda não impõe condicionalidades sobre o tipo de soja. Foram feitas também propostas para a próxima safra para impedir o plantio ilegal: o crédito agrícola deverá ser condicionado ao uso de sementes certificadas e não-transgênicas e deverá haver rigor na vigilância por parte dos órgãos responsáveis.⁵

Demanda de alimentos

O reconhecimento da agricultura familiar como peça-chave para garantir a disponibilidade de alimentos redefine o seu lugar como ator social nas políticas. Sabemos o quanto tem sido relegado historicamente o papel de milhões de agricultores e agricultoras familiares como agentes socioeconômicos.

Segundo dados do Censo de 1996, há no Brasil 4.139.369 estabelecimentos rurais familiares, que representam 85,5% do total de estabelecimentos e são responsáveis por 37,0% do Valor Bruto da Produção Agropecuária Nacional (VPB), apesar de receberem apenas 23,5% do financiamento destinado à agricultura. Produzem 24% do VPB da pecuária de corte, 54% da pecuária de leite, 58% dos suínos, 40% das aves e ovos, 33% do algodão, 62% da cebola, 67% do feijão, 87% da mandioca, 49% do milho, 32% da soja, 46% do trigo, 58% da banana e 25% do café.

5 É importante registrar que o texto original do programa Fome Zero apóia as propostas da campanha Por um Brasil Livre de Transgênicos.

A subvenção ao consumo previsto no programa Fome Zero tem implicações no mercado agrícola. Estima-se uma ampliação da demanda da ordem de 3% a 5% para os seis alimentos da cesta básica, no primeiro ano, quando serão incorporadas 1.500 famílias ao Cartão Consumo. Para responder a essa demanda, está em curso o debate de propostas do Plano de Safra específico para a agricultura familiar. Seu objetivo é

*fomentar a produção dos agricultores familiares e assentados da reforma agrária, em resposta à demanda adicional de alimentos subvencionada pelo programa Fome Zero, ou seja, a produção de um conjunto de alimentos armazenáveis, que devem ser adquiridos desses agricultores, pelo governo federal, em caráter diferencial e prioritário.*⁶

A decisão atual de ter o Consea como fórum específico, para a análise de propostas e estabelecimento de diretrizes de segurança alimentar e desenvolvimento agrário para o Plano de Safra, e posterior encaminhamento e deliberação da Presidência, é inovadora. Redefine prioridades e democratiza o processo, porque historicamente esse instrumento tradicional de política agrícola sempre foi objeto de negociação, pactuação e conflito nos fóruns governamentais, nos quais representantes de órgãos rurais, fiscais e financeiros tinham a hegemonia, cabendo ao presidente da República a decisão de arbitragem.

Do ponto de vista de seus conteúdos, a justificativa da proposta, ainda em debate, contém três vertentes extremamente importantes, mas que, lamentavelmente, ou são contraditórias ou apresentam lacunas na concretização das ações. Vejamos cada uma delas.

Em primeiro lugar, como dissemos, temos a modificação da orientação do Plano de Safra, com a inclusão dos produtores familiares e uma estratégia de ligação dessa produção com os objetivos redistributivos para o consumo final. O público destinatário inclui os assentados da reforma agrária e outros segmentos classificados segundo o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), aos quais serão atribuídos papéis específicos. Os agricultores "consolidados e integrados são passíveis de fomento à produção de excedente mediante diferenciados mecanismos

regionais de organização e estímulo à produção", visto que concorrem com altas taxas de atendimento pelo Pronaf. Com essa visão, corre-se o risco de não atribuir o devido peso ao enorme contingente de agricultores que "são classificados como um segmento de agricultura de subsistência com baixa capacidade de produção de excedente" e que representam, hoje, uma taxa de atendimento do crédito do Pronaf de apenas 9%. No Nordeste, por exemplo, esse segmento sem dúvida é preponderante, mas a proposta, a nosso ver, não privilegia os agricultores.

Uma segunda vertente da justificativa salienta a importância social e econômica da agricultura familiar pelo componente ambiental, não só ao afirmar que "o sistema de economia familiar se apresenta de forma bastante diversificada, com predominância do policultivo, possibilitando o uso e ocupação dos recursos naturais de forma sustentável", como reconhece que os instrumentos de pesquisa, extensão e crédito não devem ser "empecilhos para a manutenção desses grupos sociais bem como apontar para a transição do sistema convencional para um modelo assentado em bases agroecológicas". Mas a proposta de crédito, além de prever apenas custeio, deixando para um segundo momento a apresentação de proposta específica de investimento, não rompe com a perspectiva convencional do crédito por produto em lugar de crédito para o sistema agrícola e nem fala de incentivo à produção em bases ecológicas para a garantia da qualidade do alimento e sua segurança.

Hoje, as mudanças do sistema de crédito requerem simultaneamente sua democratização e a superação de sua insustentabilidade ambiental e a desigualdade de gênero. Atualmente, há inúmeras experiências

As mudanças do sistema de crédito requerem simultaneamente sua democratização e a superação de sua insustentabilidade ambiental e a desigualdade de gênero

6 Cf. "Diretrizes de Segurança Alimentar e do Desenvolvimento Agrário para o Plano de Safra - 2003/2004" (Subsídios técnicos do Consea), Grupo Interministerial Opea, Conab, MDA, Mesa, Brasília, 24 fev. 2003. A estimativa da ampliação da demanda em relação aos produtos é a seguinte: 4% para o arroz; 3,88% para o feijão; 4,54% para o trigo; 3, 96% para o leite; 4,25% para o frango; e 5,34% para a farinha de mandioca. Está previsto um Plano de Safra específico para a região Norte a ser ainda apresentado, em virtude de sua peculiaridade em termos de calendário agrícola e tipos de produtos, especialmente o papel do pescado e da coleta vegetal.

A monopolização das sementes ameaça a segurança alimentar, fragiliza o equilíbrio ecológico dos ecossistemas e põe em risco a agricultura familiar

agroecológicas no país que podem inspirar as mudanças de orientação do Pronaf.⁷ Há, ainda, uma nova proposta de política, elaborada pelo movimento sindical, com o apoio de ONGs – na Amazônia, o Proambiente –, que se baseia no reconhecimento das múltiplas funções estratégicas exercidas pela produção familiar e seus benefícios para a sociedade, definindo-se como justa e necessária a *compensação pelos serviços ambientais* que ela presta. O fato de a ministra Marina Silva, em seu discurso de posse, ter manifestado a perspectiva de expandir essa proposta para o âmbito nacional é uma notícia alvissareira.

Em terceiro lugar, é anunciada uma proposta de “programa para o resgate e multiplicação das sementes crioulas, para manter a nossa biodiversidade genética, a autonomia e liberdade de escolha dos agricultores”, que não é retomada e concretizada. A garantia da busca da sustentabilidade dos sistemas agrícolas no semi-árido, sujeito a período de escassez de chuvas, é um grande desafio. Assegurar o estoque do recurso semente é estratégico para a reprodução social das famílias e de sua autonomia no contexto em que as relações clientelistas bloqueiam a cidadania. Só na Paraíba, no ano de 2000,

foram contabilizadas 220 Casas de Sementes Comunitárias, que beneficiam cerca de 6 mil famílias, uma base significativa de experiência a ser revitalizada.

Além disso, as políticas públicas e legislações vigentes sobre o uso e manejo da biodiversidade, inclusive os recursos fitogenéticos, constituíram-se até agora em verdadeiros obstáculos à sustentabilidade da agricultura familiar. O progressivo desaparecimento de variedades e raças locais em virtude da disseminação dos pacotes tecnológicos e a crescente monopolização das sementes nas mãos de multinacionais

ameaçam a segurança alimentar, fragilizam o equilíbrio ecológico dos ecossistemas e põem em risco a sobrevivência dos agricultores familiares. O Encontro Nacional de Agroecologia, que reuniu em 2002 milhares de agricultores e agricultoras, apresentou, entre outras, as seguintes posições e propostas: oposição ao patenteamento dos seres vivos e reformulação da atual Lei de Patentes, reafirmando que as sementes são patrimônio da humanidade; cobrança pela aprovação da Lei de Acesso a Recursos Genéticos, em tramitação no Congresso Nacional há vários anos; reformulação da atual Lei de Sementes, promulgada contra os interesses da agricultura familiar e a favor das grandes multinacionais agroindustriais e do capital financeiro e a defesa da moratória por tempo indeterminado do cultivo e comercialização dos transgênicos.⁸

Impactos sobre o meio rural

As mudanças das políticas dirigidas à agricultura familiar para terem eficácia deverão ter também sua contrapartida no plano das negociações internacionais. Esse campo de políticas não tem sido objeto de debate nas propostas do programa Fome Zero.

Foram graves os impactos socioeconômicos do ajuste imposto à agricultura familiar, fruto da combinação de uma desastrosa política macroeconômica, de desmonte da política setorial agrícola e da crescente abertura comercial, nos últimos anos. Ela foi muito mais penosamente atingida do que a agricultura patronal.

A redução de mais de 900 mil estabelecimentos de agricultores familiares, a perda de cerca de 5 milhões de postos de trabalho no meio rural em um período de dez anos, a queda da renda com o estímulo às importações de produtos tradicionalmente decisivos na economia familiar como o leite, tudo isso é indicativo da magnitude do problema que está exigindo novas políticas para a garantia da segurança alimentar e nutricional.

Caberá aos negociadores brasileiros, no plano internacional, tratar a agricultura não como um setor homogêneo, como se não estivessem em jogo interesses contraditórios e estratégias diferentes do agonegocio exportador e da agricultura familiar. A garantia de um país de cidadãos e

7 Um grupo de trabalho no âmbito da Articulação Nacional de Agroecologia está negociando com o governo o Pronaf agroecológico.

8 Cf. Carta Política do Encontro Nacional de Agroecologia (ENA), Rio de Janeiro, 30 jul. a 2 ago. 2002.

cidadãs sem fome, que tenham minimamente o direito a três refeições por dia, na imagem cunhada pelo presidente Lula, requer, além de outras políticas, salvaguardas para a agricultura familiar.

O Brasil precisa mudar o seu posicionamento nos fóruns internacionais. Propostas de um grupo de trabalho sobre agricultura e meio ambiente da articulação Rede Brasileira pela Integração dos Povos (Rebrip), que reúne ONGs, movimentos sociais e instituições acadêmicas, devem ser divulgadas, debatidas. Dentre elas, destaque:

deve-se preservar claramente a autonomia dos países em desenvolvimento para promover políticas ativas de setores estratégicos. No caso brasileiro, diante da importância econômica, social e de provimento da segurança alimentar, deve-se preservar absoluta autonomia para a adoção de políticas agrárias e agrícolas que fortaleçam e desenvolvam a agricultura familiar, inclusive mediante a utilização de subsídios diretos e indiretos. [...] Devem ser previstas salvaguardas que contemplem mecanismos de proteção (tarifas, cotas) que possam ser utilizados em caso de aumento indesejável da importação de produtos agrícolas e/ou redução acentuada dos preços domésticos.⁹

Interlocução com movimentos

A proposta de mobilização social do programa Fome Zero implica uma grande campanha nacional de informação e sensibilização¹⁰ e pretende envolver o maior número possível de brasileiros nessa dimensão de responsabilidade pela erradicação da fome nos próximos quatro anos.

Sua estruturação prevê organização de conselhos no plano estadual e municipal (Copo), cujos integrantes serão capacitados por educadores populares (Talher). Inclui também um programa de ação "Todos pela Fome Zero" (Prato), que visa mobilizar e articular voluntários para recolher donativos, organizar cursos de educação cidadã para famílias beneficiadas, promover programas de educação alimentar, realizar projetos de alfabetização de pessoas adultas, dentre outras ações.

Mas as formas de mobilização específicas dirigem-se mais ao indivíduo-cidadão do que aos movimentos sociais e suas organizações. Não se propõem, por exemplo, um mapeamento das experiências da sociedade civil já em curso e uma interlocução com as plataformas construídas na história recente da interação e articulação de vários movimentos em redes e fóruns.

Os movimentos sociais manifestam a cultura dos direitos, essencial para se contrapor à lógica do "favor", ingrediente das relações clientelistas e de manipulação política ainda dominantes em muitas regiões. Como escolas da cidadania, os movimentos sociais difundem novas concepções sobre o Estado e a política e têm contribuído para a ampliação da esfera pública, a conquista da cidadania e a radicalidade da democracia.

No exemplo do Nordeste, onde estão sendo implantados projetos-piloto, é importante, por exemplo, a interlocução com a Articulação no Semi-Árido Brasileiro (ASA), que reúne centenas de entidades representantes dos movimentos sociais, ONGs etc. e se fundamenta no

compromisso com as necessidades, potencialidades e interesses das populações locais, em especial os agricultores e agricultoras familiares, baseado na:

a) conversão, uso sustentável e recomposição ambiental dos recursos naturais do semi-árido;

b) quebra do monopólio do acesso à terra, água e outros meios de produção – de forma que esses elementos juntos promovam o desenvolvimento humano sustentável no semi-árido.¹¹

Suas propostas relativas aos eixos de política – acesso à água, agricultura familiar, preservação e uso sustentável dos recursos naturais, educação para a convivência com o semi-árido; criança e adolescente e segurança alimentar – mostram como essa articulação está em sintonia com as perspectivas do programa Fome Zero e pode possibilitar o aporte de subsídios com base nas experiências concretas em curso. Estão colocados os desafios. ■

***Maria Emília L. Pacheco**

Diretora do Programa Nacional Amazônia Sustentável e Democrática da Fase – Solidariedade e Educação

9 Cf. Sérgio Schlesinger, Adriano Campolina, Nelson Delgado. Agricultura familiar e negociações comerciais. Grupo de Trabalho sobre Agricultura e Meio Ambiente. Rebrip, ago. 2001.

10 Oded Grajew e Frei Betto. Mobilização Social – Programa Fome Zero, 6 de janeiro de 2003. A proposta é centrada em quatro palavras: Mesa – iniciais de Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar; Copo – Conselho Operativo do Programa Fome Zero; Prato – Programa de Ação "Todos pela Fome Zero"; e Talher (em espanhol, taller significa capacitação) – capacitação dos participantes do Copo e do Prato.

11 No III Encontro Nacional da Articulação no Semi-Árido, ocorrido em São Luís, em 23 de novembro de 2002, foi elaborada uma carta política e enviada ao presidente eleito, com propostas organizadas em torno de sete eixos temáticos: acesso à água; acesso à terra; agricultura familiar; preservação e uso sustentável dos recursos naturais; educação para convivência com o semi-árido; criança e adolescente; e segurança alimentar.

Dona Dolores



Maria Dolores Gomes de Carvalho é uma potencial beneficiária do programa Fome Zero. Mas ela não vive nos municípios até agora selecionados para dar início à tentativa de erradicar a face mais reveladora das desigualdades brasileiras: a falta de acesso a alimentos de qualidade.

Dona Dolores, como prefere ser chamada, não vive nas áreas mais inacessíveis do país. Mora na Tijuca, bairro tradicional do Rio de Janeiro que abriga boa parte da classe média carioca. Sua casa, no morro do Borel, fica a menos de cinco minutos de uma das maiores redes internacionais de supermercado, o Carrefour. Tanta proximidade com a abundância (e muitas vezes com o desperdício) não garante a dona Dolores e a sua família uma vida em condições dignas.

Em sua simplicidade, revela alguns ajustes necessários às políticas públicas que estão sendo implementadas. Para ela, cesta básica não é o caminho: "Trabalho é mais importante". Para o presidente Lula, vai o recado da dona Dolores: "Vamos ver se, até o ano que vem, as coisas vão melhorar. É isso que eu espero".

Como foi sua infância?

Dona Dolores – Não me lembro de muita coisa, não. Vivi mais em casa de madame, tomando conta de criança. Quando ficava na roça, eu até estudava. Fiz até a quarta série lá em Cambuci, estado do Rio. Depois que vim embora de vez, nunca mais estudei. Até os 16 anos, vivi lá e cá. Vinha pro Rio de Janeiro trabalhar de babá nas madames; dava saudades de casa, voltava.

Onde a senhora morava quando vinha para o Rio?

Dona Dolores – Aqui no morro. Um irmão de criação morava aqui, e eu vinha para casa dele. Mas era só final de semana, quando saía do trabalho. Depois, meu irmão foi embora, teve derrame. Nem sei onde ele mora agora; de vez em quando, vem aqui, mas fica sumido muito tempo.

Não tinha tempo de brincar?

Dona Dolores – Que nada. Mas mesmo assim nunca briguei com mãe nem com pai. Minha mãe largou do meu pai e veio aqui para o Rio quando eu tinha 11 anos. Fiquei em Cambuci com meu pai. Depois, ele morreu com problema de cabeça. Aí, na madame onde eu trabalhava, continuei trabalhando. Me desliguei dos meus pais muito cedo.

Com que idade a senhora começou a trabalhar?

Dona Dolores – Com uns 10 anos, nas fazendas. Tomava conta dos filhos dos fazendeiros. Estudava de manhã e à tarde trabalhava. É duro. Isso para as minhas filhas eu não quero, não.

Chegou a trabalhar com carteira assinada?

Dona Dolores – Só uma vez. Trabalhei em um ateliê de roupa aqui embaixo, fora do morro, por quase dois meses. Como doméstica, trabalhei 20 e poucos anos, mas nunca tive carteira assinada. Está tão velha que está sem retrato. Tenho também a identidade, mas nem sei onde está.

Tantos anos trabalhando sem direitos?

Dona Dolores – Sim, mas minha patroa é muito boa para mim, me ajuda até hoje. Só não tem mais a mesma condição. Perdeu o marido, e a vida dela também ficou braba. Vou sempre na casa dela, na praça Saens Peña.

Chegamos a conversar sobre esse negócio de carteira assinada. Ela disse que ia ajudar a pagar. Eu pagaria uma metade, e ela, a outra metade. Mas aí ficou ruim para ela.

Qual a sua idade?

Dona Dolores – Tenho 56 anos. Só aqui nesta casa, moro há 30 anos. Meu pai era daqui do morro, minha mãe era de Cambuci. Casei por aqui também, mas sou viúva.

Como é sua família?

Dona Dolores – Sou mãe de cinco filhos, tive duas filhas mulher, três filhos homem. Mas um filho morreu. E crio uma menina que a mãe abandonou quando tinha 2 meses.

Na verdade, não é bem uma adoção. Ela tem irmãos, mas a mãe morreu. Como não tinha ninguém para cuidar dela, eu cuido. Quando peguei a menina, ela tinha dois meses, era tão miudinha que parecia um bebê recém-nascido. Agora, já tem 6 anos. Mas na hora em que os irmãos pedirem, eu dou. Eles trabalham, têm casa, mas ela não quer ficar. Ela vai passear lá, mas não fica, não. Ela fica aqui comigo, eu cuido dela.

E a morte de seu filho?

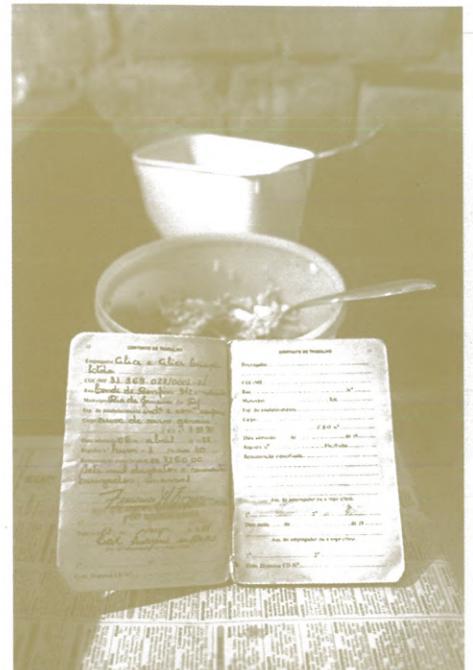
Dona Dolores – Ele estava vindo da feira, tinha um tiroteio, foi negócio de bala perdida, pegou nele, ele morreu. Tinha 18 anos, foi aí pra baixo do morro. Era o homem da casa. Não gostava que eu trabalhasse fora, gostava de chegar em casa, encontrar a comidinha dele pronta, a roupa dele. Agora... acabou. Vai fazer 15 anos que ele morreu.

Quantos filhos moram aqui?

Dona Dolores – Quem mora aqui é a minha filha, com meus dois netos, o meu filho, que ainda é menor e estuda, e essa minha menina que crio. Agora também tem uma prima minha, que está aqui dando um tempo, procurando uma casa ou um quarto para alugar. Mora todo mundo junto, só que, na hora de dormir, se separa. Eles vão pra lá para os quartos deles, e eu fico aqui, são dois cômodos. Minha vida é essa, de vez em quando está bom, de vez em quando está brabo, vou levando.

Com quantos anos a senhora foi mãe?

Dona Dolores – Acho que com 16. Sabe que nem lembro mais? Tem muitos anos mesmo. Foi com 16 ou 17. E minha filha foi mãe





ainda mais cedo, com 13 anos. Foi até mais difícil do que na minha época. O pai do meu primeiro neto até ajuda a dar as coisas, mas é outro também que vira e mexe está desempregado. Ele trabalha com pintura. Mas, hoje em dia, os prédios preferem fazer contratos com firmas de pintura. Quando ele pode, dá meu gás, dá dinheiro para comprar arroz e feijão.

E como a senhora conseguiu essa casa?

Dona Dolores – Conheci um rapaz e tive uma filha com ele. Ele comprou aqui para mim. Ele sumiu, bebia muito, não sei o que houve com a vida dele, não. Nós nos separamos quando a menina tinha 2 anos. Era apenas um barraco. Hoje, tem uma parte barraco e também um cômodo, que fiz com ajuda do padre Carmo, da Igreja de São Camilo, aqui perto.

A casa é dividida por um guarda-roupa, que separa a parte do barraco da parte dos tijolos. Deixo meus filhos ficarem nessa parte de tijolo; é melhor. Na parte do barraco, tem a cozinha e meu quarto. Um grande sonho é ter condições para ajeitar essa minha casa. Como eu queria ter um banheiro dentro de casa! Meu problema é desemprego. Ah, tão bom se conseguisse, em um instantinho melhorava o barraco.

Como funciona a eletricidade aqui?

Dona Dolores – Ah, é um monte de fio pendurado. Não posso pagar luz, não tem como. Não dá choque, porque a gente já se acostumou. Ganhei um fio de rolo para mudar essa instalação, mas preciso ver quem pode fazer isso.

A senhora disse que “de vez em quando está bom, de vez em quando está brabo”.

O que isso significa?

Dona Dolores – É negócio de despesa, essas coisas. Falta para comprar comida, mas a gente sempre dá um jeitinho. Minha filha vai à igreja, às vezes eu também vou, aí a gente ganha ajuda, mas é difícil. Tem dia que está meio difícil. Minha vida é essa: minha filha vai pra feira arrumar as coisas e vai às igrejas, que me ajudam. Vivo da ajuda dos outros.

Qual jeitinho?

Dona Dolores – Ah, minha outra filha que mora aqui pra baixo e arrumou um emprego me dá um dinheirinho, às vezes vêm outros e também dão uma ajudinha.

Há dias em que não há nada para comer?

Dona Dolores – Tem dia que fico sem nada. Aí, espero essa ajuda que já falei. Sempre Deus ajuda, sempre. Tem também um vizinho muito bom e uma menina lá em cima que

às vezes cisma de dar compras. Não conheço ela, mas sempre vou lá e pego alguma coisa.

Como é sua alimentação no dia-a-dia?

Dona Dolores – Ah, eu gosto de fazer uma mesa bonita. Quando podia, comprava as coisas, fazia a comidinha das crianças, gelatina, pudim, arrozinho, saladinha. Agora está brabo, não faço mais, não. Faço o que tem. Às vezes, tem um feijão ou um arroz ou mesmo galinha. Quando tenho algum dinheiro, gosto de comprar verdura, que é muito bom e não devia faltar na mesa das crianças. Hoje, nem sei o que tem pra fazer. Acho que tem umas sobras na geladeira; vou esquentar.

A senhora participa de algum programa de doação de cesta básica?

Dona Dolores – Até tentei, mas, por causa da falta de documentos, não consegui. A única coisa que tinha era um vale-idoso de uma senhora que distribuía alimentos, mas até isso acabou. Aquela distribuição de leite também acabou. A minha filha às vezes consegue alguma coisa porque tem criança pequena. Mas não é sempre. Antes, ela trabalhava em firma de limpeza, mas depois teve neném e não conseguiu mais trabalho.

Não há ninguém trabalhando?

Dona Dolores – Só quem trabalha é essa minha prima que está aqui agora. Fica assim meio brabo para o fim do mês, ela só recebe no dia 30. Eu estava trabalhando, tem pouco mais de um mês que fui mandada embora.

A senhora não procurou outro emprego?

Dona Dolores – Eu desanimei. No último emprego, como doméstica, fiquei só um mês. Acabo desanimando porque as patroas acham que não tenho mais saúde nem idade para o trabalho. Por causa da minha pressão alta, a mulher ficou com medo de eu desmaiar na cozinha dela. Então, vou fazer o quê, meu Deus?

E a senhora não cuida da hipertensão?

Dona Dolores – Sabe que eu tenho medo de tomar remédios? Tem tanta gente que toma remédio e não pode mais parar. Tem gente que piora. O remédio que eu tomo é remédio de casa, chá de colônia, chuchu, essas coisas, mas negócio de médico eu tenho o maior medo.

E como é a assistência médica?

Dona Dolores – A gente vai no posto de saúde da prefeitura. Até que funciona direitinho.

A maioria dos remédios a gente consegue lá. Também tem vacina para as crianças. Os agentes de saúde aqui do morro vêm avisar que tem médico marcado para o pessoal da comunidade.

Quanto uma pessoa precisa ganhar para ter uma vida decente?

Dona Dolores – Não sei, não. Quando eu estava trabalhando, ganhava R\$ 250. Mas na minha situação de agora até R\$ 100 estava bom. Ah, poxa, como servia! Do jeito que está a vida, a gente não deve nem chorar muito pela quantidade que vai ganhar. Só de ganhar já está bom.

Nunca recebeu uma cesta da Ação da Cidadania?

Dona Dolores – Não. Não tenho nada de lá da Ação da Cidadania. Nada, nada. Sempre escuto pela televisão. Só sei dessa que estou falando, dessa senhora que distribui compras de vez em quando. E tem também uma igreja.

A senhora tem alguma religião?

Dona Dolores – Claro, se não fosse Deus, a gente não existia. Fui batizada na Católica, mas não ligo muito para o catolicismo, não. Gosto mais é de escutar o programa da Igreja Universal, me amarro naqueles hinos bonitos. Me dá uma paz. Se um dia tiver que entrar para alguma igreja, vai ser a Universal.

Toda noite rezo, pedindo um emprego para ter minha casa melhor, para cuidar dos meus netos, dos meus filhos.

Já ouviu falar do Fome Zero?

Acha que esse tipo de programa pode melhorar a vida de pessoas como a senhora?

Dona Dolores – De vez em quando, vejo o Lula falar sobre o Fome Zero. E, para Deus, nada é impossível. Às vezes, é de onde a gente menos espera que sai alguma coisa boa.

E o que a senhora espera do Lula?

Dona Dolores – Gosto dele. Acho que está fazendo um bom governo. Muita gente também acha e eu concordo. Quem sabe... Vamos ver se até o ano que vem as coisas vão

Quando podia,
comprava
as coisas,
fazia a comidinha
das crianças,
gelatina, pudim,
arrozinho,
saladinha.
Agora está
brabo

melhorar. É isso que eu espero. Mas é tanta fome e desemprego... Mesmo assim acredito que o Lula vai conseguir mudar muita coisa. E também acabar com essa violência que ninguém agüenta mais.

E o que a senhora sugeriria ao presidente?

Dona Dolores – Ah, emprego. Principalmente para o idoso que quer e precisa trabalhar. Ninguém quer aceitar o idoso, acha que está velho. Usou, jogou fora.

O que seria mais importante: diminuir o desemprego ou distribuir mais cestas básicas?

Dona Dolores – O emprego é mais importante. Se ficar só na cesta básica, a velhice vai chegando e, quando vê, já era, morre de coitado. Todo mundo gosta de trabalhar: novo ou velho prefere estar trabalhando do que depender dos outros.

E o que a senhora espera da governadora Rosinha?

Dona Dolores – Sabe que eu nem prestei muita atenção no governo deles, do Garotinho e agora da Rosinha? Nem fui votar. Eu espero é do Lula, né?

O que acontece aqui em época de eleição?

Dona Dolores – O bom é que meus filhos conseguem trabalhar. Esse negócio de fazer campanha, sabe? Mas candidato mesmo só veio uma vez aqui, nem lembro se foi o Cesar Maia ou o Conde. Ele falou que ia

me ajudar, mas não vi mais a cara dele. E também não acreditei muito, não.

A senhora acha que seu filho vai conseguir emprego quando terminar os estudos?

Dona Dolores – Quero acreditar que vai. Ele está no ginásio, já fez dois cursos, até de informática. Já estagiou. Eu quero muito que ele estude. Ele só tem 19 anos e gosta muito de estudar. Se sabe de um curso ali, vai correndo se inscrever.

Minha filha já não teve a mesma oportunidade. Ela estudava à noite, mas, com o bebê, ficou difícil. Ele tem 1 ano e pouco. Mas meu outro neto, filho dela e que tem 12 anos, está estudando.

A senhora já foi vítima de preconceito racial?

Dona Dolores – Preconceito existe em tudo quanto é lugar. Tento esquecer, passar por cima. Nem esquento, deixo pra lá, nem dou ouvidos, faço que nem conheço. Acontece o tempo todo em qualquer lugar, até na rua. Tem muito preconceito por causa do morro. O marido de uma patroa minha tinha preconceito, não gostava de negros. Ser negra, doméstica e morar no morro não facilita nada. Acho que isso tem muito a ver com o que passa na televisão. Essa coisa de violência das pessoas que moram no morro.

A senhora gosta de morar no Borel?

Dona Dolores – Eu gosto daqui, tenho sossego, ninguém me incomoda. Me dou



bem com todos os meus vizinhos; não tem briga, graças a Deus.

Mas não é um local violento?

Dona Dolores – É. Mas violência acontece em qualquer lugar. Não viu aquela menina, coitada, que foi baleada dentro da Estácio de Sá e outros mais por aí? Até prefiro que as crianças fiquem em casa, mas tenho que deixar brincar. Fico sempre olhando. Sempre tem alguém da família por perto.

E quando a senhora vê reportagens que falam das ocupações policiais em favelas?

Dona Dolores – Fico revoltada porque eles às vezes falam coisas que não são verdade sobre as comunidades. E com as coisas que fazem com a gente... A gente fica é com medo. Eles entram na casa dos outros, mexem com a mulher dos outros, xingam todo mundo, não respeitam as pessoas de idade. Isso é o que eu vejo. Manda para tudo quanto é lugar. Outro dia mesmo vi essa cena, fiquei revoltada. Trabalham sem camisa; isso é falta de respeito, né? As crianças passando para lá e para cá e vendo tudo isso.

Então, a relação é sempre difícil?

Dona Dolores – Eles vindo fazer o trabalho deles direitinho, todo mundo aceita. Mas tem é que respeitar os outros. Eu não devo, não tenho medo deles. Mas, do jeito que está hoje, a gente não sabe quem é bandido e quem é polícia. Ninguém sabe, eu tenho muito medo. De vez em quando, entram aqui no meu quintal; fico deitada, fico só olhando. Vão até a cozinha, depois vão embora. Mas eu tenho medo por causa do meu filho. Meu filho é estudante.

Teve uma chacina aqui outro dia. Morreram quatro rapazes, todos trabalhadores. Eles eram amigos do meu filho. Um era meu afilhado. Outro era estudante, morava na Suíça e veio para se apresentar ao quartel. Na televisão passou "tiroteio de traficantes com polícia". Falam em tiroteio de bandido e polícia, mas quem morre mesmo são só os meninos, né? Porque ninguém ficou ferido entre os policiais? Se os meninos tivessem armas, se fosse tiroteio, não pegava neles também?

Essa violência tem a ver com a pobreza?

Dona Dolores – Mas a maioria dos bandidos hoje é tudo policial! É sim! Vira e mexe, vejo na televisão e escuto no rádio que um policial foi preso, outro foi expulso. São os maiores incentivando os menores. Concorda comigo? ■

"De vez em quando, vejo o Lula falar sobre o Fome Zero. Quem sabe... Vamos ver se até o ano que vem as coisas vão melhorar. É isso que eu espero. Mas é tanta fome e desemprego... Mesmo assim acredito que o Lula vai conseguir mudar muita coisa. E também acabar com essa violência que ninguém agüenta mais."

Dona Dolores

Participaram desta entrevista: Cândido Grzybowski, Iracema Dantas, Marcelo Páscoa (integrantes do Ibásé), e Janete Malaquias e Mônica Santos Francisco (agentes comunitárias do Morro do Borel).

Fotos: Vanor Correia

Celebrando Josué de Castro

Ao longo de minha vida, sempre tive grande dificuldade de escrever sobre Josué de Castro na condição de sua filha. Talvez por conta de ser cientista social, obrigava-me a ter uma visão excessivamente técnica de sua obra ou ficava temerosa de que, invadida pelo sentimento de orgulho, faltasse com a isenção.

Uma das vezes em que o fiz – mais na condição de filha do que de cientista social – foi quando aceitei o convite da editora Vozes para prefaciar o livro de Jean Ziegler, *A fome contada a meu filho*, festejada idéia do consagrado economista e cientista de escrever um livro em forma de diálogo mantido com seu filho. Naquela oportunidade, escrevi:

Vivi, pessoalmente, esta experiência. Foi meu pai, Josué de Castro, o primeiro cientista no Brasil, talvez no mundo, que procurou levantar o véu que encobria este fenômeno denominado fome e transformado em tabu e tema obscuro pela sociedade ocidental. Cresci ouvindo falar de fome desde a mais tenra idade. A princípio como mera e atenta ouvinte, após como jovem interessada e finalmente como cientista social fascinada pelo tema e pelas idéias.

Alimento, ainda hoje, passados muitos anos, uma profunda e sentida sensação de tristeza, quando recorro ao homem afetuoso com quem convivi e cientista incansável que admirei em razão de suas claras e entusiasmadas explicações feitas, quase todas as noites, em torno da mesa em que realizávamos nossas refeições. Discorria sobre suas descobertas, sobre suas propostas, que acreditava poderiam solucionar, se implementadas, parte dos problemas mais agudos da sociedade. Foi por intermédio de suas palavras que pude reconhecer o quanto é difícil viver neste mundo de homens que são capazes de criar infinitas belezas, capazes tecnicamente de controlar a natureza, capazes de cantar a paz, mas, também,

diversamente de outros animais que só atacam para saciar a fome, praticar atrocidades inomináveis contra seus semelhantes. São capazes de aprisionar, torturar e escravizar outros homens, produzir alimentos e não distribuí-los para todos, romper com o equilíbrio ecológico, poluir rios e mares, destruir florestas, consolidando a desigualdade, aumentando a pobreza, tudo em busca de mais riqueza.

Hoje, retomando o tema ao escrever para *Democracia Viva*, novamente fico estimulada a falar, um pouco, ainda como filha de Josué de Castro.

Em 1973, morria, no exílio em Paris, o autor de *Geografia da fome*, seu mais conhecido livro, traduzido em 25 idiomas, marco científico para o aprofundamento dos estudos sobre o fenômeno da fome, em todo o mundo.

Nove anos antes, quando era o embaixador do Brasil junto aos Órgãos das Nações Unidas, em Genebra, teve seus direitos políticos cassados. Interrompia-se, pelo arbítrio, a profícua atividade do médico brasileiro que, aos 21 anos, iniciara sua atividade clinicando no Recife e que chegaria, no futuro, a representar seu país em muitas ocasiões. Lamentavelmente, a cassação o alcançou em fase de apogeu físico e intelectual. Tinha 65 anos. Morreu muito cedo. Muito ainda tinha a realizar. Voltou ao Brasil para ser enterrado, com autorização de seus detratores.

Entretanto, o Brasil que aceitava enterrar seu corpo com ele enterrava suas obras. Seus livros continuavam desaparecidos de livrarias e bibliotecas. Não era mais possível encontrar, nas estantes brasileiras, *Geografia da fome*, *Geopolítica da fome*, *Homens e caranguejos*, *O livro negro da fome*, *Ensaio de geografia humana*, *Ensaio de biologia social*, *Sete palmas de terra e um caixão*, *O ciclo do caranguejo*, *A explosão demográfica e a fome no mundo* e *A estratégia do desenvolvimento*. Aparentemente, todos estavam

relegados ao esquecimento, embora continuassem a ser editados em todo o mundo. Mas a fome e a miséria continuavam, infelizmente, presentes em várias sociedades.

No caso do Brasil, a fome e a miséria persistem até hoje, como resultado de uma cruel concentração de renda, poder e propriedade que provoca um imenso abismo entre ricos e pobres. Somos uma sociedade que forjou um país de contrastes, que jamais conseguiu ser senhor de sua própria história. Uma sociedade que jamais se preocupou, seriamente, em atender às necessidades mínimas da população e, por isso mesmo, desenvolveu uma ideologia explicativa da desigualdade social como algo inerente a toda e qualquer sociedade, fruto do clima, da raça, da mestiçagem ou mesmo de desígnios divinos. Uma sociedade construída pela violência de poucos sobre muitos, do branco sobre o negro, do senhor sobre o escravo, dos proprietários sobre os trabalhadores.

Foi contra isso que Josué de Castro se insurgiu com indignação, a mesma bendita indignação que se apossou de Betinho ao longo de sua vida – em entrevista concedida à *Folha de S.Paulo*, em 1993, ao ser perguntado se acreditava ser possível acabar com a miséria, Betinho respondeu: “A gente inventou a miséria, agora desinventa”. E, estou segura, inspirou também o presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao instituir como símbolo de seu governo o programa Fome Zero.

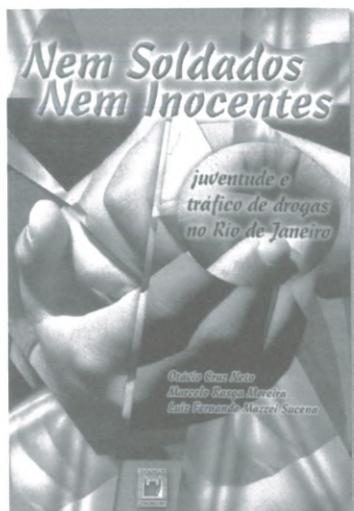
Josué de Castro afirmava que a fome sempre existiu. O que ele denunciava, idéia hoje plenamente reconhecida, era a perspectiva de que a fome seria um fenômeno social, criação do ser humano. Assim, novo não seria o fenômeno, mas o viés pelo qual se perceberia sua trágica realidade. E foi a partir dessa constatação que procurou criar uma teoria explicativa para o subdesenvolvimento, a pobreza e a miséria. Tentava modificar a história de seu país. Como outros cientistas brasileiros de sua época, conseguiu, a partir de uma autoconsciência da realidade social, encontrar o instrumental necessário para o estudo dessa realidade e afirmava:

Resolvemos encarar o problema sob uma nova perspectiva, de um plano mais distante, donde se possa obter uma visão panorâmica de conjunto, visão em que alguns pequenos detalhes certamente se apagarão mas na qual se destacarão, de maneira compreensiva, as ligações, as influências e as conexões dos múltiplos fatores que interferem nas manifestações do fenômeno. Para tal fim, pretendemos lançar mão do método geográfico, no estudo do fenômeno da fome. Único método que, a nosso ver, permite estudar o problema em sua realidade total, sem arrebentá-lhe as raízes que o ligam subterraneamente a inúmeras outras manifestações econômicas e sociais da vida dos povos. Não o método descritivo da antiga geografia, mas o método interpretativo da moderna ciência geográfica, que se corporificou dentro dos pensamentos fecundos de Ritter, Humboldt, Jean Brunhes, Vidal de la Blanche, Griffith Taylor e tantos outros.

Josué de Castro foi um brasileiro, um cidadão do mundo, mas sobretudo um nordestino, um pernambucano que amou seu país mesmo sabendo a verdade, na feliz expressão de outro nordestino, o consagrado escritor Camara Cascudo. Com as populações dos mangues do Recife, tomou conhecimento de uma das mais tristes e duras realidades do subdesenvolvimento, a fome, e dela não mais se esqueceu.

Longa foi a caminhada desse nordestino que se tornou mundialmente conhecido por seus livros, cargos, funções que desempenhou, organismos que criou e aulas que deu no Brasil e no exterior.

Entretanto, o que mais o notabilizou foi, sem dúvida, a presidência do Conselho Diretor da FAO (*Food and Agriculture Organization of the United Nations*), a presença no Parlamento brasileiro, nas salas de aula e nos momentos solitários de escritor consagrado com um tema até por ele mesmo considerado delicado e perigoso, a fome. Contra ela, em toda a sua extensão e manifestações, travou o bom combate de sua vida. ■



Nem soldados, nem inocentes: juventude e tráfico de drogas no Rio de Janeiro

Otávio Cruz Neto, Marcelo Rasga Moreira
e Luiz Fernando Mazzei Sucena
Editora FioCruz
200 págs.

Tendo como base a avaliação do projeto Sistema Aplicado de Proteção ao Adolescente Oriundo de Medida Socioeducativa por Envolvimento com o Tráfico de Drogas (Secretaria de Direitos Humanos do Ministério da Justiça e Fundação para a Infância e Adolescência do Rio de Janeiro), realizada por pesquisadores do Departamento de Ciências Sociais da Escola Nacional de Saúde Pública (Ensp/Fiocruz), o livro *Nem soldados, nem inocentes* vem acrescentar novos e importantes dados e reflexões à temática da violência urbana e dos mercados ilícitos de drogas.

Dividido em cinco capítulos, o livro aproveita os materiais obtidos com a utilização dos instrumentos da avaliação do projeto

para oferecer três amostras bastante atuais e significativas do envolvimento de jovens no tráfico de drogas no Rio de Janeiro: um perfil socioeconômico, um perfil do cotidiano da vida no tráfico e, por fim, um perfil de suas implicações na saúde dos envolvidos nessa atividade. A preocupação dos autores, várias vezes ressaltada, não foi produzir “instantâneos” que pudessem reforçar estereótipos, mas, pelo contrário, retratar os jovens em suas experiências de vida, “ouvindo sua voz”, compreendendo suas inserções na violência estrutural mais ampla, com vistas a contribuir para a construção de um quadro analítico que possa reorientar as políticas públicas nessa área historicamente relegada à indiferença e à brutalidade de muitos dos encarregados de controlar de perto o destino desses jovens.

O primeiro capítulo reconsidera a história das instituições responsáveis pelo controle social dos “menores infratores” no Rio de Janeiro, oferecendo novos dados garimpados nos relatórios de antigos juízes de menores, comparando-os com os de estudos posteriores e com os dados atuais. Salta à vista a passagem do furto ao roubo e do roubo ao tráfico na escala preferencial da repressão a partir de meados da década de 70. O segundo capítulo apresenta o perfil “de vários ângulos, faces e contornos” de 88 jovens atendidos pelo projeto, com idade de 14 a 19 anos, confirmando e especificando vários indicadores de vulnerabilidade social e acumulação de desvantagens. Confirma-se a acentuada predominância masculina, de não-brancos, com baixa ou nenhuma escolaridade (também o mesmo perfil das vítimas da violência). Confirma-se, entre os que estudam, a quinta série do ensino fundamental como o principal “ponto de estrangulação” do ensino público, o “lugar” das sucessivas reprovações e da evasão definitiva da escola. Ao ouvirmos esses jovens,

ficamos sabendo de seu sentimento de inadequação à escola, de sua necessidade de trocá-la pelo trabalho, de suas críticas à figura paterna, em especial à sua ausência, abandono ou desinteresse. Ficamos conhecendo as formas de divertimento mais frequentes e estimadas: jogar futebol, soltar pipa, ir a baile funk ou a um pagode, namorar e *ficar*, além de sabermos da baixa ligação com igrejas, clubes e associações político-partidárias, o domínio da televisão no cotidiano, a preferência por filmes com temas violentos.

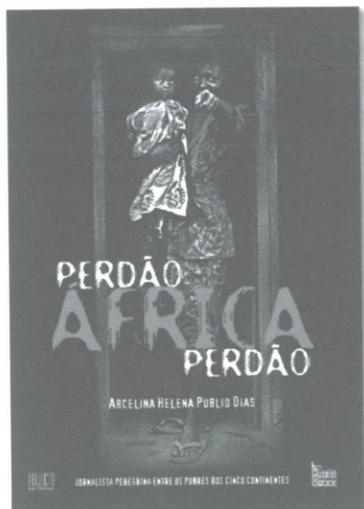
No terceiro capítulo, somos levados a visitar o mercado ilícito em sua tipicidade e regularidade cotidiana: funções, hierarquias, obrigações, fluxo de mercadorias, renda semanal, perigos, facções, polícia, desvios, propinas, pontos de fuga, prisão. A ida para instituições como o Padre Severino ou o Muniz Sodré, onde “a porrada come solta”, é relatada como inútil na melhor das hipóteses. Como antes no Serviço de Assistência ao Menor (SAM). Como antes na Febem (Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor). Mais uma vez, a pesquisa constata que as redes de domínio local e sociabilidade vinculadas a atividades ilícitas já estavam forjadas nessas localidades antes da potencialização do tráfico de drogas, registrando-se mais uma continuidade do que propriamente uma ruptura do domínio local pelo “movimento”, tese que tenho defendido e que contraria a ênfase posta por alguns autores na descontinuidade radical com o passado, como se tudo tivesse começado do nada.

O quarto capítulo expõe as implicações do tráfico na saúde dos jovens, o risco de doenças, a perversa interface drogas/Aids e, principalmente, a morbi-mortalidade dos integrantes do tráfico, de seus familiares ou de moradores da comunidade, seja nas disputas entre facções, na execução de desviantes ou delatores, seja no confronto com a polícia ou sob o fogo cruzado de balas perdidas.

Nas conclusões, a constatação que dá título ao livro: não há inocentes nessa história, mas também não há soldados, pois não há guerra. Há apenas violências disseminadas, intermináveis, acumulativas, e isso não é pouco. Admitir a lógica da guerra é admitir esses jovens como inimigos e justificar seu extermínio. É evidente que há uma violência armada e relativamente organizada que se impõe às populações amedrontadas das redondezas, como há também a violência legal e a violência ilegal das polícias e toda a disseminação de uma “lógica de guerra”. Não há soldados em luta porque não há guerra sem objetivos coletivos. E, nesse caso, não há objetivos coletivos senão, de um lado, reprimir o tráfico e, de outro lado, defender-se dessa repressão. O sentido precípua do conflito é traficar ou não-trafficar, e a metáfora da guerra, além de inadequada, é politicamente perigosa. Há, sim, uma sociabilidade violenta que cada vez mais entra no cálculo de circulação das pessoas pela cidade, pelos bairros, pelas favelas. Ao argumento de que são os próprios jovens que se denominam “soldados”, os autores retrucam com ironia: acreditando nessa reivindicação, por que não acreditar que a maioria desses jovens preferiria não estar no tráfico? Começar a deter a “lógica da guerra” significa, para os autores e para mim mesmo, reagir ao apelo fácil de mais repressão: “[...] entender porque, apesar do elevadíssimo risco, um número cada vez maior de jovens está se envolvendo com o tráfico de drogas”. *Nem soldados, nem inocentes* é, sem dúvida alguma, mais uma importante contribuição para encontrarmos a resposta a esse dilema.

Michel Misse

Professor do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia do IFCS/UFRJ e coordenador do Núcleo de Estudos da Cidadania, Conflito e Violência Urbana da UFRJ
<www.necvu.ifcs.ufrj.br>



Perdão, África, perdão

Arcelina Helena Publio Dias
Editora Rede/Mosteiro da Anunciação
327 págs.

Perdão, África, perdão, novo livro de Arcelina Helena e segundo da série do projeto de peregrinação entre os excluídos dos cinco continentes, é uma crônica pungente dos que convivem com a miséria, fome, doenças, violência e injustiça – tristes marcas registradas da maioria da população mundial. Os leitores não devem esperar, no entanto, um estudo econômico recheado de estatísticas. As páginas desse livro não escondem que a peregrina, que adentrou o coração mais triste da África, não se despiu de sua competência jornalística ao descrever e fotografar as passagens de sua caminhada. As páginas de *Perdão, África, perdão* se revelam inovadoras, constituindo um mural dos nossos dias, e produzem os alicerces para o despertar de consciências que precisam superar a letargia e partir para uma cruzada mundial contra as desigualdades e a exclusão social.

Na elaboração do texto, transparece, muitas vezes, a vocação religiosa que mudou a vida de uma profissional vitoriosa que, em São Paulo e em Brasília, por muitos anos, figurou na primeira linha de reportagem de grandes jornais e revistas. Agora, a jornalista acredita que, para transformar o mundo, é necessário primeiro transformar as pessoas, tocar no fundo de suas almas e fazer com que entendam uma coisa: os sofredores e injustiçados não são algozes, são vítimas; não são números e estatísticas, são seres humanos. Mais que tudo, são nossos irmãos e nossas irmãs: “Nossos destinos e os desses sofredores estão inelutavelmente interligados. Impossível falar da felicidade de alguns sem garantir o mínimo bem-estar de todos”, afirma Arcelina.

Durante a II Cúpula Mundial da Alimentação, promovida pela Food and Agriculture Organization of the United Nations (FAO), em 2002, em Roma, o secretário geral das Nações Unidas, Kofi Anan, lembrou que 24 mil seres humanos morrem de fome todos os dias e que 200 milhões de africanos – 28% da população do continente – padecem de uma “fome crônica”. Os estudos da FAO lembram que, em 1981, o mundo produzia 3,5 bilhões de toneladas de alimentos e 900 milhões de pessoas sofriam de desnutrição nos vários continentes. Após 20 anos, a produção de alimentos cresceu 40%, ultrapassando 5 bilhões de toneladas, mas o número dos desnutridos continua praticamente o mesmo: 840 milhões.

Há muito que se fazer para derrotar o egoísmo das grandes lideranças mundiais que não param de defender protecionismos, barreiras, subsídios e uma série de medidas destinadas a preservar suas conquistas e dificultar o crescimento das economias menores ou menos favorecidas. As grandes desigualdades terão de acabar, e, nesse sentido, o livro de Arcelina mostra, com clareza, por que temos de nos unir nessa batalha.

O primeiro grande livro-reportagem de Arcelina Helena – *Crônica do salário mínimo* (Record, 1995) – é um relato de sua vida na periferia de Belo Horizonte, trabalhando por um salário mínimo. Arcelina trouxe também de BH um caminho profissional que se desdobrou, nos anos seguintes, nesse projeto de peregrinação. No primeiro livro da série – *Sinais de esperança* (Vozes, 2001) –, Arcelina conta sua peregrinação pelo coração da miséria nas três Américas.

O projeto de peregrinação prevê que Arcelina se hospede em casas comunitárias onde pessoas solidárias, com ou sem motivações religiosas, tudo fazem para minorar as aflições de crianças, velhos, doentes, mutilados e desabrigados. Elas desafiam as injustiças do mundo com lições de fé e de vida, que, a todo momento, superam as descrições pungentes dos escritores que tiveram em Emile Zola e Leon Tolstói os exemplos mais fortes e definitivos. Os textos de Arcelina não são peças de ficção. Eles são registros de vida. Por isso, valem mais, incomodam mais, advertem mais, motivam mais do que as páginas mais dramáticas dos grandes ficcionistas.

O viés religioso de sua caminhada não fez dela uma escritora com preconceitos. Na África, ela foi acolhida em comunidades jesuítas, em grupos presbiterianos, em ambulatórios salesianos, em unidades de confissões as mais diversas, lideradas por cristãos, islâmicos e judeus. Ela foi fundo em todo o percurso. Em Angola, viveu em um país em guerra há quase meio século, entre tiroteios, explosões e bombas, que levam as populações a viver em permanente estado de fuga, atravessando campos minados e deixando para trás os mutilados.

O drama da miséria absoluta não pode ser um problema das vítimas que estão nos cinco continentes, ao lado da prosperidade e da riqueza. No entanto, um enorme

“Este livro é fruto de uma peregrinação de Arcelina Helena, mulher despojada e corajosa que caminha para Deus indo ao encontro dos mais pobres do mundo. Através dele, você penetrará em outro lado do mistério da África: luminosa, criativa, sempre afetuosamente alegre, mesmo martirizada por injustiças seculares, pela Aids e por tantas doenças ligadas à fome e à miséria. Arcelina convida-nos a entrar em sua peregrinação como em um processo de conversão do olhar, da mente e do coração. Pedindo perdão à África é conosco mesmos que estamos nos reconciliando.”

Marcelo Barros, prior do Mosteiro da Anunciação de Goiás

contingente de pessoas prefere, talvez sem o saber, defender-se, apegando-se a uma alienação que não vai resistir por muito tempo.

A hora de agir exige, antes de tudo, uma grande tomada de consciência. Uma tomada de consciência que há de se multiplicar e crescer nos leitores desse grande livro.

Mauro Salles
Jornalista e publicitário

Fome Zero.

Risco e oportunidade

“Meu primeiro ano de mandato terá o selo do combate à fome. Um apelo à solidariedade para com os brasileiros que não têm o que comer. Estou seguro de que esse é, hoje, o clamor mais forte do conjunto da sociedade. Se ao final do meu mandato, cada brasileiro puder se alimentar três vezes ao dia, terei realizado a missão de minha vida.”

Discurso proferido por Lula no dia 28/10/2002, um dia depois da votação do segundo turno para Presidência da República

Muito já se falou sobre o significado das palavras do presidente, no discurso que proferiu imediatamente após a confirmação de sua eleição em outubro passado, quando afirmou que a luta contra a fome seria a maior prioridade de seu governo. Mas não custa retomar, pelo menos, dois aspectos que contribuem para uma melhor compreensão das questões que se colocam para o programa Fome Zero. A primeira delas refere-se à verdadeira inversão da agenda política nacional, até então inteiramente dominada pela preocupação com os humores do mercado e a então prevista desestabilização monetária. Fazendo uso de grande senso de oportunidade, Lula convocou a sociedade brasileira,

em seu conjunto, para honrar os compromissos de uma outra dívida, que não a financeira: a dívida com milhões de pessoas que são privadas do direito humano mais básico: o direito à alimentação. Não havendo quem se declare a favor da fome, o novo governo que começou a se constituir naqueles dias fixou uma prioridade que é unânime no país. Mas também gerou uma enorme expectativa, de participação e resultados, que provavelmente o presidente não avaliava poder desencadear em tamanha extensão.

Um segundo aspecto, não menos importante, que deve ser extraído daquela declaração e das que se seguiram nos dias posteriores, diz respeito à vontade política que se expressa nas

palavras simples do presidente, em torno do sincero propósito de ver cada brasileiro e brasileira poder consumir três pratos de comida em cada dia, até o final de seu mandato. Foi a emoção que ditou as palavras de Lula, um retirante nordestino que carrega a história de luta pela sobrevivência e para quem a experiência da fome, por certo, não lhe é estranha. É necessário perceber as possibilidades que essa disposição pode significar, quando hoje verificamos como fraqueja em todo o mundo a disposição de governantes para o enfrentamento do problema da fome. A vontade política é fator indispensável para o êxito dessa empreitada, mas não basta. Deve vir acompanhada, na mesma intensidade, da participação da sociedade e do acerto na aplicação de políticas adequadas para essa finalidade. Cabe então a pergunta: o Fome Zero dá conta dessas duas exigências?

Programa em construção

O Fome Zero está longe de ser um programa acabado, em sua formulação. Elaborado sob a coordenação do Instituto da Cidadania e iniciado mais de um ano antes do processo que culminou com a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva, o programa contou com a colaboração de alguns dos principais especialistas da questão alimentar no país. Baseando-se na premissa correta, de que a fome no Brasil resulta fundamentalmente da incapacidade de acesso aos alimentos, por parte do contingente mais empobrecido da população, chegou-se a um número de 44 milhões de pessoas¹ em condição potencial de fome. Essa estimativa, mais uma entre as diversas existentes, foi calculada a partir da suposição de que estariam nessa condição todos(as) aqueles(as) que dispõem de no máximo um dólar por dia, para suas necessidades de consumo.

De início, a proposta do Instituto da Cidadania resumia-se na questão do enfrentamento da fome. Pela participação de pesquisadores(as) e militantes envolvidos com o debate sobre a segurança alimentar, foram incorporados conteúdos importantes, não apenas do ponto de vista conceitual, como também na formulação de propostas das políticas a serem implementadas. Destaque-se, nesse ponto, a participação de membros do Fórum Brasileiro de Segurança Alimentar e Nutricional (FBSAN), trazendo para a proposta um enfoque abrangente e intersetorial do tema, estabelecendo estrita relação do alimentar e do nutricional e demonstrando que a fome é a manifestação mais crucial de um quadro mais amplo de insegurança alimentar que prevalece no país.

Essa situação de insegurança alimentar impõe medidas de duas ordens. De um lado, não se pode prescindir de programas que atendam aqueles(as) em situação mais vulnerável, que por sua própria conta não garantem para si nem para suas famílias a ingestão mínima necessária. É a chamada situação emergencial, em que o Estado tem a obrigação de intervir de imediato, sob pena de deixar comprometer, em certos casos de forma definitiva, a capacidade física e intelectual daquelas pessoas. De outro, não deve a intervenção do Estado se limitar a essa natureza assistencial nas políticas aplicadas. É preciso atingir as causas que geram esse quadro de insegurança alimentar sobre um terço da população de um país que é praticamente auto-suficiente na oferta dos alimentos necessários à nação brasileira. Fazer cessar essas causas implica transformações estruturais que trarão impactos significativos sobre a desigual distribuição da renda e dos recursos produtivos. Em nosso caso, são transformações necessárias de serem iniciadas hoje, mas cujos resultados não surgirão no curto prazo.

Críticas

O Fome Zero não se esquivou de propor políticas emergenciais e estruturais.² No total, são 41 programas e iniciativas que buscam enfrentar as diferentes situações de fome e insegurança alimentar e nutricional existentes no país. Há desde o chamado cartão da alimentação, carro-chefe dos programas emergenciais, até políticas voltadas para o fortalecimento da agricultura familiar, políticas de ampliação da cobertura previdenciária, de ampliação da oferta de emprego e da reforma agrária, entre outras. Assim sendo, não procede a crítica de que se trata de uma proposta meramente assistencialista.

Persiste até hoje uma confusão conceitual que faz com que muitos considerem qualquer política emergencial como assistencialista. Essas políticas serão assistencialistas se produzirem dependência a elas, por parte daqueles(as) que são assistidos. A história de políticas de distribuição de alimentos no Brasil tem sido farta nesses exemplos, trazendo efeitos que só contribuíram para o quadro em que hoje nos encontramos. As políticas emergenciais do Fome Zero podem até não ser as mais efetivas no resultado que se busca – vide a polêmica entre cartão da alimentação *versus* renda mínima –, mas trazem um componente emancipatório permanente. Salvo casos excepcionais de distribuição de alimentos em situações ocasionadas por desastres naturais,

1 Posteriormente, esse número foi mudado para 46 milhões de pessoas, com os resultados da Pesquisa Nacional de Amostra Domiciliar (Pnad), divulgada pelo IBGE em 2001.

2 O governo incorpora as naturezas estruturais e emergenciais em três modalidades de políticas: as estruturais mesmo; as chamadas específicas, nas quais estariam enquadrados o cartão da alimentação e o Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT), entre outras; e as políticas locais, como restaurantes populares, bancos de alimentos etc.

todas as políticas propostas e que já estão sendo aplicadas trazem como componente obrigatório diferentes condicionalidades, que objetivam contribuir para que sejam rompidas as razões que hoje justificam essa assistência.

Se as ressalvas a um pretensão assistencialismo dos programas emergenciais são frágeis, o mesmo não se pode dizer quanto à cobrança de execução de políticas que iniciem uma transformação efetiva nas condições que produzem e reproduzem a desigualdade e exclusão. É claro, o governo ainda está em seus primeiros meses, a eleição não representou uma mudança na correlação de forças que permita transformações imediatas mais profundas. Mas a maioria das políticas de natureza estrutural, mencionadas no próprio Fome Zero, continua nas prateleiras das intenções, à espera das ditas condições políticas e econômicas para serem aplicadas.

Uma outra modalidade de crítica, efetuada por alguns(mas) especialistas da área da alimentação, é a que julga que o programa Fome Zero estabelece uma confusão com três categorias que estão relacionadas entre si, mas não são a mesma coisa: a pobreza, a fome e a desnutrição. Assim, ao se estimar o número de pessoas que passariam fome no Brasil, utilizando-se apenas o critério da renda, atribui-se a todos(as) os(as) que estão abaixo de uma determinada linha de pobreza a condição de famélicos(as), o que não corresponde à realidade, haja vista os inúmeros esquemas de sobrevivência que são montados para garantir a condição básica – ainda que precária – da alimentação. Asseverase-se que essa crítica não deve ser dirigida apenas para o Fome Zero, mas também para inúmeras instituições, que, sem contarem com outros indicadores mais adequados para essa medição, igualmente recorrem ao critério da renda, para a identificação do público mais vulnerável.

Um dos principais críticos dessas estimativas, Carlos Augusto Monteiro, pesquisador da Universidade de São Paulo, ressalta que essa utilização equivocada do critério da renda gera uma distorção não desprezível no entendimento do problema no Brasil, país onde a pobreza cresce, mas no qual a desnutrição e mesmo a fome têm se reduzido, em termos relativos e, segundo o professor, também em termos absolutos. Da mesma maneira, é necessário observar as diferenças entre as situações de fome e desnutrição, sendo a fome crônica aquela que, de forma contínua, não propicia ao indivíduo calorias suficientes para a manutenção do seu organismo e o exercício de suas atividades corriqueiras. A desnutrição, em seus diferentes graus, decorre da

ingestão insuficiente de calorias e proteínas, mas também de outros nutrientes, ou ainda pela incapacidade de aproveitamento biológico dos alimentos consumidos. Essa discussão é relevante, não se tratando de mero exercício dileitante de acadêmicos, como grosseiramente é às vezes atribuída. Isso porque a correta mensuração das três categorias oferecerá os elementos necessários para definir e dimensionar as políticas públicas a serem aplicadas. Por isso mesmo, existe a importância de que se volte a investir na construção de indicadores de segurança alimentar e nutricional, no prazo mais breve possível.

Guardando todas as reservas quanto ao limite de uma avaliação em tão poucos meses de mandato cumprido, pode-se presumir que o enfoque que prevaleceu até hoje, no que até agora foi implementado, é o enfrentamento da situação da fome e, mesmo assim, em proporções bastante limitadas, diante do que terá de ser efetuado.³ Não se inovaram nem sequer se aprofundaram de forma significativa outras políticas relacionadas com a segurança alimentar. Isso traz uma preocupação: haveria de fato uma compreensão da necessidade de se pensar o enfrentamento dos desafios que estão colocados, dentro da perspectiva da segurança alimentar e nutricional?

Um outro ponto a se observar é em que medida o governo, em seu conjunto, está ganhando para a prioridade chamada pelo presidente. Certamente também é prematuro julgar essa questão. Antes da posse do presidente, quando se ultimava o desenho institucional do novo governo, o Fórum, nas conversações que mantinha com os principais próceres do programa, manifestou sua reprovação quanto à constituição de um ministério específico, mesmo que extraordinário, para tocar o Fome Zero. No entendimento do FBSAN, a melhor opção seria a criação de uma secretaria diretamente ligada à Presidência da República, cuja função principal seria articular as diversas instâncias do governo, para o melhor cumprimento da prioridade afirmada pelo presidente Lula. A decisão governamental diferiu dessa posição, optando por um ministério extraordinário.

Em nossa concepção, a intersetorialidade, que o tema exige, ficou na prática prejudicada. Mas não estão esgotadas as possibilidades de que, com uma convocação enfática do presidente, garanta-se a ampla participação do governo no Fome Zero. O que vale, dentro da perspectiva de transversalidade exigida no tratamento consistente da questão alimentar, é trabalhar as

3 O cartão da alimentação, que é a principal novidade em termos do atendimento às populações mais vulneráveis, está no início de sua implementação e se restringe aos municípios mais atingidos pela seca, na região do Semi-Árido. Do ponto de vista do autor, a escolha do Semi-Árido pelo governo foi absolutamente correta, mesmo porque em 2003 se trabalha com limites orçamentários severos, fruto das definições procedidas no governo anterior.

inúmeras possibilidades pelas quais a máquina do Estado pode ser acionada no enfrentamento da fome e da insegurança alimentar no país. Considere-se, por exemplo, o papel que pode o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) operar nesse sentido, viabilizando iniciativas de investimento voltadas à organização e ao apoio à produção de alimentos com agregação local de valor; à disponibilização de infra-estrutura econômica e social e outras tantas iniciativas nas áreas do interior do país, imediatamente após a chegada do Fome Zero a esses locais. Ou seja, o programa impulsiona projetos de investimentos municipais/regionais complementares à assistência e ao resgate da cidadania. Esse seria um meio visível e efetivo de criar as condições para a emancipação dos grupos de pobreza que o país ainda conserva.

Participação da sociedade

Vontade política e propostas adequadas ao enfrentamento do quadro de insegurança alimentar do país são componentes essenciais para que sejam logrados os objetivos do Fome Zero. Mas não são suficientes. Fica faltando o engajamento da sociedade, para que essa proposta adquira a solidez e a sustentação política necessárias ante o desafio de vencer um problema nacional secular. Já se assinalou neste texto a expectativa que foi desencadeada pelo próprio presidente da República em seus pronunciamentos. Como resposta a essas expectativas, são claras as manifestações de desejo de participação em todas as camadas da sociedade. Como essa participação pode se dar?

É preciso compreender que as formas de participação possíveis são múltiplas, ante a diversidade e a complexidade da sociedade brasileira. Dentro da proposta do programa, podem estar alistadas algumas dessas possibilidades, mas seria um equívoco grave do governo tentar defini-las. Compete sim ao governo estabelecer orientações de como será a sua relação com esses diferentes níveis em que se expressa a participação da sociedade. É o caso da articulação com os setores da sociedade que há mais tempo trabalham com o tema, constituindo espaços nos quais governo e representações sociais poderão trabalhar conjuntamente a proposição de diretrizes para a política de segurança alimentar e nutricional.

Desde a concepção original da proposta do Fome Zero, a idéia de recriação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea) foi plenamente assimilada. O Consea já existira durante o governo Itamar Franco, por

força de proposta do então chamado Governo Paralelo, que tinha como base principal de sua formação o Partido dos Trabalhadores. Nesse Conselho, que esteve vigente nos anos de 1993 e 1994 e que foi extinto imediatamente após a posse de Fernando Henrique Cardoso, pela primeira vez foram trabalhadas de forma articulada diferentes políticas relacionadas com a segurança alimentar. Entre várias iniciativas que viriam a marcar aquele período, realizou-se a I Conferência Nacional de Segurança Alimentar, que, reunindo cerca de 1.800 delegados(as) eleitos(as) em conferências estaduais e municipais, estabeleceu diretrizes para o que seria o embrião de um plano nacional de segurança alimentar. A desastrosa descontinuidade provocada pelo governo que assumiu em 1995 impediu que o país pudesse consolidar esse plano, mas, é claro, o produto oriundo daquela conferência possibilitou as condições para chegarmos ao patamar avançado de elaboração, propostas e mobilização que o país hoje dispõe e que recebe, ainda, amplo reconhecimento internacional.

O Consea, agora retomado, poderá exercer um papel decisivo nesse contexto. Primeiro, cumprindo sua missão principal, que é levar ao presidente da República⁴ propostas de diretrizes para a política de segurança alimentar e nutricional. Já em suas duas primeiras reuniões, o Conselho cumpriu essa tarefa, elaborando e apresentando, em circunstâncias inéditas, diretrizes de segurança alimentar para o Plano da Safra 2003/2004. Considerando que o Fome Zero, por meio das políticas que estará aplicando no período do Plano de Safra e que deverão contemplar 1,5 milhão de famílias, irá gerar uma demanda adicional de alimentos, propõe-se a criação das condições para que essa demanda possa ser atendida pela produção da agricultura familiar e, sempre que possível, nas regiões onde o programa estará sendo implementado. Busca-se, dessa maneira, fortalecer as economias locais e gerar condições mais favoráveis para a superação da vulnerabilidade existente nessas áreas.

Essa proposta referente ao Plano de Safra é o exemplo nítido das possibilidades de intervenção do Consea, em especial se consideramos

**Vontade política
e propostas
adequadas ao
enfrentamento da
insegurança alimentar
são essenciais para
que sejam
logrados os objetivos
do Fome Zero**

4 O Consea é um órgão diretamente ligado à Presidência da República

* **Francisco Menezes**

Economista, diretor de Programas do Ibase, integrante da coordenação do Fórum Brasileiro de Segurança Alimentar e membro do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea) <chico@ibase.br>

que a proposta foi construída a partir da concertação entre os ministérios⁵ diretamente relacionados com a questão e representantes de movimentos sociais presentes no Conselho. Mas essa prática de atuação articulada entre governo e sociedade e até mesmo no interior do próprio governo ainda não está consolidada em nossa cultura política e, certamente, a própria vida do Consea será marcada de altos e baixos nesse exercício. Exemplo negativo pode ser constatado na decisão tomada pelo governo federal em relação à liberação para o consumo da soja transgênica – produzida no país no ano passado –, quando a representação da sociedade no Conselho não encontrou espaço para influenciar sobre a deliberação que precisava ser estabelecida.

A realização da II Conferência Nacional de Segurança Alimentar, prevista para março de 2004, traz a possibilidade de potencializar a participação da sociedade organizada, desde o plano municipal até o plano nacional, tal como ocorreu em 1994. Organizada pelo Consea, essa segunda conferência poderá oferecer os elementos para que o país venha a ter, finalmente, um plano nacional de segurança alimentar, orquestrado em comum entre governo e sociedade. Para o êxito dessa iniciativa, será essencial o papel desempenhado por Conseas estaduais e municipais. Ainda são poucos os conselhos constituídos nesses dois

níveis, embora haja um forte movimento em diversos estados e municípios pela sua formação. As representações sociais locais deverão estar atentas para garantir que tais conselhos não sejam criados de cima para baixo, como mera formalização de governos para terem melhor acesso aos recursos do Fome Zero.

A participação da sociedade, entretanto, não se limita aos setores organizados, que naturalmente se alinham em torno dos conselhos. Para com os setores não organizados o governo também precisa definir sua forma de relação. Preocupa muito o destaque que vem sendo dado ao papel da filantropia no Fome Zero. Nada

contra as manifestações de solidariedade que se expressam por meio de doações e meios similares. O problema é que essas iniciativas são promovidas como a única forma de participação que a sociedade pode ter perante tamanho desafio. A mídia vem, com honrosas exceções, retratando a mobilização da sociedade como circunscrita a esses limites. Grave é se o governo se deixa envolver por essa artimanha, que acima de tudo visa apequenar o papel que podem desempenhar diferentes setores da sociedade e o próprio Fome Zero.

É preciso potencializar outras formas de participação, desde o voluntariado, particularmente entre jovens que expressam enorme vontade de estar presentes nesse projeto, até a mobilização dentro das próprias comunidades, outorgando a elas o acompanhamento da aplicação do programa. O Brasil dispõe, hoje, de uma rede de mais de 170 mil agentes comunitários(as) de saúde, afora outros tantos vinculados a organizações da sociedade civil, como são as agentes da Pastoral da Criança. Por meio de capacitação de fácil realização, quando for necessário, será possível instrumentalizar esses(as) agentes para exercerem um papel absolutamente decisivo no reconhecimento das famílias que deverão ser atendidas e no monitoramento da aplicação e dos resultados alcançados.

O governo federal dispõe de uma política para seu relacionamento com a mobilização que se estabelece na sociedade. Denominada de Mutirão contra a Fome, propõe uma forma de organização utilizando palavras associadas à própria alimentação. Assim, *Mesa* é o Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar; *Copo* é o Conselho Operativo do Programa Fome Zero e tem a atribuição de traçar as diretrizes de aplicação do programa no nível local, credenciando entidades e famílias que serão beneficiadas e estabelecendo parcerias com instituições, empresas privadas e voluntários (as); *Prato* que é o Programa de Ação Todos pelo Fome Zero, formado por voluntários (as) organizados(as) por local de trabalho, bairros, igrejas etc. e que serão os braços operativos do Fome Zero; *Sal*, que são os Agentes de Segurança Alimentar, ou os Agentes Comunitários de Saúde; e *Talher*, que é a equipe de capacitação para a segurança alimentar. A criativa forma encontrada para denominar essas figuras permite fácil assimilação de seus papéis. Resta saber se conseguirá dar conta das múltiplas possibilidades da mobilização social no Brasil, sem procurar dirigi-las e enquadrá-las em esquemas sempre limitados para todo o seu potencial. ■

Além da fome

O objetivo de superar a fome e estabelecer para o país uma política de segurança alimentar e nutricional justifica qualquer esforço. A frustração da expectativa criada significaria um custo extremamente elevado. Mas estamos, também, diante de uma oportunidade histórica excepcional, cujos desdobramentos, se forem atingidos os objetivos almejados, vão além da superação da calamidade da fome. Isso porque estará sendo vencida, também, uma cultura presente no senso comum, de que a fome e outras mazelas sociais que carregamos são resultado de determinações inelutáveis, como uma predestinação que o país é obrigado a tolerar. Vencer a fome significará desmascarar o esquema de dominação ideológica que naturaliza aquilo que é apenas o resultado de modelos injustos e perpetuadores da desigualdade e miséria no Brasil. Estará sendo instituída uma nova cultura, baseada no reconhecimento dos direitos para todos e todas. O desafio está posto.

Herbet de Souza (Betinho)*

A alma da fome é política

A fome é exclusão. Da terra, da renda, do emprego, do salário, da educação, da economia, da vida e da cidadania. Quando uma pessoa chega a não ter o que comer é porque tudo o mais já lhe foi negado. É uma espécie de cerceamento moderno ou de exílio. A morte em vida. E exílio da Terra. A alma da fome é política.

A história do Brasil pode ser contada de vários modos e sob vários ângulos, mas para a maioria ela é a história da indústria da fome e da miséria. Um modo perverso de dividir o mundo em dois, produzindo um gigantesco *apartheid*. Nesse campo, fizemos verdadeiros milagres de desenvolvimento. Um dos maiores PIBs do mundo abraçado com a pobreza e a miséria mais espantosa. Aqui não houve lugar para o acaso. Tudo foi produzido como obra calculada. Fria.

O resultado está aí diante dos olhos de todos. Uma parte ostensiva, rica, branca, educada, motorizada, dolarizada. Outra parte imensa na sombra, negra, analfabeta, dando duro todos os dias, comendo o pão que o diabo amassou em cruzeiros, reais. Dois mundos no mesmo país, na mesma cidade, muito próximos pela geografia e infinitamente distantes como experiência de humanidade.

Como a miséria é a síntese e o nó de um processo, desvendar e atacar a miséria é também um modo de refazer radicalmente o Brasil. É pegar o Brasil pelo umbigo. A negação radical da miséria é um postulado de mudança radical de todas as relações e processos que geram a miséria. É uma interpretação a tudo e a todos, é um passar a limpo a história, a sociedade, o Estado e a economia. É virar o Brasil pelo avesso. No concreto.

É assustador perceber com que naturalidade fomos virando um país de miseráveis, com que tranquilidade fomos produzindo milhões de indigentes. Acabar com essa naturalidade, recuperar o sentido da indignação frente à degradação humana, reabsolutizar a pessoa como centro e eixo da vida e da ação política é essencial para transformar a luta contra a fome e a miséria num imenso processo de reconstrução do Brasil e de nossa própria dignidade. Por isso, acabar com a fome não é só dar comida, e acabar com a miséria não é só gerar emprego; é

reconstruir radicalmente toda a sociedade, começando por incorporar agora 32 milhões de seres humanos ao mapa da cidadania.

Assim como a miséria foi sendo construída com a indiferença frente à exclusão e à destruição das pessoas, a negação da miséria começa a se realizar com a prática cotidiana, ampla e generosa da solidariedade.

Por isso o gesto de solidariedade, por menor que seja, é tão importante. É um primeiro movimento no sentido oposto a tudo que se produziu até agora. Uma mudança de paradigma, de norte, de eixo, o começo de algo totalmente diferente. Como um olhar novo que questiona todas as relações, teorias, propostas, valores e práticas, restabelecendo as bases de uma reconstrução radical de toda a sociedade. Se a exclusão produziu a miséria, a solidariedade destruirá a produção da miséria, produzirá a cidadania plena, geral e irrestrita. Democrática.

A luta contra a miséria nos obriga a um confronto com a realidade naquilo que nos parece mais brutal: a pessoa desfigurada pela fome, desesperada pela comida ou por qualquer gesto de reconhecimento de sua existência humana. Se a distância perpetua a miséria, a solidariedade interrompe o ciclo que a produz e abre possibilidades imensas para se reconstruir a humanidade destruída em 32 milhões de pessoas e negada em outros milhões de pessoas que vivem na pobreza.

Quando o Movimento da Ação da Cidadania começou, ninguém esperava que fosse capaz de andar tão rápido, de se expandir com tanta força, de tocar tantas e tão diferentes pessoas, de encher auditórios e de se espalhar por todos os cantos do país.

Há uma tremenda força de mudança no ar, na terra. Há um movimento poderoso, tecendo a novidade através de milhares de gestos de encontro. Há fome de humanidade entre nós, por sorte ou por virtude de um povo que ainda é capaz de sentir, de mudar e de impedir que se consuma o desastre, o suicídio social de um país chamado Brasil. ■

É assustador
perceber com que
naturalidade fomos
virando um país
de miseráveis

* Trechos de artigo publicado no Jornal do Brasil, 12 set. 1993, e reproduzido no livro *Ética e Cidadania*, de Herbet de Souza e Carla Rodrigues, Coleção Polêmica, Editora Moderna: São Paulo, 1994.

Vívian Braga*

Números que revelam o Brasil

No início da década de 90, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) lançou o Mapa da Fome no Brasil, com grande repercussão na mídia, dando amplitude aos debates sobre segurança alimentar e nutricional (SAN).¹ Tal iniciativa contribuiu significativamente, naquele momento, para uma mobilização na luta contra a fome no país. Em março deste ano, o Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar (Mesa) e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) estabeleceram acordo de cooperação técnica, para chegar a um conceito unificado de “linha de pobreza” e construir um indicador oficial para direcionar as próximas ações do programa Fome Zero. As questões levantadas neste artigo abordam os critérios utilizados até hoje para se medir a fome, os desafios colocados e o que se tem feito no sentido de construir indicadores voltados para a SAN no Brasil.

O Mapa da Fome mostrou que a condição de pobreza atingia 32 milhões de pessoas em 1994. Hoje, o Ipea calcula um número em torno de 22 milhões de pessoas nessa condição. Pelos critérios do Ipea, são pobres todos os brasileiros e brasileiras cuja parcela do orçamento gasta com alimentos não cobre suas necessidades calóricas. Nesse cálculo, é utilizado o fator renda para medir o acesso dos indivíduos aos alimentos.

Outras pesquisas realizadas apontam um número maior de pessoas vulneráveis à fome e à desnutrição. Para ilustrar, pesquisa realizada pelo Instituto da Cidadania calculou que, em 2001, 46 milhões de pessoas viveriam nessa condição, utilizando o critério do Banco Mundial – pessoas que ganham menos de US\$ 1 por dia.

Há também o estudo da Fundação Getúlio Vargas, chegando a um número absoluto ainda maior: 50 milhões de pessoas têm uma renda inferior a R\$ 80 por mês, que seria o valor mínimo para uma pessoa se alimentar conforme as recomendações da Organização Mundial de Saúde (OMS), tendo como parâmetro os preços encontrados em São Paulo. Vale ressaltar que todos esses estudos estão baseados nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad/IBGE).

No plano internacional, prevalece o critério do Banco Mundial para se calcular o número de pobres e, a partir daí, estabelecer as relações com a fome e a desnutrição. Assim, estima-se que cerca de 800 milhões de pessoas passam fome no mundo.

Esses dados refletem, principalmente, a falta de um critério único sobre a definição da “linha de pobreza” e, mais do que isso, a clara correlação estabelecida entre fome e pobreza. No entanto, essas estimativas sobre o número de famintos no Brasil,

que consideram como critério único a renda *per capita* familiar dos indivíduos, indicam no máximo uma situação potencial. São, antes de tudo, indicadores de pobreza, ou de pobreza extrema, mas não atestam efetivamente o número daqueles que passam fome e dos que apresentam uma situação de vulnerabilidade nutricional.

Apesar de os dados sobre renda e acesso aos alimentos serem centrais para o diagnóstico da fome, esse indicador não é suficiente. A capacidade de acesso da população aos alimentos, observada isoladamente, é uma informação incompleta, pois não detecta tendências ou mesmo reflete a realidade efetiva das condições sociais, tendo em vista a complexidade das questões envolvidas nos conceitos de pobreza e de SAN.

Nesse contexto, fica claro que traçar o quadro da SAN no Brasil e no mundo nos coloca diante de alguns desafios. A principal tarefa que se impõe é a construção de indicadores que nos possibilitem dar um significado mais ampliado às discussões e ao próprio conceito de SAN. Essa perspectiva permite abordar questões que nos apresentam diagnósticos precisos sobre a fome e a desnutrição, tratando conjuntamente das mais diversas áreas sociais, como saúde e nutrição, educação, acessibilidade às políticas públicas, trabalho e renda, hábitos de consumo alimentar, de sustentabilidade do sistema alimentar, entre outras.

Construção de indicadores

O atual contexto político e social coloca a garantia da SAN como prioritária, trazendo a urgência de avançar no debate sobre a construção de indicadores de SAN e apurar seus diagnósticos.

Quando falamos em diagnósticos de fome e desnutrição, não devemos nos limitar a identificar as populações ou os grupos

1 O conceito de segurança alimentar é compreendido no Brasil, hoje, como “a garantia a todos do acesso a alimentos básicos de qualidade, em quantidade suficiente, de modo permanente e sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, com base em práticas alimentares saudáveis que contribuam para uma existência digna, em um contexto de desenvolvimento integral da pessoa humana”. Trabalha-se esse conceito de uma forma abrangente, dentro de uma perspectiva intersetorial de análise e implementação de políticas e iniciativas.

A realidade é que faltam dados atualizados sobre diversas questões sociais, que, sem dúvida, nos auxiliariam na construção de diagnósticos sobre a fome no Brasil

de indivíduos vulneráveis, mas sim verificar as causas dessa vulnerabilidade. A fome e a desnutrição estão relacionadas aos mais diferenciados fatores, que vão desde a falta de informações sobre a natureza nutricional dos alimentos às questões de ordem estrutural, como o desemprego.

Alguns estudos realizados sobre a fome no âmbito local revelam especificidades nas causas da fome, que podem contribuir largamente na focalização e no direcionamento de políticas públicas.

Vale citar o Mutirão de Combate à Desnutrição Materno-Infantil,² realizado na Baixada Fluminense, no estado do Rio de Janeiro, que pesou e avaliou crianças de 0 a 5 anos de idade. O mutirão identificou que grande parte das crianças desnutridas e/ou em risco nutricional não possuía registro civil, um pré-requisito básico para ter acesso aos programas assistenciais e aos demais direitos de cidadão. Nesse caso urbano, uma estrutura montada permitiu que os pais dessas crianças tirassem o registro de seus filhos a fim de que estes tivessem acesso aos programas assistenciais.

No meio rural, observamos uma realidade diferente. Pesquisas acadêmicas revelaram que a produção agrícola e pecuária para o autoconsumo em pequenas propriedades era muito baixa. Esse fato estava relacionado principalmente a uma valoração negativa que os próprios trabalhadores dão à produção para subsistência. Segundo eles, um bom produtor, mesmo sendo pequeno, produz para o mercado. No entanto, a prática da monocultura leva essas famílias rurais a situações de carências nutricionais e à fome. Nesse caso, políticas que estimulem a produção para o autoconsumo podem mudar essa realidade, representando um forte incremento na renda desses pequenos agricultores.

Esses exemplos mostram a importância da construção de indicadores, do levantamento de diagnósticos e da produção de informações mais precisas sobre a SAN, principalmente para contribuir na focalização e no direcionamento das políticas públicas.

Outras pesquisas, como as chamadas avaliações antropométricas (relação entre altura, peso e idade) da população, trazem indicadores indispensáveis para a análise da fome e da desnutrição, uma vez que essas questões apresentam correlações fortíssimas que nem sempre são consideradas.

O Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (Sisvan), responsável pela produção dessas informações, não tem cumprido, por uma série de razões, com sua missão e seu objetivo de fornecer dados periódicos sobre a situação alimentar e nutricional da população e seus fatores determinantes. Uma vez que o Sisvan está implementado no âmbito municipal, deveria ser potencializado para efetivamente contribuir nesse processo.

A realidade é que faltam dados atualizados sobre diversas questões sociais, que, sem dúvida, nos auxiliariam na construção de diagnósticos sobre a fome no Brasil. A última pesquisa mais consistente realizada sobre nutrição e saúde (Pesquisa Nacional sobre Saúde e Nutrição/ PNSN) é de 1996, feita com base nos critérios utilizados pela OMS.³ Há outros estudos fundamentais para a avaliação e o entendimento da SAN, como o acesso da população à alimentação e a outros bens de consumo (o Estudo Nacional de Despesa Familiar/Endef, que já dista mais de 28 anos) e a pesquisa realizada, em 1996, pelo Ministério da Saúde sobre consumo alimentar, revelando mudanças significativas nos hábitos alimentares e o aparecimento de novos problemas de natureza nutricional, como carências severas de ferro e cálcio em contingentes expressivos da população estudada.

Alguns desses dados ainda hoje são utilizados, todavia o são mais pela carência de informações na área do que por sua adequação, já que se tornaram desatualizados. Não houve a continuidade desses estudos, nem sua expansão para outras cidades e áreas rurais do país, e isso deveria estar garantido para que de fato possamos pensar em construir um bom sistema de análise e avaliação da SAN da população brasileira.

2 O Mutirão de Combate à Desnutrição Materno-Infantil no município de São João de Meriti (Baixada Fluminense/RJ) calculou, em 2002, que 19,6% das crianças de 0 a 5 anos de idade estavam em risco nutricional, e 6,6%, em estado de desnutrição. Esse quadro revela que a desnutrição em São João de Meriti é maior que a média brasileira (5,7%) e bem maior do que a região Sudeste (4,7%), aproximando-se da média da região Norte (7,7%). O levantamento ainda identificou que mais de 80% dessas crianças desnutridas não possuíam acesso a qualquer programa assistencial, até mesmo o programa de leite.

3 Esta pesquisa revelou, através do Índice de Massa Corporal (IMC), que a proporção de indivíduos magros no Brasil excedia o padrão recomendado pela OMS, atingindo no Centro-Oeste e Sudeste rurais entre 6% e 7% e no Nordeste rural 9,4% da população.

Sabemos, contudo, que avaliações desse porte e sua continuidade demandam uma estrutura operacional complexa e sua viabilidade requer uma alta soma de recursos humanos e financeiros que nem sempre estão disponíveis, seja pela simples falta de verba para sua realização, como pela não-priorização orçamentária dessas pesquisas.

Para além do aspecto de continuidade das pesquisas, é importante sinalizar para a necessidade de repensar os critérios e as metodologias empregadas no cálculo da fome no Brasil. Indicadores servem para tornar visíveis aspectos da realidade, que pela sua complexidade não nos permitem uma análise totalizante. No âmbito da SAN e pelo seu caráter intersetorial ou transversal, diversos aspectos da realidade social devem ser abordados e analisados simultaneamente,

estabelecendo as devidas correlações. Saúde e nutrição, educação, trabalho e renda, habitação, saneamento, acesso à água, agricultura e abastecimento são temas que contribuem nos diagnósticos da SAN. Os diagnósticos deverão auxiliar prioritariamente o direcionamento e ajuste das políticas públicas e governamentais voltadas direta ou indiretamente para a garantia da SAN.

A forma de abordar esses temas – ou, em outras palavras, a combinação desses elementos na análise da SAN – é o que compõe um sistema de indicadores de SAN, na mesma medida que as informações das áreas apontadas estariam combinadas entre si e com outros dados para que traços fundamentais da realidade fossem revelados, servindo efetivamente como um instrumento norteador das ações na esfera política.

* Vívian Braga

Cientista social, pesquisadora do Ibase e membro do Fórum Fluminense de Segurança Alimentar e Nutricional
<vbbraga@ibase.br>

Parceria entre sociedade civil e poder público

Em relação aos critérios e à metodologia de construção desse sistema de indicadores, a definição deve ser feita em um processo amplo e representativo, uma vez que está intrinsecamente ligada ao fortalecimento da participação cidadã e da democracia. Esse sistema de indicadores tem como objetivo maior trazer o conhecimento e a compreensão da realidade, que, uma vez divulgados, tornam-se importantes instrumentos de fortalecimento dos argumentos da sociedade civil na luta pelos seus direitos.

Algumas importantes iniciativas já vêm sendo tomadas pela sociedade civil organizada e pelo governo. No campo da sociedade civil, destacam-se duas experiências: a criação, em 2002, do Centro de Referência de Segurança Alimentar e Nutricional, feito em parceria entre a Universidade Federal Fluminense, o Centro de Pesquisa em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA) da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro e o Ibase. O centro apresenta como um de seus objetivos a construção e a atualização de uma base de dados e informações estatísticas, constituindo-se em uma ferramenta indispensável na proposição de indicadores de SAN.

Ainda no campo da sociedade civil, acontecerá, em junho deste ano, um seminário sobre diagnóstico alimentar e nutricional e indicadores de SAN, contando com a presença de diversas entidades

da sociedade civil organizada, universidades, centros de pesquisa e pessoas que atuam no tema. Esse seminário, de caráter ampliado e representativo, dará início aos debates acerca da metodologia de construção de indicadores, a partir da exposição de métodos e metodologias já desenvolvidos e dos diagnósticos realizados sobre SAN.

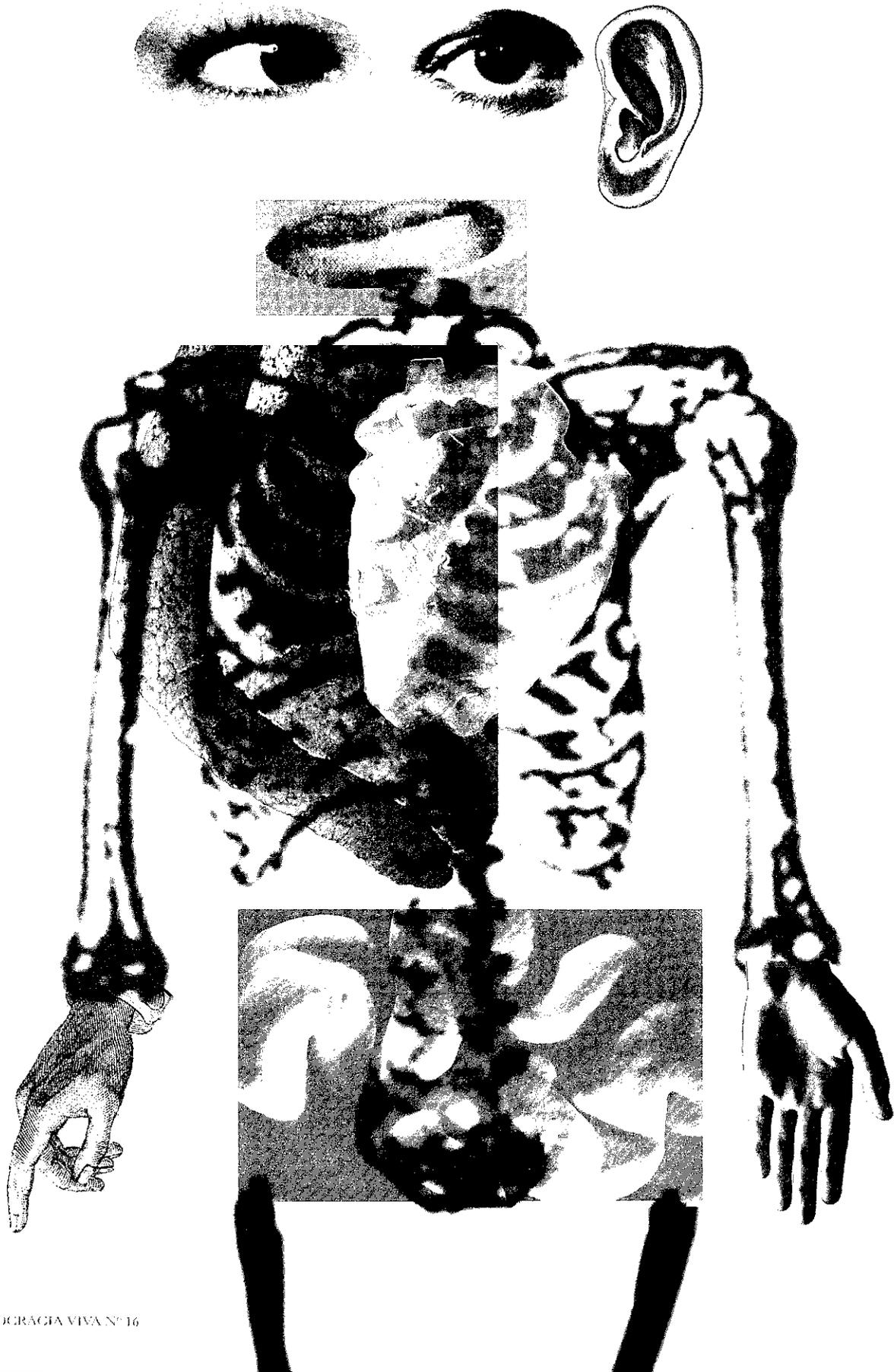
Em relação às ações do governo federal, podemos destacar a criação de uma câmara temática voltada para a questão dos indicadores de SAN no âmbito do Conselho Nacional de Segurança Alimentar (Consea), instância composta por sociedade civil e Estado.

A necessidade da construção de indicadores de SAN está posta e com ela seus desafios. O principal deles é garantir a participação e o engajamento da sociedade nesse processo. E essas iniciativas demonstram, principalmente pelo caráter de parceria entre sociedade civil e poder público, que estamos em um novo momento político e social, no qual a sociedade civil tende a ocupar um papel que, até então, não havia de fato desempenhado, a saber: o papel de intervir nas ações governamentais.

Sem dúvida, esse é um dos maiores – se não for o maior – objetivos atribuídos à construção dos indicadores, no sentido de fortalecer os argumentos e potencializar as ações da sociedade civil na luta pela garantia de seus direitos de cidadão e cidadã, entre eles o direito humano à alimentação. ■

CULTURA

José Padilha^{1*}



MARTA STRAUCH

URA

A arte de combater a fome

A obtenção de energia é um problema fundamental para a vida. Por isso, é natural que a evolução das espécies tenha criado vários mecanismos fisiológicos destinados unicamente a solucioná-lo. A fome é um desses mecanismos. O *Dicionário Houaiss da língua portuguesa* a define como "sensação que traduz o desejo de comer" ou, ainda, como a "necessidade ou o desejo intenso de adquirir algo". A fome em si não é, portanto, falta de alimentos. É a contrapartida subjetiva de um processo fisiológico desenvolvido pela seleção natural para levar os animais a desejar comida.

O último relatório da ONU sobre a subnutrição, escrito em 2002, revela "que entre 1998-2000 havia cerca de 840 milhões de pessoas subnutridas no mundo, número que inclui 11 milhões de pessoas em países desenvolvidos, 30 milhões em países em desenvolvimento e 799 milhões em países subdesenvolvidos". E o relatório acrescenta ainda que "milhões de pessoas, incluindo 6 milhões

de crianças, morrem todo ano em decorrência da fome" até mesmo em países que produzem comida em quantidade suficiente para alimentar a totalidade da sua população, caso do Brasil. A seleção natural, infelizmente, não trabalhou para a solução *desse problema*. O mecanismo fisiológico da fome opera *no indivíduo* e não *na espécie*. No caso do problema da obtenção de alimentos, os genes humanos são egoístas: a fome de um indivíduo não afeta diretamente o comportamento dos outros.

De fato, existem fortes indícios de que a cooperação, instinto que poderia *generalizar biologicamente* a meta da fome zero, não se entende facilmente para além do círculo de amigos e familiares de cada um. Como observou o famoso zoólogo inglês Desmond Morris em *A fauna humana*, "uma relação despersonalizada não é uma relação biologicamente humana". O instinto de cooperação entre os homens se desenvolveu para operar no contexto de pequenos grupos sociais onde

1 Desde 2001, o autor trabalha, com ajuda do Ibase, no documentário *Fome*. O filme não pretende explicar as origens da fome, mas tomá-la ponto de partida para mostrar como as pessoas que sofrem da fome lidam com a situação no dia-a-dia.

O instinto de cooperação entre homens e mulheres não é suficientemente forte para fazer com que a fome zero seja uma prioridade

todos se conhecem. A espécie humana viveu em grupos desse tipo por milhões de anos. Logo, é natural que a cooperação tenha sido biologicamente programada para unir indivíduos que se conhecem.

O contexto impessoal da civilização global é relativamente novo na escala evolutiva, e a seleção natural não teve tempo de responder geneticamente à nova situação. O resultado, ainda segundo Morris, é que nas grandes aglomerações humanas

“cada indivíduo estabelece relações pessoais do velho tipo biológico com um pequeno grupo de companheiros sociais ou profissionais do tamanho de uma tribo. Dentro deste grupo ele pode satisfazer os seus sentidos básicos de partilha e de ajuda mútua. Os indivíduos fora do grupo são olhados com conforto como estranhos além da sua proteção”.

Assim, se alguém encontrasse um amigo passando fome na rua, sentiria uma forte propensão emocional para ajudá-lo. O mesmo não acontece quando se encontra um desconhecido. Não é de se estranhar, portanto, que o relatório da ONU citado anteriormente diga que “dentre as milhões de pessoas que morrem de fome anualmente, relativamente poucas são vítimas de falta de alimento que viram manchetes e atraem equipes de filmagem e ajuda humanitária. A maioria morre anônima, vítima de uma fome oculta que impede o seu desenvolvimento, solapa a sua força e enfraquece o seu sistema imunológico”. O instinto de cooperação entre homens e mulheres não é suficientemente forte para fazer com que a fome zero seja uma prioridade para além dos indivíduos e das suas “pequenas tribos”.

Robert Fogel, ganhador do prêmio Nobel de economia, observou que “as pessoas que têm fome não conseguem sair da pobreza por conta própria”, são excluídas do sistema educativo e da força de trabalho pura e simplesmente porque são fracas demais para participar. Se esse é o caso, então o problema da alimentação global não pode ser resolvido

pelos pessoas que têm fome. A sua solução parece depender da solidariedade e, como vimos anteriormente, a solidariedade não ocorre espontânea e sistematicamente no contexto impessoal das grandes aglomerações.

Se a solidariedade não é uma solução provável, que tipo de solução poderia ocorrer? Uma possibilidade seria o surgimento espontâneo de um mecanismo capaz de generalizar a meta da fome zero para o contexto das supertribos (termo utilizado pelos zoólogos para descrever sociedades humanas populosas). Afinal, a espécie humana tem tido sucesso no desenvolvimento de mecanismos desse tipo. A moeda e a lei são bons exemplos. A moeda, que organiza as transações econômicas em larga escala, e a lei, que regula as relações sociais de forma impessoal, não foram conscientemente criadas para esses fins. Surgiram espontaneamente e se perpetuaram porque são vantagens competitivas.

Será que algo semelhante poderia acontecer com relação à generalização da meta biológica da fome zero? Infelizmente, isso é pouco provável. Na verdade, pode-se argumentar que o surgimento espontâneo da moeda e da lei é pressuposto para o crescimento populacional da espécie humana. Vivemos em supertribos porque criamos a moeda e a lei. Assim, se a espécie humana pôde passar sem um mecanismo generalizador da meta da fome zero até hoje, é provável que ela possa continuar assim. (Uma boa maneira de se pensar sobre esse assunto é considerar o problema da organização do poder no contexto das supertribos. Como Pierre Clastres demonstrou, o simples aumento populacional de uma tribo tende a fazer com ela se transforme em um Estado. Todavia, nem todos os Estados são democráticos, como atesta a existência de países como Arábia Saudita, China e Cuba. Logo, enquanto a formação dos Estados é uma solução compulsória para a organização do poder nas supertribos, a democracia é uma solução opcional. Tudo leva a crer que o mesmo vale para a meta da fome zero.)

Uma outra possibilidade de solução espontânea para o problema global da obtenção de alimentos seria a descoberta e a adoção de uma organização econômica e social que o solucionaria necessariamente. Por exemplo: se a economia realmente funcionasse como pensam os liberais austríacos, ou seja, um país que adotasse o livre comércio e a redução das suas estruturas governamentais segundo padrões hayekianos tenderia a crescer

de forma eficiente e rápida. Nesse país, a produção de alimentos e a distribuição da renda seriam regulados de forma justa e eficientemente pelo mercado, e, como consequência, a fome acabaria. Soluções desse tipo são propostas por muitos economistas, sejam eles liberais ou não. A premissa por trás delas é a de que, no curto prazo, o problema da obtenção de alimentos pode ser considerado como essencialmente econômico. É óbvio que esses economistas entendem que o problema da alimentação depende de variáveis físicas, biológicas, geográficas, tecnológicas, demográficas e climáticas. Ainda, eles acreditam que tais variáveis podem ser tratadas por meio de suposições e de cenários.

Entretanto, como as variáveis listadas anteriormente são diferentes para cada país, e como a situação econômica de cada país é única, mesmo que a redução do problema da alimentação global à economia fosse possível, ela não seria uniforme, mas resultaria no enunciado de vários problemas econômicos diferentes, alguns de caráter local e outros de caráter global. E para complicar ainda mais a situação, os economistas não entendem completamente os fenômenos econômicos e discordam entre si sobre várias questões teóricas importantes. Logo, mesmo que os vários problemas econômicos da fome pudessem ser enunciados com clareza, a sua solução não seria consensual.

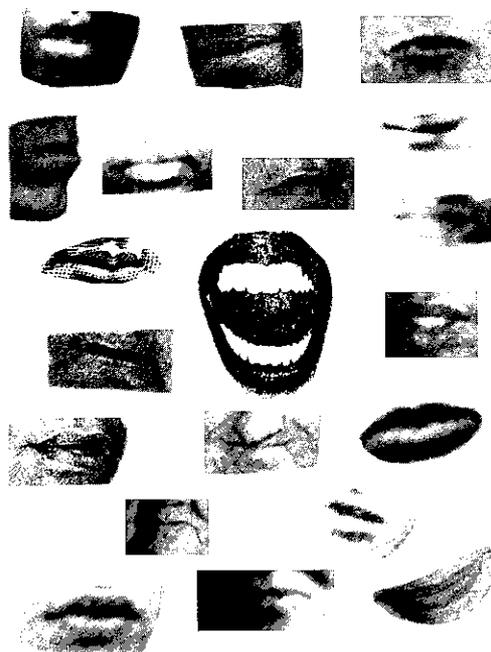
A obtenção de alimentos em uma escala global é, portanto, um problema multidisciplinar complexo que não tem resposta única ou rápida. Essa situação é angustiante, sobretudo tendo em vista que "quem tem fome tem pressa". Ainda, mesmo não tendo uma resposta definitiva para o problema, sabemos bastante sobre ele. Sabemos, por exemplo, que a velocidade da resolução dos problemas complexos depende fortemente do esforço e do número de pessoas dedicadas a sua solução. Assim, uma das melhores maneiras de se trabalhar na solução do problema da alimentação global é tentar motivar pessoas a trabalhar nele. Iniciativas como a do presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, são extremamente importantes e podem fazer uma grande diferença. Além disso, existe um segmento da sociedade, o das artes e da cultura, que pode contribuir significativamente no sentido da popularização do problema. Quem são as pessoas que têm fome? Onde e como elas vivem? Livros, documentários e filmes que mostrem a realidade dessas pessoas de forma direta podem ajudar uma vez que as tornam conhecidas

e, portanto, mais próximas dos nossos instintos biológicos básicos de partilha e de ajuda mútua. Quanto mais a população que tem alimentos conhecer as pessoas que passam fome, maior será a sua solidariedade com relação a elas e a sua motivação para ajudá-las. A mídia é um potente ampliador de sentimentos.

De fato, a arte e a cultura, que muitas vezes são concebidas como um fim em si, podem ter uma influência importante na resolução de problemas objetivos. Todavia, nos tempos atuais, em que o consumo da arte é extremamente rápido, essa influência só se faz sentir quando ocorre de forma contínua e marcante. Isso não significa, entretanto, que a arte (e em particular o cinema, que depende de financiamento estatal em todos os países do mundo, com exceção dos EUA e da Índia) deva ser rigidamente direcionada pelo Estado em função de problemas objetivos como o da fome. A própria história da arte demonstra que a centralização estatal da cultura não tende a produzir obras de arte marcantes (exceto, talvez, quando são feitas em oposição a essa centralização). A arte precisa de uma certa liberdade para florescer. Felizmente, essa liberdade não limita o engajamento social. Um exemplo claro disso é o fato do cinema brasileiro ter *escolhido* produzir diversos filmes sobre a questão da violência urbana nos últimos anos. É provável que a classe artística brasileira responda positivamente ao programa da fome produzindo obras capazes de motivar alguns segmentos da população nesse sentido. ■

*José Padilha

Cineasta, produtor de *Os carvoeiros* e diretor de *Ônibus 174*



MARTA STRAUGH

Desnutrição materno-infantil na década de 90

Os programas de suplementação alimentar voltados para crianças e gestantes constituem componentes importantes de estratégias de combate à pobreza. Mesmo sob um patamar semelhante de insuficiência de renda, a situação de vulnerabilidade das famílias pobres se diferencia, de acordo com suas capacidades em utilizar a renda de que dispõem e com a composição familiar. Essas condições serão fortemente afetadas pela idade (necessidades especiais dos mais velhos e mais novos), localização geográfica (que determina vulnerabilidades específicas, como acesso a bens e serviços), atmosfera epidemiológica (riscos de doenças endêmicas e crônicas) (SEN, 1992), além da presença de indivíduos em risco nutricional, especialmente crianças.

As ações públicas destinadas a aliviar as conseqüências adversas da pobreza, no entanto, vêm atingindo prioritariamente os segmentos da população com maior nível de renda e os programas de suplementação alimentar não escapam dessa distorção (PELIANO, 1990). Estudos recentes sobre o Programa de Alimentação do Trabalhador e o Programa Nacional de Alimentação Escolar sinalizam que os segmentos de renda mais alta têm maior acesso aos programas e que o acesso é menor nas localidades onde a disponibilidade de serviços é menor e as vulnerabilidades sociais e em saúde são maiores (BURLANDY & ANJOS, 2001; 1999).

Os programas que se operacionalizam por meio da rede de saúde são indicados como mais adequados em termos de focalização,

quanto à pobreza e à vulnerabilidade biológica (PELIANO, 1990). Isso se deve ao fato, dentre outros, de serem, em geral, destinados às famílias com crianças e gestantes (que são extremamente vulneráveis econômica e biologicamente) e de utilizarem critérios biológicos na seleção dos beneficiários (um indicador mais objetivo e confiável, que possibilita destinar as ações aos grupos com maiores chances de resposta às intervenções), além de potencializarem os efeitos sobre a saúde dessas famílias, pelo atendimento prestado nas unidades básicas.

No objetivo de indicar os principais desafios que hoje se colocam para esse campo, identificando possíveis razões para o não alcance dos grupos mais vulneráveis, este texto recompõe a trajetória de programas de suplementação alimentar, destinados ao segmento materno-infantil e implementados na década de 90 pelo Ministério da Saúde (MS).

Breve panorama

Os principais programas nutricionais do MS voltados para a população materno-infantil na década de 90 foram o Programa de Combate à Desnutrição Materno-Infantil (PCDMI/1993–1997) e o Incentivo ao Combate às Carencias Nutricionais (ICCN/1998). O objetivo era atender crianças desnutridas (6 meses a 2 anos), seus irmãos até 5 anos e gestantes em risco nutricional, por meio da distribuição de leite e óleo de soja, cobrindo mais de 100% das necessidades protéicas e 60% das necessidades de energia. O MS repassava os recursos para que os municípios procedessem à compra desses itens e os distribuíssem por intermédio da rede de saúde.

O PCDMI instituiu um critério biológico de inclusão (risco nutricional), ao contrário de programas anteriores, cujo critério seletivo era a renda. A estratégia de atender aos segmentos mais biologicamente vulneráveis representa um avanço no sentido de concentrar as intervenções nos grupos com maior chance de resposta à intervenção (CASTRO,

1996). No entanto, cabe considerar que esse tipo de critério incide apenas sobre um quadro já instalado de desnutrição e exclui crianças em situação de risco limítrofe (que podem evoluir para um quadro mais severo) ou que residem na mesma localidade e, por vezes, estão sujeitas a privações semelhantes.

A seleção dos beneficiários era feita pela equipe de saúde na rede básica de atenção, e, para tal, o município deveria dispor de Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (Sisvan), que tem como objetivo monitorar o estado nutricional dos usuários dos serviços de saúde, possibilitando atendimento diferenciado aos grupos vulneráveis (CASTRO, 1996).

Ter o Sisvan implantado significa que ao menos as informações antropométricas (peso, estatura e idade) dos diferentes grupos atendidos na rede de saúde municipal (crianças, gestantes, adultos e idosos) são coletadas, sistematizadas e enviadas para o governo estadual, que, por sua vez, as envia para o federal. No entanto, isso não significa que todas as unidades de saúde da rede coletam, registrem e encaminhem as informações, nem abarquem todos esses grupos-alvo.

Avaliação de programas

Uma avaliação nacional da implantação do PCDMI indicou falhas na aplicação dos critérios de inclusão e exclusão dos beneficiários, em parte decorrente da técnica inadequada de pesagem e da baixa qualidade dos equipamentos de aferição. Deficiências na área de recursos humanos foram marcantes, incluindo a desinformação em torno do programa. A implantação do Sisvan não foi cumprida por 80% dos municípios conveniados, e o papel dos governos estaduais foi extremamente frágil, limitando-se aos aspectos burocráticos (TADDEI *et al.*, 1996). Quanto ao ICCN, identificou-se uma cobertura pequena (atendimento médio de 40% da clientela prevista), sendo que os principais motivos alegados pelos municípios foram alto preço do leite e óleo (e o não-reajuste dos valores repassados pelo MS) e a inexistência de crianças desnutridas até 23 meses (BRASIL, 2001).

O processo de implementação é comprometido por fragilidades institucionais das secretarias municipais e estaduais, tais como: estrutura de gestão; equipamentos (balanças etc.); alta rotatividade de pessoal e número reduzido de profissionais, que contribuem para um uso ineficiente dos recursos e constroem a implementação do critério seletivo

adotado. O percentual de crianças desnutridas captadas pela rede de saúde por vezes é baixo pelo número ainda reduzido de unidades de saúde com Sisvan implantado. Em algumas delas, os dados antropométricos não são coletados e sistematizados ou, por vezes, são coletados apenas em alguns setores, como, por exemplo, na consulta pediátrica, mas não no setor de vacinação (BURLANDY, 2002).

Ainda que esse quadro venha sendo modificado e sejam desenvolvidos esforços de formação de profissionais e implementação do Sisvan, a expansão da vigilância nutricional ainda deve ser priorizada, por tratar-se de instrumento estratégico para captação de beneficiários e planejamento de políticas públicas.

Residentes das áreas periféricas dos municípios, que constituem os segmentos mais vulneráveis biológica e socialmente, permanecem em grande parte excluídos dos principais canais de acesso aos programas sociais. Isso ocorre pela distância das localidades centrais onde se concentram os serviços, por dificuldades de transporte, de inserção em redes de apoio social e político. Essa situação se agrava quando a população rural é expressiva, pois, por não ser informada a tempo sobre os processos de captação de beneficiários para os programas, acaba sendo preterida em detrimento de grupos em situação mais favorável (BURLANDY, 2002).

O Programa de Agentes Comunitários de Saúde e o Programa de Saúde da Família, por serem operacionalizados por atendimento domiciliar, potencialmente contribuiriam para captação dos segmentos populacionais que não freqüentam as unidades de saúde. Mas sua cobertura ainda é baixa (BRASIL, 1999).

As fragilidades da estrutura de gestão dos governos estaduais, identificadas no PCDMI, também se colocam para o ICCN, como: equipe reduzida; ausência ou dificuldade de utilização de recursos destinados à supervisão nos municípios; falta de veículos e verbas para locomoção (BRASIL, 2001). Essas informações indicam que a situação encontrada no início da década de 90 ainda não se reverteu satisfatoriamente e decerto compromete tanto o suporte técnico por parte dos governos estaduais aos municípios como o acompanhamento do uso dos recursos no nível local. O fortalecimento político-institucional das secretarias estaduais de saúde é, portanto, outro imperativo.

O processo de monitoramento desses programas envolve também as instâncias de controle social, como o Conselho Nacional

1 Artigo elaborado a partir de texto apresentado em evento na FAO (Food and Agriculture Organization of the United Nations) em 15 de janeiro de 2003.

de Saúde (CNS), conselhos estaduais e municipais (CMS), compostos paritariamente por representantes de usuários, gestores e prestadores de serviços de saúde. Considerando o caráter intersetorial da política de saúde, comissões internas ao CNS foram criadas no sentido de estabelecer o diálogo com os setores que se situam nas áreas de interseção com essa política. Dentre elas, destaca-se a Comissão Intersetorial de Alimentação e Nutrição (Cian), que tem como atribuição subsidiar o CNS na avaliação, operacionalização e acompanhamento da implementação da Política Nacional de Alimentação e Nutrição.

O CMS tem como função aprovar e acompanhar o projeto municipal de implantação do programa, mas em geral não dispõe de Cian. Limites em seu funcionamento foram identificados por uma pesquisa avaliativa do ICCN: do total de conselheiros entrevistados, apenas 57% informaram participar de algum acompanhamento das ações do ICCN, 52,8% relataram que o CMS participou da aprovação do plano municipal, e, em 63% dos casos, não houve nenhum tipo de participação em sua formulação (BRASIL, 2001). Cabe considerar que a implementação dessas arenas é relativamente recente e fruto de um processo de amadurecimento nas relações sociais e na redistribuição do poder local.

Lições da década

O MS vem implementando desde 2001, em substituição ao ICCN, o Programa Bolsa-Alimentação (PBA), que destina um montante de R\$ 15/mês para crianças de 6 meses até 6 anos e 11 meses, gestantes e nutrízes em risco nutricional que pertençam a famílias com renda *per capita* de até meio salário mínimo por mês. A mãe – ou o(a) responsável pela criança – recebe um cartão magnético da Caixa Econômica Federal por meio do qual procede à retirada do dinheiro. Cada família pode receber no máximo R\$ 45 (três bolsas), e sua permanência no programa está condicionada ao cumprimento de uma agenda de compromissos, qual seja: atendimento pré-natal, ações educativas, acompanhamento do crescimento e desenvolvimento da criança, amamentação e vacinação (BRASIL, 2002).

As principais modificações do PBA em relação ao ICCN no que se refere à seleção dos beneficiários são: o público-alvo foi ampliado (atendendo crianças de até 6 anos) e houve mudança nos critérios de inclusão no programa

(sendo critérios básicos a renda e a situação de risco nutricional da família como complementar), associados a outros indicadores sociais como tipo de moradia, número de cômodos do domicílio escolaridade da mãe etc.; o estado nutricional não é mais critério de desligamento do beneficiário, considerando que, quando a criança é excluída do programa por não estar mais situada nos limites de risco nutricional estabelecidos como critério seletivo, diversos problemas se colocam, como a reincidência do problema. No caso do PBA, o benefício pode ser recebido por no mínimo seis meses, e a suspensão ocorre apenas quando o cadastrado não cumprir a agenda de compromissos assumida ou quando a renda mensal *per capita* da família for alterada, de forma que ultrapasse o limite estabelecido.

A análise do orçamento da União para 2001 indicou um cancelamento de parte dos recursos orçados para o programa (CNS, 2002), principalmente porque os municípios não conseguiram cadastrar os beneficiários.

O PBA se insere na rede de proteção social do governo federal (1998–2002), integrada por um conjunto de programas voltados para famílias com a mesma faixa de renda. Foi instituído o Cadastro Único de Beneficiários, e o cadastramento das famílias pode ser feito a partir de qualquer secretaria responsável pela implantação de um dos programas da rede. Dessa forma, a possibilidade de captação se amplia, uma vez que diferentes secretarias podem proceder ao cadastramento potencializando seus recursos por meio de mecanismos de articulação intersetorial. No entanto, a implantação desses mecanismos é complexa e de difícil operacionalização para alguns municípios.

Cadastros

Os problemas de cadastramento dizem respeito aos fatores evidenciados nas avaliações dos programas anteriores, quais sejam: fragilidades do Sisvan, captação de segmentos não inseridos nas redes e limites na capacidade institucional dos municípios e dos estados para monitorar o processo e evitar distorções. Dadas essas dificuldades, as informações sobre o estado nutricional podem ser desconsideradas no processo seletivo, prevalecendo o critério da renda, cuja informação dificilmente é comprovada.

Os sistemas do cadastro único e do monitoramento dos beneficiários do PBA exigem treinamento e pessoal para digitação. O caráter

recente do processo e o suporte diferenciado que os governos estaduais vêm dando aos municípios contribuem para esse quadro. Por se tratar de um cadastro que inclui diversas informações sobre as famílias, o procedimento se torna complexo, o que não necessariamente deva significar que o sistema seja descartado. A conjugação de diferentes variáveis seletivas pode contribuir para identificar o perfil diferenciado das famílias. De igual modo, uma seleção que combine esses critérios com uma seletividade geográfica tende a ser mais efetiva. Por meio de uma atenção especial aos residentes em áreas onde não há disponibilidade adequada de bens e serviços públicos, é possível captar os grupos mais vulneráveis.

Caso não sejam implementados mecanismos eficazes de monitoramento e auditoria por parte do governo federal e dos governos estaduais, as possíveis irregularidades no cadastramento não serão identificadas. Dessa forma, os recursos podem ser repassados sem que haja controle sobre sua utilização, possibilitando uso político e distorções de todo o tipo que tendem a prejudicar ainda mais os grupos mais vulneráveis que possuem menor acesso aos canais de influência.

Mecanismos públicos de denúncia de violação de direitos são também fundamentais. De igual modo, caso os conselhos não se fortaleçam como instâncias de efetivo controle social, o acompanhamento do programa por parte

dessas instâncias será ineficaz. Os conselhos municipais não dispõem de comissões intersetoriais como a Cian, e, como tratam de questões bastante diversas, referentes à política de saúde, a existência dessas comissões subsidiaria o manejo de temáticas específicas como a nutrição.

Há, ainda, as oscilações nos custos dos alimentos que recaem sobre o beneficiário, quando o valor dos recursos transferidos não é atualizado. O poder de compra pode variar tanto no tempo (períodos de desvalorização da moeda) como entre regiões e localidades. Os grupos que tendem a pagar mais caro pelos produtos, por comprarem de forma financiada em pequenos estabelecimentos comerciais, são aqueles mais vulneráveis e que residem em áreas onde o comércio é escasso, dificultando a maximização do uso da renda.

* Luciene Burlandy

Nutricionista, doutoranda da Fundação Oswaldo Cruz, professora da Faculdade de Nutrição da Universidade Federal Fluminense e integrante da secretaria executiva do Fórum Brasileiro de Segurança Alimentar e Nutricional (FBSAN)
<burlandy@uol.com.br>

Desafios

Os dados aqui apresentados indicam avanços nas últimas décadas em implementar sistemas de informação como o Sisvan e instâncias de controle social como os conselhos, que são peças fundamentais para a redução das desigualdades de acesso aos programas. Os desafios residem numa efetiva implementação desses mecanismos, pelos problemas que vêm sendo identificados na captação dos grupos mais vulneráveis.

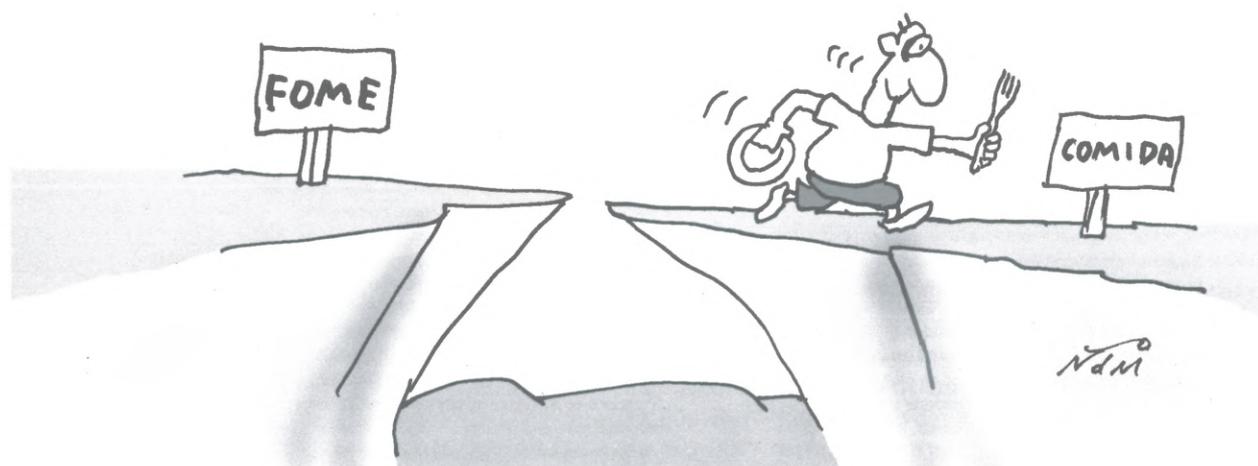
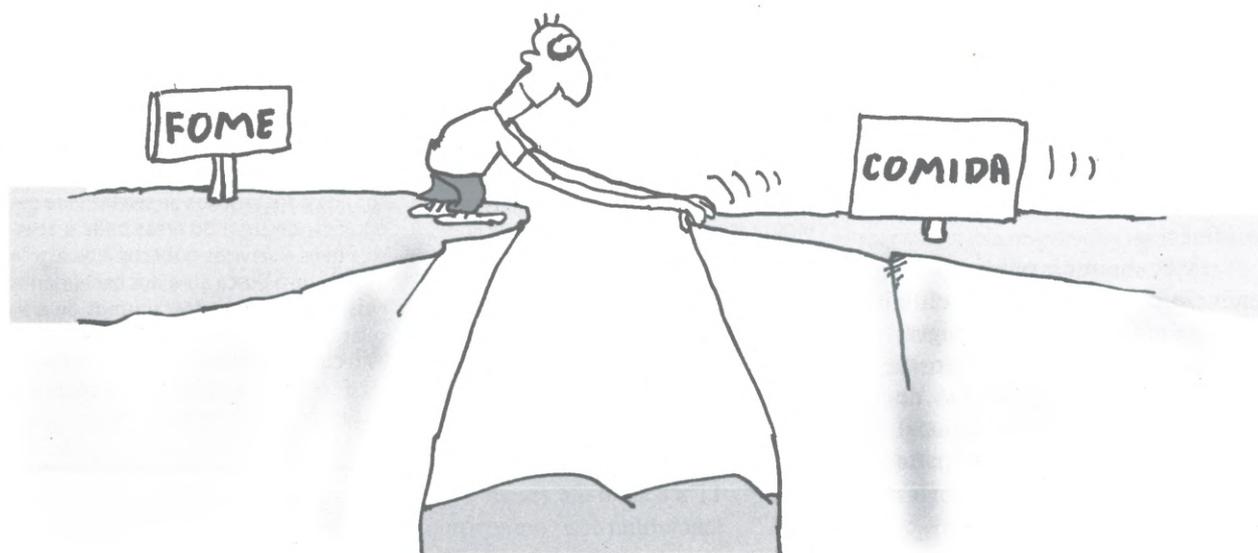
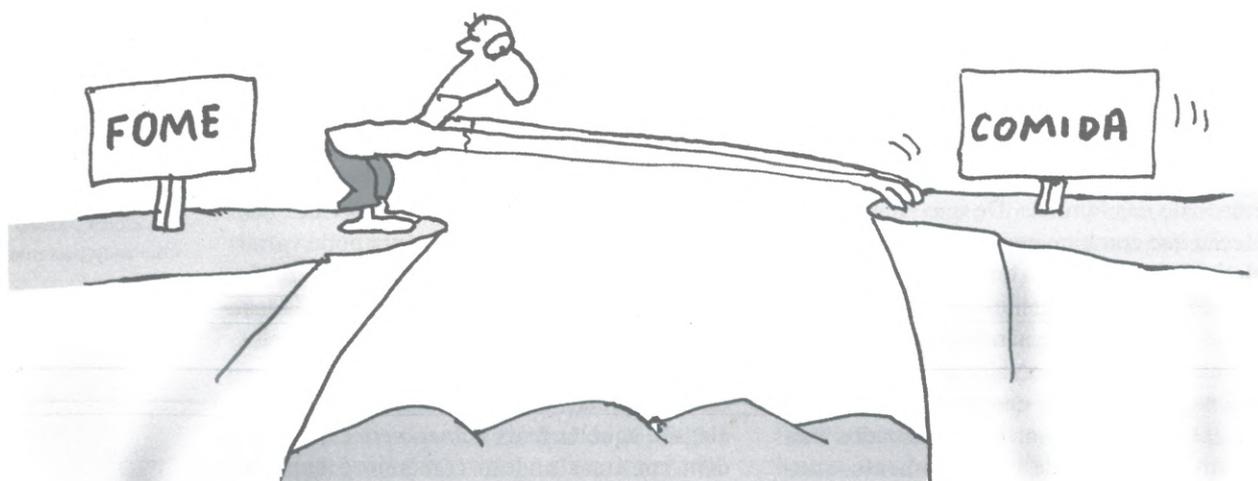
A diferenciação crescente de situações de risco das famílias complexifica tanto a identificação de beneficiários como o desenho de intervenções, de for-

ma que altera os fatores determinantes específicos de cada problema. Nesse caso, quando a renda prevalece como critério seletivo, dificilmente os programas serão capazes de se adequarem a todas essas diferenciações. É fundamental que sejam considerados critérios de seletividade geográfica, destacando áreas onde o acesso a bens e serviços públicos é escasso e ampliando a busca ativa dos beneficiários nessas localidades. Mecanismos de articulação intersetorial podem potencializar os recursos existentes nos diversos setores de governo e sociedade, ampliando a qualidade desse processo. ■

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRASIL. Ministério da Saúde. *Alimentação saudável. Programa Bolsa-Alimentação*. Brasília: Ministério da Saúde, 2002.
- _____. Ministério da Saúde. Atan. Avaliação por amostragem do incentivo de combate às carências nutricionais ano 2000. Brasília: Ministério da Saúde, 2001.
- _____. Ministério da Saúde. Secretaria de Assistência à Saúde. Coordenação da Atenção Básica. Avaliação da implantação e do funcionamento do Programa de Saúde da Família – PSF. Relatório preliminar. Brasília: Ministério da Saúde, 1999.
- BURLANDY, L. Integrating health to the social sector: the roll of targeting and partnerships in the Solidary Community programme in Brazil. Research Report. Alliance for Health Policy and Systems Research; Global Forum for Health Research; World Health Organization, 2002.
- BURLANDY, L.; ANJOS, L.A. Acesso a vale refeição e estado nutricional de adultos beneficiários do programa de alimentação do trabalhador no Nordeste e Sudeste do Brasil, 1997. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, 17, p. 1457-1464, 2001.
- _____. Acesso à merenda escolar e estado nutricional de escolares no NE e SE do Brasil, 1997. Comunicação oral apresentada no 2º Congresso Brasileiro de Ciências Sociais em Saúde, Abrasco/ UNIFESP, São Paulo, 1999.
- CASTRO, I.R.R. *Vigilância alimentar e nutricional: limitações e interfaces com a rede de saúde*. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 1996.
- CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE (CNS). Relatório apresentado pela comissão orçamento e financiamento do Conselho Nacional de Saúde a 116ª reunião do Conselho, 6 fev. 2002.
- PELIANO, A.M.T.M. *Quem se beneficia dos programas governamentais de suplementação alimentar*. Brasília: Ipea, 1990. Texto para discussão, 205.
- SEN, A. *Inequality reexamined*. Nova York: Russel Sage, 1992.
- TADDEI, J.A.C.C.; BRANT, J.C.; RODRIGUES, E.M.; TEIXEIRA, A.C.; ROSA, S.G.C.; SIGULEM, D.M. Avaliação operacional do Programa de Atendimento aos desnutridos e às gestantes em risco nutricional – Leite é saúde. Universidade Federal de São Paulo, Escola Paulista de Medicina, 1996.

última página



A agenda da revista Democracia Viva é ampla e aberta, parte do compromisso radical com a cidadania e com a democracia.

Democracia Viva não se alinha com partidos nem religiões, mas toma partido desde que esteja em jogo a possibilidade de aprofundar a democracia. Não disputa poder, mas quer exercer um papel de vigilância, monitoramento e avaliação – com toda autonomia e independência – das políticas públicas e das ações governamentais, bem como das práticas empresariais e das relações econômico-financeiras. Quer ser ativa como interpeladora de consciências e vontades, questionando práticas e valores que limitam a democracia, estimulando a participação cidadã. Sua qualidade é a força das reflexões, análises, propostas e dos argumentos.

ISSN 14151499



9 771415 149004

16